

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

# Relatório de Avaliação

**Plano Pluriannual  
2008-2011**

**VOLUME II**

**EXERCÍCIO 2010  
ANO-BASE 2009**



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**Presidente da República**  
Luiz Inácio Lula da Silva

**Vice-Presidência da República**  
José Alencar Gomes da Silva

**Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República**  
Erenice Alves Guerra

**Ministro de Estado da Justiça**  
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

**Ministro de Estado da Defesa**  
Nelson Jobim

**Ministro de Estado das Relações Exteriores**  
Celso Luiz Nunes Amorim

**Ministro de Estado da Fazenda**  
Guido Mantega

**Ministro de Estado dos Transportes**  
Paulo Sérgio Passos

**Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Wagner Rossi

**Ministro de Estado da Educação**  
Fernando Haddad

**Ministro de Estado da Cultura**  
João Luiz Silva Ferreira

**Ministro de Estado do Trabalho e Emprego**  
Carlos Lupi

**Ministro de Estado da Previdência Social**  
Carlos Eduardo Gabas

**Ministro de Estado da Saúde**  
José Gomes Temporão

**Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**  
Miguel Jorge

**Ministro de Estado de Minas e Energia**  
Márcio Pereira Zimmermann

**Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
Paulo Bernardo Silva

**Ministro de Estado das Comunicações**  
José Artur Filardi Leite

**Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia**  
Sergio Machado Rezende

**Ministro de Estado do Meio Ambiente**  
Izabella Mônica Teixeira

**Ministro de Estado do Esporte**  
Orlando Silva Junior

**Ministro de Estado do Turismo**  
Luiz Eduardo Barreto

**Ministro de Estado da Integração Nacional**  
João Reis Santana Filho

**Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário**  
Guilherme Cassel

**Ministro de Estado das Cidades**  
Márcio Fortes de Almeida

**Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**  
Márcia Lopes

**Ministério da Pesca e Aquicultura**  
Altemir Gregolin

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República**  
Luiz Soares Dulci

**Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**  
Jorge Armando Felix

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social**  
Franklin Martins

**Advocacia-Geral da União**  
Luís Inácio Lucena Adams

**Ministro de Estado do Controle e da Transparência**  
Jorge Hage Sobrinho

**Secretário Especial de Direitos Humanos**  
Paulo de Tarso Vannuchi

**Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**  
Nilcêa Freire

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República**  
Alexandre Rocha Santos Padilha

**Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**  
Eloi Ferreira de Araújo

**Ministro de Estado Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos**  
Samuel Pinheiro Guimarães

**Secretário Especial de Portos**  
Pedro Brito do Nascimento

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

# Relatório de Avaliação

**Plano Pluriannual  
2008-2011**

**VOLUME II**

**EXERCÍCIO 2010  
ANO-BASE 2009**

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K  
FONE: 55 (61) 2020.4080  
FAX: 55 (61) 2020.4498  
Site: [www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br)  
CEP: 70040-906 – Brasília – DF**

© 2010, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica DIBIB/CODIN/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Relatório de Avaliação: Plano Plurianual 2008-2011: exercício 2010: ano-base 2009 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: SPI/MP, 2010.

3 v.

Conteúdo parcial: o v.1 está dividido em 2 partes.

1. Planejamento governamental. 2.Orçamento público. 3. Administração pública. I. Título

CDU 338.26"2008-2011"(047)

Em atendimento ao disposto nos incisos III e IV do art. 19 da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e suas alterações, o Volume II contempla:

- a) demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados em 2009 e dos índices finais previstos; e
- b) avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, indicando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0352 Abastecimento Agroalimentar	<b>Órgão Responsável</b>	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
-----------------	----------------------------------	--------------------------	-------	--

**Objetivo** *Contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira*

**Público-alvo** *Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo, segmento varejista*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/11/2003	15,00	12/2009	49,00	21,00	Alta	-
Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/11/2003	9,00	12/2009	8,00	8,00	Alta	-
Margem de Disponibilidade de Milho (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	31/12/2003	17,00	12/2009	25,00	9,00	Alta	-
Margem de Disponibilidade de Trigo (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	28/2/2004	3,00	12/2009	23,00	3,00	Alta	-
Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários (unidade)	CONAB	2/10/2009	1.000,00	12/2009	16.948,00	17.084,00	Média	A Conab contabiliza somente os adquirentes/arrematentes (produtores rurais/cooperativas) que efetivamente comprovaram a operação, tanto na formação de estoques como na garantia e sustentação de preços. No caso das cooperativas, é grande o leque de produtores associados e beneficiados, o que dificulta o controle do quantitativo de atendimento, sendo necessário o aprimoramento desses controles para que se obtenha dados mais fidedignos.
Produção Nacional de Grãos (milhão de t)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/4/2004	123,20	12/2009	135,10	143,70	Alta	-
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários (R\$ mil)	CONAB e Banco do Brasil	-	0,00	12/2009	3.820.843,29	4.271.152,00	Média	Existem variáveis que fogem do controle nesse momento de análise, sendo que as intervenções governamentais, tanto de garantia de preços quanto de recursos a serem aplicados na comercialização, poderão levar ao maior ou menor alcance do índice previsto.
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários (R\$ mil)	CONAB	-	0,00	12/2009	46.161.253,51	16.639.331,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1049 Acesso à Alimentação **Órgão Responsável** 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

**Objetivo** Garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana

**Público-alvo** Agricultores familiares, famílias em situação de insegurança alimentar e/ou risco nutricional, comunidades populacionais específicas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Agricultores Familares Beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (unidade)	SESAN/MDS	31/12/2006	118.140,00	12/2009	133.000,00	167.580,00	Média	O orçamento vem evoluindo anualmente, apresentando um acréscimo de 28% no orçamento de 2010 em relação ao que foi alocado em 2009, o que possibilita o aumento no número de agricultores beneficiários. No entanto, por restarem apenas 02 anos para o alcance da meta e tendo em vista os crescimentos observados nos anos anteriores, entende-se que existe média possibilidade do alcance pleno do índice previsto, para o qual será necessário mais recursos financeiros.
Número de Bancos de Alimentos Instalados com Recursos do Governo Federal (unidade)	SESAN/MDS	31/8/2007	34,00	12/2009	60,00	123,00	Baixa	Verificou-se, por intermédio da avaliação das estruturas instaladas em anos anteriores, que estas estavam inadequadas aos padrões e normas para funcionamento exigido. Assim, foi realizada uma revisão dos custos necessários à instalação desse equipamento público que aumentou de R\$ 130 mil para R\$ 450 mil, possibilitando a instalação de menos unidades com o recurso alocado no orçamento. Como não houve alteração desse montante, a previsão de instalação de bancos de alimentos fica reduzida para 104. Dessa forma, torna-se baixa a possibilidade de atingimento do índice estabelecido.
Número de Cozinhas Comunitárias Instaladas com Recursos do Governo Federal (unidade)	MDS/SESAN	31/8/2007	283,00	12/2009	385,00	500,00	Alta	Os contratos de repasse formalizados para a implementação de cozinhas comunitárias em 437 municípios sinalizam que a meta deverá ser atingida facilmente.
Número de Pessoas em Insegurança Alimentar e Nutricional Beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (unidade)	MDS/SESAN	31/12/2006	10.795.470,00	12/2009	13.238.800,00	13.909.150,00	Alta	O orçamento do PAA vem evoluindo anualmente, apresentando um acréscimo de 28% no orçamento de 2010 em relação ao que foi alocado em 2009, o que possibilita o atingimento do índice previsto para 2011.
Número de Restaurantes Populares Instalados com Recursos do Governo Federal (unidade)	MDS	31/8/2007	27,00	12/2009	74,00	183,00	Baixa	Verificou-se, por intermédio da avaliação das estruturas instaladas em anos anteriores, que estas estavam inadequadas aos padrões e normas para funcionamento exigido. Assim, foi realizada uma revisão dos custos necessários à instalação desse equipamento público que aumentou de R\$ 800 mil para R\$ 1,4 milhão por unidade. Como não houve alteração nos montantes fixados no orçamento, a previsão para instalação dos Restaurantes fica reduzida para 143.
Prevalência de Insegurança Alimentar no Brasil (%)	PNAD - Suplemento de Segurança Alimentar - IBGE; acompanhamento anual - MDS	10/1/2004	34,80	-	-	19,00	Muito Baixa	Não existem mecanismos que permitam a medição do Indicador da Prevalência de Insegurança Alimentar, tendo em vista que a sua medida é baseada na PNAD/2004, razão pela qual o mesmo não foi apurado.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0770 Administração Tributária e Aduaneira **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

**Objetivo** *Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação*

**Público-alvo** Governo Federal

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Realização da Receita Administrada, inclusive a Destinada à Previdência Social, pela Receita Federal do Brasil (percentagem)</i>	MP/SPS e Copat/SRF/MF	31/12/2006	110,00	12/2009	91,03	109,00	Alta	O produto interno bruto, a renda e a produção devem crescer de forma robusta o que aumenta a base tributável e como consequência a arrecadação de tributos. As últimas revisões das estimativas de receita para 2010 e 2011 estão alinhadas com essas premissas de crescimento e fornecem resultados compatíveis com os registrados para o PPA 2008-2011.



Programa 1102 Agenda 21

Órgão  
Responsável

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo**

*Promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais para estabelecer as prioridades a serem executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva de constituição de sociedades sustentáveis*

**Público-alvo**

*Governos e sociedade civil em âmbito nacional, regional e local*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0351 Agricultura Familiar - PRONAF **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

**Objetivo** *Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores*

**Público-alvo** *Agricultores familiares*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Assentados da Reforma Agrária (percentagem)</i>	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	50,55	12/2009	66,22	85,00	Muito Baixa	A aplicação do crédito depende diretamente da implantação de consolidação de assentamentos por parte do Incra, uma vez que o crédito Pronaf para o grupo A é o crédito produtivo concedido aos assentados da Reforma Agrária, após a implantação do assentamento e concessão dos créditos iniciais de instalação. Desta forma, em função da dificuldade de avanço nestes passos iniciais, provavelmente não será possível atingir o percentual de 85% inicialmente previsto para 2011.
<i>Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha B (percentagem)</i>	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	17,00	12/2009	55,23	48,00	Alta	-
<i>Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha C (percentagem)</i>	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	30,71	12/2009	59,16	52,00	Alta	-
<i>Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha D (percentagem)</i>	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	44,44	12/2009	59,16	77,00	Alta	-
<i>Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha E (percentagem)</i>	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2004	20,39	12/2009	59,16	79,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais		<b>Órgão Responsável</b>	25000	Ministério da Fazenda (MF)
<b>Objetivo</b>	<i>Melhorar a capacidade de atendimento aos clientes e facilitar à população o acesso ao crédito e aos serviços bancários</i>				
<b>Público-alvo</b>	<i>Clientela, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União, viabilizados por intermédio da rede bancária das instituições financeiras federais</i>				
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2009	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto
Taxa de Variação das Transações das Instituições Financeiras Oficiais (%)	Bancos Federais	-	-	-	-

*Não há informações para apuração do indicador*



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1279 Análise e Difusão da Política Externa Brasileira **Órgão Responsável** 35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

**Objetivo** *Contribuir para a formação de opinião sobre as principais questões e temas da política externa brasileira, das relações internacionais e da preservação da história diplomática do Brasil*

**Público-alvo** *Sociedade e meio acadêmico e diplomático*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Evolução da Divulgação da Política Externa Brasileira em Relação ao Ano Anterior (%)</i>	Fundação Alexandre de Gusmão	1/6/2007	23,00	01/2010	11,40	23,00	Alta	-

**Programa** 1436 Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** *Promover a qualificação e a educação permanente dos profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde, assim como promover a desprecarização dos vínculos de trabalho da saúde e a qualificação da gestão do trabalho*

**Público-alvo** *Gestores federais, estaduais, municipais, trabalhadores da saúde, sindicatos, entidades representantes dos trabalhadores da saúde e estudantes da área de saúde*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação em Saúde (%)	Pesquisa da Assistência Médico - Sanitária	31/12/2006	22,00	12/2009	40,00	45,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	<b>Órgão Responsável</b>	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
-----------------	---	--------------------------	-------	--

**Objetivo** *Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário*

**Público-alvo** *Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade de Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Custo Médio do Transporte de Grãos (R\$/ton)</i>	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Esalq/Sifreca	30/4/2005	157,38	12/2009	160,00	124,80	Média	Há a necessidade de investimentos em infra-estrutura de logística e transporte no País, com a diversificação dos modais de transporte como o ferroviário, hidroviário e da melhoria das estruturas rodoviárias existentes. Há ainda a necessidade de estruturar as prefeituras municipais com patrulhas mecanizadas para a construção de pequenas barragens de terra, para regularização de fluxo dos rios que danificam as pontes rurais e para a estruturação e manutenção das estradas vicinais, que alteram os custos de escoamento da produção agropecuária.
<i>Produção Agrícola e Derivados Transportados por Hidrovias no Território Nacional (%)</i>	Associação Nacional do Exportadores de Cereais - ANEC	31/3/2005	7,00	12/2008	7,00	8,02	Baixa	Há a necessidade de implantação das hidrovias, da conclusão de obras ferroviárias nas principais regiões produtoras e da implantação de escusas nas hidroelétricas que interrompem fluxos naturais e seculares de navegação hidroviária. A sinalização e a conservação de hidrovias de escoamento da produção agropecuária e mineral deve receber especial atenção sob pena da perda desse grande capital natural, fundamental para a economia regional e nacional.
<i>VOLUME DE PRODUTOS AGRÍCOLAS EXPORTADOS PELOS PORTOS BRASILEIROS (milhão de t)</i>	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	30/4/2005	43,05	12/2009	43,46	57,00	Média	Há a necessidade de se promover a dragagem e aumento dos calados dos portos que operam hoje com limitações enormes na recepção de navios maiores. A tendência do uso de navios cada vez maiores tem reduzido os custos por toneladas transportadas em rotas oceânicas, a impossibilidade de operarmos com esses navios agrегam custos nas operações, com perda de competitividade para o produto nacional no mercado internacional.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0661 Aprimoramento da Execução Penal **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** *Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes*

**Público-alvo** *Pessoas presas, condenadas, internadas e egressas do Sistema Penitenciário Nacional*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Percentual de Mulheres em Presídios Femininos (%)</i>	DEPEN	9/7/2007	0,63	06/2009	0,66	0,71	Alta	-
<i>Percentual de Presos que Trabalham (%)</i>	DEPEN	9/7/2007	0,24	06/2009	0,19	0,35	Média	Desenvolvimento, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, de propostas de profissionalização e geração de renda para as pessoas presas, egressos e familiares, a partir do programa de Economia Solidária e da instituição de Cooperativas. Incentivo à ampliação no número de convênios celebrados relacionados as ações laborais, pelas unidades federativas, bem como implantação e operacionalização de módulos de trabalho (oficinas) nos estabelecimentos penais estaduais.
<i>Razão entre a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário e a População do Sistema (unidade)</i>	Departamento Penitenciário Nacional	9/7/2007	0,69	06/2009	0,64	0,81	Média	Considerando o déficit existente da ordem de 156 mil vagas prisionais, ao custo unitário possível de R\$ 30 mil a vaga, fica visível a necessidade de ampliação da dotação proposta para a construção de unidades penais nos próximos orçamentos. Desta forma, é necessário um maior aporte de recursos, por parte da União, para a geração de vagas prisionais, mesmo considerando a responsabilidade das Unidades Federativas no que diz respeito à diminuição do déficit de vagas.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0256 Aprimoramento dos Serviços Postais **Órgão Responsável** 41000 Ministério das Comunicações (MC)

**Objetivo** Garantir e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços postais prestados à população

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de atendimento (percentual)	Pesquisa externa (DICOM/ECT)	31/10/2005	95,40	-	-	100,00	Média	A pesquisa externa realizada para este indicador é bianual. O último índice apurado foi de 92%, datado de 2007.
Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de Distribuição (percentual)	Pesquisa Externa (DICOM/ECT)	31/10/2005	97,80	-	-	100,00	Média	A pesquisa externa realizada para este indicador é bianual. O último índice apurado foi de 92%, datado de 2007.
Taxa de Distritos, com População Igual ou Superior a 500 habitantes, com Atendimento Postal (percentual)	DICOM/ECT	31/12/2006	85,40	12/2009	73,78	100,00	Média	Está previsto para o 1º semestre do ano de 2010 o ajuste do valor do repasse financeiro realizado para as Agências Comunitárias. Quanto à parceria com a iniciativa privada, em especial, entidades sem fins lucrativos, o assunto será objeto de análise ao longo do ano de 2010, que envolverá a avaliação de novo instrumento jurídico para a contratação. Também estará em curso negociação de revisão da Portaria 310/1998 junto ao Ministério das Comunicações.
Taxa Populacional com Distribuição Postal (percentual)	DIOPE/ECT	31/7/2002	79,09	-	-	89,21	Média	O IBGE realizou de 2008 a 2009, os levantamentos de campo referente à pesquisa de orçamento familiar 3 POF, na qual consta o quesito referente à prestação do serviço de distribuição postal à população brasileira. A tabulação e análise dos dados estão sendo efetuadas por aquele órgão e os resultados devem ser divulgados até o final do primeiro semestre de 2010.



Programa 0499 Áreas Protegidas do Brasil

Órgão  
Responsável

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo *Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes*

Público-alvo *População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1016 Artesanato Brasileiro **Órgão Responsável** 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

**Objetivo** *Fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração de trabalho e renda e promover seu acesso ao mercado externo*

**Público-alvo** Artesões cadastrados nos órgãos estaduais competentes

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Variação da Renda dos Artesões Cadastrados nos Órgãos Estaduais Competentes (número índice)</i>	MDIC	31/8/2007	100,00	-	-	-	Muito Baixa	<p>Não foi possível a apuração do indicador pois até o momento duas coordenações estaduais não efetuaram cadastramento de artesões no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB. Por esta razão foi solicitada a substituição por outro indicador. Além disso, em função de problemas operacionais, o sistema está sendo revisto.</p>

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0135 Assentamentos para Trabalhadores Rurais **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

**Objetivo** Promover a democratização do acesso à terra

**Público-alvo** Trabalhadores rurais sem-terra

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Famílias Cadastradas no SIPRA Beneficiadas no Programa Nacional de Reforma Agrária (%)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)	31/12/2006	14,00	12/2009	58,76	10,00	Média	Aprimorar o desenvolvimento dos assentamentos com qualidade de vida.
Unidade de Produção Familiar Gerada por Imóvel Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária (unidade)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)	31/12/2006	143,00	12/2009	95,00	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada							<b>Órgão Responsável</b>	36000	Ministério da Saúde (MS)
<b>Objetivo</b>	<i>Ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde, na busca da equidade, da redução das desigualdades regionais e da humanização de sua prestação</i>									
<b>Público-alvo</b>	<i>Sociedade</i>									
Indicador (unidade de medida)	Fonte		Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
			Data	Índice	Data	Índice				
<i>Indice de Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (1/100.000 habitantes)</i>	DATASUS / IBGE / PNAD	31/12/2006	0,44	01/2010	0,58	0,70	Alta		-	
<i>Indice de Consulta por Habitante (Consulta per capita)</i>	MS/SAS - SIA/SUS e IBGE	31/12/2005	2,50	01/2010	2,72	2,90	Média		-	
<i>Índice de Leitos Disponibilizados (1/1.000)</i>	MS/SAS/CNES e IBGE	30/6/2006	2,66	01/2010	2,67	3,00	Média	De acordo com os resultados apurados o Índice previsto 2009 deve ter sido calculado utilizando o número de leitos totais do país (511.549) e não o número de leitos SUS (367.188).		
<i>Indice de Transplantes Realizados no SUS (1/1.000.000)</i>	SAS/MS	31/12/2006	59,60	01/2010	93,46	74,60	Alta		-	
<i>Quociente de Internação Hospitalar no SUS (%)</i>	SIH / SIA - MS	30/6/2007	3,43	01/2010	3,15	2,90	Alta		-	
<i>Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psicossocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica (%)</i>	DATASUS / IBGE / PNAD	31/12/2005	44,53	01/2010	64,00	75,00	Alta		-	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1383 Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade **Órgão Responsável** 52000 Ministério da Defesa (MD)

**Objetivo** Apoiar as ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infra-estrutura, e de meio ambiente, disponibilizando os meios do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, para a superação das dificuldades do país

**Público-alvo** Sociedade Brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação (percentagem)	Estado Maior do Exército	31/12/2006	-	12/2009	27,00	50,00	Média	No decorrer do Plano, o Ministério da Defesa sofreu diversos contingenciamentos que afetaram, sobretudo, a sua capacidade de promover ações em benefício da sociedade. Como principais exemplos temos as restrições impostas às ações orçamentárias do Programa Soldado-Cidação e Cooperação com a Construção de Infraestrutura (esta última a cargo dos Batalhões de Engenharia e Construção do Exército- BEC). Nesse caso, as iniciativas são financiadas às custas de convênios com Estados e Municípios e que estão tendo graves dificuldades de implementação desses convênios, por conta da falta de recursos.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1293 Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** Promover o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Hanseníase Disponibilizado pelo SUS (percentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF)	31/12/2006	85,00	04/2010	85,00	95,00	Muito Baixa	O indicador não é adequado para o programa
Taxa de Esquemas Terapêuticos para Tratamento da Tuberculose Disponibilizado pelo SUS (percentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF).	31/12/2006	90,00	04/2010	90,00	95,00	Muito Baixa	O indicador não é adequado para o programa
Taxa de Portadores de Insuficiência Renal Crônica em Tratamento com Eritropoetina (percentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF)	31/12/2006	70,00	04/2010	70,00	100,00	Muito Baixa	O indicador não é adequado para o programa

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0699 Assistência Jurídica Integral e Gratuita **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** Garantir a prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça

**Público-alvo** Cidadãos que necessitam de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, gratuita, e que não tem condições econômicas de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Cidadão Assistido com Prestação Jurídica Gratuita (unidade)	DPU/MJ	1/1/2007	98.970,00	12/2009	330.439,00	140.000,00	Alta	-
Número de Atendimentos Prestados ao Cidadão (unidade)	Defensoria Pública da União/MJ	31/8/2007	227.000,00	12/2009	808.469,00	500.000,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa 1427 Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar** **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

**Objetivo** *Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores rurais*

**Público-alvo** *Agricultores familiares, empreendedores rurais (conforme previsto na Lei nº 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de Ater*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Agentes de Ater Formados (%)	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ? DATER/SAF	31/12/2006	20,00	12/2009	49,75	80,00	Média	Em função do aumento dos recursos disponibilizados, há possibilidade de atingimento da meta estabelecida.
Taxa de Cobertura de Ater à Agricultura Familiar (%)	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ? DATER/SAF	31/12/2006	37,00	12/2009	58,28	51,00	Alta	-
Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (%)	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ? DATER/SAF	31/12/2006	33,33	12/2009	67,51	61,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1214 Atenção Básica em Saúde **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** *Expandir a estratégia de Saúde da Família e a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, de qualidade, integral e humanizada*

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde Bucal (%)	MS/SAS/DAB	30/5/2007	41,20	12/2009	48,20	66,00	Média	O Ministério da Saúde vem priorizando recursos para a Atenção Básica, visando aumentar a possibilidade de alcance da meta prevista ao final do PPA.
Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família (%)	MS/SAS/DAB	30/5/2007	47,10	12/2009	50,70	70,00	Média	O Ministério da Saúde vem priorizando recursos para a Atenção Básica, visando aumentar a possibilidade de alcance da meta prevista ao final do PPA.
Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família em Municípios com mais de 100.000 Habitantes (percentagem)	MS/SAS/DAB	30/5/2007	36,30	12/2009	34,00	52,00	Média	O Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família 3 PROESF, realizado entre o Ministério da Saúde e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento 3 BIRD, a fim de aumentar o acesso à atenção primária pela saúde da família nos grandes centros urbanos, iniciou, em dezembro de 2002, com 5.900 equipes nos municípios acima de 100 mil habitantes, uma cobertura média de 24%, tendo aumentado para 40% em setembro de 2009, sendo que 85% dos 226 municípios com população acima de 100 mil habitantes em 2002 aumentaram suas coberturas populacionais, mas permanecem com coberturas médias inferiores a 50%. Observa-se que várias capitais têm a cobertura acima de 60% e a maioria, acima de 30%.
Taxa de cobertura do auxílio-reabilitação psicosocial do Programa "De Volta Pra Casa" (%)	DATASUS / Coordenação de Saúde Mental	31/12/2006	21,00	12/2009	60,00	86,00	Média	Apesar dos avanços significativos na área técnica de Saúde Mental alcançados em 2009, permanecem vários desafios, a saber: a expansão de CAPS específicos, tais como os CAPS III (24 horas); a insuficiente articulação da rede de saúde mental com a rede de urgência-emergência; a baixa efetividade de diversos CAPS, a ampliação das ações na atenção básica, e a pactuação de uma resposta mais integrada e competente à demanda oriunda do consumo prejudicial de álcool e outras drogas.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0282 Atuação Internacional na Área de Petróleo **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** Incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petrobras no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural

**Público-alvo** Consumidores de gás natural, petróleo e seus derivados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Refino Instalada no Exterior (mil barris por dia)	Petrobras S/A	31/12/2003	129,00	12/2009	281,00	-	Alta	-
Produção média de gás natural no exterior (milhões de m <sup>3</sup> /dia)	Petrobras S/A	31/12/2003	14,44	12/2009	17,00	-	Alta	-
Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural no Exterior (mil barris por dia)	Petrobras S/A.	31/12/2003	160,90	12/2009	141,00	-	Alta	-

**Programa** 0553 Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

**Órgão  
Responsável**

01000 Câmara dos Deputados (Câmara do Deputados)

**Objetivo** *Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do poder público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais do órgão e dos seus membros*

**Público-alvo** *Sociedade*

Este programa não apresenta indicador.

---

**Programa** 0551 Atuação Legislativa do Senado Federal **Órgão Responsável** 02000 Senado Federal (Senado Federal)

**Objetivo** *Representar a federação, fiscalizar e controlar os atos dos agentes do poder público e desempenhar as demais atribuições constitucionais e regimentais*

**Público-alvo** *Unidades da Federação e sociedade*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1060 Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos							<b>Órgão Responsável</b>	26000 Ministério da Educação (MEC)
<b>Objetivo</b>	<i>Elevar o nível de alfabetização e de escolaridade da população de jovens e adultos</i>								
<b>Público-alvo</b>	<i>Jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade não alfabetizados ou com baixa escolaridade</i>								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
<i>Percentual da População na faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série (%)</i>	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	23,40	09/2008	20,99	15,72	Média	É necessário esclarecer que o índice se refere a 2008, pois a PNAD tem defasagem de um ano. Para se atingir um índice próximo dos 16% foram adotadas medidas no sentido de: 1) ampliar o atendimento de alfabetizando em cursos de alfabetização; 2) articular essa alfabetização com a continuidade dos estudos; 3) fornecer material didático para a alfabetização e para a Educação de Jovens e Adultos; e, 4) formar professores para atuar na modalidade de EJA.	
<i>Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 29 Anos (%)</i>	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	3,70	09/2008	2,82	2,09	Alta	É necessário esclarecer que o índice se refere a 2008, pois PNAD tem defasagem de um ano.	
<i>Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais (%)</i>	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE	24/9/2005	11,05	09/2008	9,96	6,19	Média	O índice se refere a 2008, pois PNAD tem defasagem de um ano. O atual índice é de 9,96% o que significa uma média de decréscimo de 0,33 pp. Mantido esse ritmo, em 2011 chegar-se-ia a uma taxa de analfabetismo acima dos 8% em 2011. No entanto, percebe-se que a queda no analfabetismo não foi uniforme entre esses anos. De fato entre 2005 e 2006, quando o atendimento foi mais abrangente, chegou aos 0,67 P.P. As medidas corretivas para que se chegue aos resultados foram: a) ampliar o atendimento da alfabetização; 2) prover material didático; 3) reformular a formação dos alfabetizadores; 4) reforçar papel de coordenadores de turmas; 4) articular a continuidade dos estudos (reforço EJA); e, 5) fortalecimento da parceria com o Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais de Educação e Saúde para testes de acuidade visual e obtenção de óculos para os alfabetizados que deles necessitem.	
<i>Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Área Rural (%)</i>	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	25,00	09/2008	23,51	14,00	Baixa	O índice se refere a 2008, pois a PNAD tem defasagem de um ano. É necessária uma articulação de uma agenda territorial em que o atendimento da alfabetização e a continuidade dos estudos seja trabalhada de forma sistêmica por estados e municípios. Em 2010 ações específicas para a EJA no campo (para além do Projovem campo, que já atende o ensino fundamental de pessoas entre 15 e 29 anos de idade) estão sendo desenhadas.	
<i>Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Região Nordeste (%)</i>	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	21,90	09/2008	19,41	12,28	Média	O Nordeste corresponde à maior atuação das ações de alfabetização e foi a Região onde mais caiu a taxa de analfabetismo, demonstrando que a ampliação dessas ações surtem efeito. É necessária, entre outras ações, uma pactuação de metas com os governadores da Região referentes ao atendimento em alfabetização e continuidade dos estudos (vagas de EJA) para ser possível atingir as metas almejadas.	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1045 Brasil com Todo Gás **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** *Promover o uso de gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a capacidade e a flexibilidade de seu transporte*

**Público-alvo** *Consumidores de gás natural*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Capacidade da rede de dutos para o transporte de gás natural (milhão de m<sup>3</sup> por dia)</i>	Petrobras	31/12/2003	7.870,00	12/2009	120,00	-	-	-
<i>Extensão da malha de gasodutos da Petrobras (km)</i>	Petrobras Transporte S.A.	31/12/2007	-	12/2009	7.476,00	9.621,00	Alta	A evolução da extensão das malhas de gasodutos está cada vez mais associada a evolução do mercado consumidor. Os grandes trechos estruturantes estão concluídos ou em fase avançada de construção.
<i>Volume de Vendas de Gás Natural no Brasil (milhões de m<sup>3</sup>/dia)</i>	Petrobras - Unidade de Gás Natural	31/12/2002	23,80	12/2009	36,60	-	-	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1061 Brasil Escolarizado							<b>Órgão Responsável</b>	26000 Ministério da Educação (MEC)
<b>Objetivo</b>	<i>Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência</i>								
<b>Público-alvo</b>	<i>Crianças, adolescentes e jovens</i>								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
<i>Taxa de freqüência à escola da população na faixa etária de 0 a 3 anos (%)</i>	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	13,00	-	-	54,40	Média	Ainda não é possível calcular essa taxa para o exercício de 2009. A previsão para divulgação dessa informação é novembro de 2010. Considerando a tendência dos exercícios anteriores, há expectativa de que o índice atinja o valor previsto para 2009, ou seja, 43,40.	
<i>Taxa de freqüência bruta ao Ensino Médio (%)</i>	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	80,70	-	-	91,90	Média	Ainda não é possível calcular essa taxa para o exercício 2009. A previsão para divulgação dessa informação é novembro de 2010. Considerando a tendência dos exercícios anteriores, há expectativa de que o índice atinja o valor previsto para 2009, ou seja, 88,90.	
<i>Taxa de freqüência líquida à Pré-escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos (%)</i>	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	62,90	-	-	87,50	Média	Ainda não é possível calcular essa taxa para o exercício 2009. A previsão para divulgação dessa informação é novembro de 2010. Considerando a tendência dos exercícios anteriores, há expectativa de que o índice atinja o valor previsto para 2009, ou seja, 82,09.	
<i>Taxa de freqüência líquida ao Ensino Fundamental da população na faixa etária de 7 a 14 anos (%)</i>	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	94,40	-	-	97,50	Média	Ainda não é possível calcular essa taxa para o exercício 2009. A previsão para divulgação dessa informação é novembro de 2010. Considerando a tendência dos exercícios anteriores, há expectativa de que o índice atinja o valor previsto para 2009, ou seja, 97,35.	
<i>Taxa de freqüência líquida ao Ensino Médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos (%)</i>	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	45,30	-	-	52,80	Média	Ainda não é possível calcular essa taxa para o exercício 2009. A previsão para divulgação dessa informação é novembro de 2010. Considerando a tendência dos exercícios anteriores, há expectativa de que o índice atinja o valor previsto para 2009, ou seja, 50,40.	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0181 Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão **Órgão Responsável** 51000 Ministério do Esporte (ME)

**Objetivo** *Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do País no exterior*

**Público-alvo** *Atletas das modalidades esportivas de alto rendimento*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Acesso ao Esporte de Alto Rendimento (percentual)	Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Alto Rendimento	31/12/2006	115,74	-	-	400,00	Muito Baixa	A gerência aponta a impossibilidade de apuração dos referidos índices e a necessidade de se propor novos indicadores para o programa, visto que o indicador existente apesar de retratar o objetivo do Programa, não é passível de mensuração, tendo em vista que não existe um controle ou uma garantia do número de atletas que entram a cada ano no sistema esportivo de alto rendimento.
Taxa de Ranqueamento Esportivo Mundial (percentual)	Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Alto Rendimento	31/1/2007	44,82	-	-	60,00	Muito Baixa	Existe incompatibilidade na base de cálculo que forma o indicador, pois algumas modalidades esportivas fazem ranqueamento por prova e não pela modalidade propriamente dita.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0167 Brasil Patrimônio Cultural **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

**Objetivo** *Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro*

**Público-alvo** Sociedade Brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Índice de Preservação do Patrimônio Material - IPPM (percentagem %)</i>	Iphan/MinC	31/12/2006	70,66	03/2010	109,00	-	Alta	-
<i>Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial (unidade)</i>	IPHAN	31/12/2006	7,00	03/2010	1,00	-	Baixa	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1336 Brasil Quilombola	<b>Órgão Responsável</b>	20126 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)
-----------------	------------------------	--------------------------	---

**Objetivo** *Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas*

**Público-alvo** *População de comunidades - rurais ou urbanas - remanescentes de quilombos*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade de Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
Número índice de evolução da certificação de comunidades remanescentes de quilombos (número índice)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2005	142,69	01/2010	77,44	100,00	Alta	-
Número índice de evolução da titulação de territórios quilombolas (número índice)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	450,00	01/2010	38,46	100,00	Baixa	Sugere se ampliar a equipe do INCRA para a realização do objeto do Decreto 4.887/2003; fortalecer a base legal para o reconhecimento, demarcação e titulação das terras quilombolas; ampliar a parceria com os estados para aumentar o número de territórios quilombolas titulados; alterar a IN 57/2009 a fim de permitir ao INCRA realizar parcerias para a confecção dos RTID'S.
Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável (percentual)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2005	15,52	01/2010	99,90	10,00	Alta	Sugere-se articular projetos nos territórios da cidadania em parceria com governos estaduais, municipais e organizações não governamentais

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1073 Brasil Universitário **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

**Objetivo** *Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento*

**Público-alvo** *Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior (unidade)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	15,22	12/2009	15,80	16,34	Alta	Nota-se elevação de 2,66% na apuração referente a 2009 ante o valor do ano anterior. Tal fato mostra-se condizente com o disposto no PPA 2008-2011, que espera trajetória ascendente nos resultados desse indicador com vistas ao alcance da meta planejada para 2011 de 16,34.
<i>Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	44,26	12/2009	49,54	56,90	Média	O resultado de 2009 apresenta elevação ante o ano anterior, de 48,78 para 49,54. O acréscimo na proporção de docentes com doutorado nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES é fruto da realização de concursos públicos para o cargo de docentes nessas instituições, no âmbito da ação Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Devido a indisponibilidade de dados do primeiro ano do REUNI e, dessa forma, da obtenção de dados mais consistentes, reduzimos a possibilidade de alcance deste indicador para a Média e reiteramos a sugestão de reavaliação da meta para 55%.
<i>Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	29,40	12/2009	24,45	22,74	Alta	Dada a política de acrescer a proporção de doutores no quadro de docentes dessas instituições, espera-se trajetória descendente nas curvas resultantes da apuração desses indicadores. Assim o resultado verificado em 2009 aponta para essa tendência esperada nas IFES: na relação de docentes graduados e especialistas ante o total de docentes, redução de 2,86% em 2009.
<i>Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	26,32	12/2009	25,92	20,36	Média	O projeto REUNI aumentará o número de professores nas Universidades Federais, sendo em sua maioria contratados com nível de doutorado. A expectativa é que o percentual de docentes com mestrado reduza em maior grau que nos anos anteriores. O resultado verificado em 2009 aponta para essa tendência esperada nas IFES. Na relação de docentes com mestrado ante o total de docentes, redução de 0,42% em 2009. Reiteramos a sugestão de reavaliação da meta para 22,26%.
<i>Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	25,38	12/2009	25,90	40,09	Média	Sugerimos a reavaliação da meta para 35% uma vez que os incrementos nas vagas noturnas levam em média de 4 a 5 anos para atingirem o nível máximo de matriculados e, aparentemente, quando da construção do indicador, não foi considerado o tempo de maturação do indicador.
<i>Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	60,13	12/2009	62,59	64,09	Alta	O resultado esperado para esse indicador é de incremento de taxa, o que foi verificado no ano de 2009: 62,59 contra 61,67 de 2008.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0169 Brasil, Som e Imagem **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

**Objetivo** *Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria audiovisual*

**Público-alvo** Sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil (percentual)</i>	Ministério da Cultura	27/5/2006	11,00	12/2009	14,28	-	Média	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1163 Brasil: Destino Turístico Internacional **Órgão Responsável** 54000 Ministério do Turismo (MTur)

**Objetivo** *Aumentar o fluxo de turistas estrangeiros, o gasto médio e o tempo médio de permanência no país*

**Público-alvo** *Turistas estrangeiros - atual e potencial, trade turístico e a mídia*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Divisas Geradas pelo Turismo (US\$ bilhão)</i>	Banco Central do Brasil	31/12/2006	4,30	-	-	0,00	-	-
<i>Fluxo de Turistas Estrangeiros (unidade)</i>	Polícia Federal e EMBRATUR	31/12/2002	3.800.000,00	-	-	8.800.000,00	Baixa	Problemas de acessibilidade e a crise econômica internacional não permitirão o atingimento da meta.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0643 Calha Norte **Órgão Responsável** 52000 Ministério da Defesa (MD)

**Objetivo** *Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região*

**Público-alvo** *População dos estados do Amapá, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e os municípios da calha norte do Rio Amazonas no Estado do Pará e a Ilha de Marajó*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Cobertura de Atendimento aos Municípios do PCN (%)</i>	Relatório Anual de Gestão do Programa	1/12/2006	78,00	12/2009	71,00	100,00	Média	Embora o índice apurado seja inferior ao de sua data-base, espera-se, ao final do PPA, uma elevação no índice. Porém, a obtenção de 100% conforme previsto para o final do PPA (2011) dificilmente será alcançada.
<i>Extensão de Fronteira por Núcleo de Povoamento integrado à Pequena Unidade Militar (km por núcleo)</i>	Ministério da Defesa	31/7/2003	375,00	12/2009	350,00	280,00	Baixa	A meta estabelecida neste indicador depende, fundamentalmente, da disponibilização de recursos orçamentários para a construção de novos Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs). Atualmente, a concepção para a criação e/ou adequação de novos PEFs encontra-se inserida na Estratégia Nacional de Defesa (END), em apreciação na Casa Civil da Presidência da República.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0777 Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins							<b>Órgão Responsável</b>	25000	Ministério da Fazenda (MF)
<b>Objetivo</b>	<i>Desenvolver recursos humanos mediante formação e educação continuada de servidores e profissionais, visando a capacitação por competências individuais</i>									
<b>Público-alvo</b>	<i>Servidores públicos e profissionais voltados ao aprimoramento do sistema tributário, do sistema de execução orçamentária e financeira, do sistema de controle e de áreas afins</i>									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas		
<i>Grau de Satisfação dos Alunos (percentagem)</i>	ESAF	31/12/1999	76,00	12/2009	93,50	90,00	Alta	-		
<i>Grau de Satisfação dos Contratantes (percentagem)</i>	ESAF	31/12/1999	85,00	12/2009	97,80	-	Alta	-		

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1433 Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres **Órgão Responsável** 20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

**Objetivo** *Reducir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo*

**Público-alvo** Mulheres

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos de Políticas para as Mulheres (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	51,85	12/2009	88,90	100,00	Alta	-
Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	2,54	12/2009	18,70	4,10	Alta	-
Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	0,00	12/2008	109,09	400,00	Alta	-
Evolução do Número de Profissionais da Educação Formados em Conteúdos Não-Discriminatórios (percentual)	Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	0,00	-	-	10,00	Muito Baixa	Os dados existentes sugerem que o indicador deve ser revisto ou excluído.
Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM Relacionados aos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (percentual)	Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	46,00	-	-	50,00	Muito Baixa	Nova forma de sistematização das informações primárias impossibilitou o cálculo do indicador em 2009.
Taxa de Cobertura Estadual dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	88,89	12/2009	92,60	100,00	Alta	-
Taxa de Cobertura Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	3,30	12/2009	10,70	5,20	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011****Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008****Exercício 2010 - Ano base 2009****Volume II**

**Programa** 1122 Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais **Órgão Responsável** 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

**Objetivo** *Ampliar, organizar e disponibilizar a base de informação e conhecimento técnico-científico visando à inovação tecnológica e à conservação dos recursos naturais*

**Público-alvo** *Comunidade científica; indústria; comunidades locais; e poder público*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de Núcleos de Biogeoinformática Institucionais Constituídos (unidade)</i>	Ministério da Ciência e Tecnologia, Institutos do MCT, Universidades	31/12/2007	0,00	12/2009	2,00	4,00	Alta	-



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1201 Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	<b>Órgão Responsável</b>	36000	Ministério da Saúde (MS)
-----------------	--	--------------------------	-------	--------------------------

**Objetivo** *Estabelecer uma estratégia nacional de desenvolvimento e inovação para o complexo produtivo de bens e serviços de saúde no país, por intermédio da interação entre saúde, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no complexo de saúde, orientando, apoiando e realizando investimentos para a produção científica e de insumos estratégicos para a saúde*

**Público-alvo** *Usuários do SUS; Gestores e Instituições de Saúde do SUS; Laboratórios Públicos de Produção de Insumos da Saúde; Instituições de Ensino e Pesquisa; Instituições do complexo produtivo da saúde*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Insumos e Produtos de Saúde Desenvolvidos pela Fiocruz (unidade)	MS/Relatórios periódicos das unidades da FIOCRUZ	31/12/2006	26,00	12/2009	11,00	40,00	Média	O funcionamento da comissão de alto nível para definir ações estratégicas para a justar a produção da unidade FARMANGUINHOS
Número de Métodos e Processos em Saúde Pública Desenvolvidos pela Fiocruz (unidade)	MS/FIOCRUZ	31/12/2006	25,00	12/2009	10,00	40,00	Média	Não há medida corretivas necessárias.
Número de Patentes Depositadas (unidade)	MS/Relatórios de atividades das unidades da Fiocruz	31/12/2006	4,00	12/2009	16,00	10,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Nordeste (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	30/6/2007	112,00	12/2009	209,00	220,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Norte (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	30/6/2007	50,00	12/2009	48,00	70,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Sudeste (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	31/12/2006	797,00	12/2009	1.158,00	1.145,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Sul (unidade)	MS/ Relatórios de atividades das Unidades da Fiocruz	31/12/2006	20,00	12/2009	10,00	50,00	Alta	-
Taxa de Pesquisas Publicadas em Revistas de Relevante Importância para a Comunidade Científica (%)	MS/Fiocruz, MEDLINE	31/12/2006	71,00	12/2009	93,60	80,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1388 Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)			<b>Órgão Responsável</b>	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)		
<b>Objetivo</b>	<i>Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional</i>							
<b>Público-alvo</b>	<i>Empresas em geral e, em especial, as de nanotecnologia e biotecnologia; de química; de materiais; de eletrônica; de energias renováveis; de software; de fármacos; de semicondutores e microeletrônica; prestadoras de serviços tecnológicos; de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica; laboratórios nacionais; e comunidade científica e tecnológica</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009	Índice Previsto para 2011	Possibilidade		
		Data	Índice	Data	Índice	Alcance do Índice Previsto		
<i>Certificações de Sistemas e Famílias de Produtos (unidade)</i>	ABNT/INMETRO	31/12/2007	9.614,00	12/2009	8.733,00	14.374,00		
						Média		
						O número de certificados emitidos em 2009 para certificações de Sistemas ISO 9000 e 14000 foi inferior ao dos anos anteriores, entretanto, espera-se para 2010 uma recuperação desse número de maneira que até 2011 ele ficará bem próximo ao Índice previsto para o final do PPA, principalmente com a recuperação na certificação de sistemas.		
<i>Mestres e Doutores em Atividades de P&amp;D no Total de Pessoal em P&amp;D das Empresas (percentual)</i>	PINTEC/IBGE	31/12/2007	13,40	01/2010	15,60	16,80		
						Alta		
<i>Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos Industriais (%)</i>	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX/MDIC	31/12/2007	8,10	02/2010	7,70	9,60		
						Alta		
<i>Pedidos de Patentes de Invenção no Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) Depositados por Residentes no Brasil (unidade)</i>	United States Patent and Trademark Office (USPTO)	31/12/2007	385,00	01/2010	534,00	504,00		
						Alta		
<i>Taxa de Participação dos Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento na Receita Líquida de Vendas das Empresas (percentual)</i>	PINTEC/IBGE	31/12/2007	0,85	01/2010	0,99	1,06		
						Alta		
						-		
						-		
						-		

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0471 Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social		<b>Órgão Responsável</b>	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
<b>Objetivo</b>	<i>Ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico e científico visando à melhoria da qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade social</i>				
<b>Público-alvo</b>	<i>População excluída rural e urbana; pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; povos indígenas e comunidades tradicionais; mulheres e comunidades negras; participantes do programa da juventude; pessoas com insegurança alimentar e nutricional; pequenos produtores; micro e pequenas empresas; populações de regiões deprimidas social e economicamente, especificamente, população de catadores de materiais recicláveis e suas famílias; e empreendimentos econômicos solidários</i>				
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2009	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice
Número de Acessos aos Sites das Instituições de Pesquisa do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP/MCT	31/12/2007	23.816.115,00	01/2010	53.164.066,00
Número de Municípios Participantes da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (unidade)	Departamento de Difusão e Popularização da Ciência - DEPDI/SECIS/MCT	31/10/2007	390,00	01/2010	500,00
Número de Visitas às Instituições de Ensino e Pesquisa e Museus de Ciências do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP/MCT	31/12/2007	430.065,00	01/2010	388.070,00
Pessoas que Declararam muito Interesse pelo Tema Ciência e Tecnologia (%)	Pesquisa de Percepção Pública de C&T - SECIS/MCT	1/12/2006	41,00	01/2010	41,00
					Medidas Corretivas
					-
					-
					-
					-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1080 Combate à Desertificação **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** *Reducir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação*

**Público-alvo** *População das Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASD*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Áreas atendidas por intervenções que visem o combate à desertificação (km<sup>2</sup>)</i>	Ministério do Meio Ambiente	1/3/2005	9.750,00	12/2009	80.975,00	190.869,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0812 Competitividade das Cadeias Produtivas **Órgão Responsável** 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

**Objetivo** *Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações voltadas para o incremento das exportações e dos investimentos vinculados ao aumento da competitividade e à substituição de importações*

**Público-alvo** *Setor industrial produtivo das principais cadeias produtivas*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Variação Líquida das Exportações da Indústria (percentual)</i>	BACEN e SECEX	20/1/2007	1,88	01/2010	4,08	2,63	Alta	O índice 4,08 é negativo. O ano de 2009 foi crítico em decorrência da crise econômica mundial, que afetou fortemente as exportações. O BACEN projeta para 2010 uma taxa de câmbio de 1,82, e, para 2011, 1,85. Neste cenário, a variação é de 8,8% em 2010 e quase fixa em 2011 (1,70). Ao mesmo tempo, a SECEX projeta um aumento de 10% nas exportações totais, o que se reflete num aumento de 14% nas exportações das cadeias produtivas tomadas como referência para o índice do PPA. Tomando por referência as projeções do BACEN e da SECEX, teríamos um índice de variação líquida das exportações projetado de 1,64% ao final de 2010. Assim, um acréscimo de 5% nas exportações em 2011 permitiria atingir o índice previsto para o final do PPA.

**Programa** 0798 Compras Governamentais **Órgão** 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

**Objetivo** *Otimizar os processos de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do governo federal, bem como modernizar e normatizar os processos administrativos na área de logística e de serviços gerais*

**Público-alvo** *Órgãos e entidades da Administração Pública Brasileira, entidades conveniadas, fornecedores e prestadores de serviços*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1057 Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e Inteligência do Sistema de Defesa e a segurança da comunicação militar</i>		
Público-alvo	<i>Nação brasileira</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1145 Comunidades Tradicionais **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** *Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social*

**Público-alvo** *Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção (%)	Ministério do Meio Ambiente	31/7/2005	4,27	01/2010	48,72	50,33	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1332 Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** *Contribuir para a sustentabilidade dos biomas brasileiros, respeitando as suas especificidades, por meio da expansão e consolidação do sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, bem como para a definição e disseminação de políticas e práticas de conservação, uso sustentável e gestão integrada dos biomas, com a justa repartição dos benefícios decorrentes*

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de instrumentos de sistema de gestão desenvolvidos (unidade)</i>	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2007	28,00	03/2010	32,00	40,00	Alta	-
<i>Taxa de Proteção Integral dos Biomas (percentagem)</i>	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-MMA	15/8/2005	3,40	12/2009	4,22	10,00	Baixa	Ampliar a conscientização pela conservação da biodiversidade e reconhecimento da importância da criação e manutenção de unidades de conservação.
<i>Taxa de Uso Sustentável dos Biomas (percentagem)</i>	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	15/8/2005	4,22	12/2009	8,45	11,00	Média	Ampliar a conscientização pela conservação da biodiversidade e reconhecimento da importância da criação e manutenção de unidades de conservação.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0508 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

**Órgão Responsável**

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** *Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado*

**Público-alvo** *Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas (percentagem)	Ministério do Meio Ambiente	15/8/2003	2,00	01/2009	25,30	80,00	Baixa	O resultado aquém do esperado se deve aos seguintes fatores: a) os números previstos para serem alcançados foram muito ambiciosos b) os recursos destinados para a realização do programa são constantemente contingenciados, impedindo que haja um apoio mais eficaz das políticas de conservação das espécies ameaçadas; c) o número de espécies ameaçadas de extinção aumentou, resultando na diminuição do índice; e d) O projeto Probio II que deve aumentar o desempenho do programa e que tem entre suas metas a elaboração e implementação de planos de ação para as espécies ameaçadas de extinção teve seu início atrasado em relação ao planejamento.

**Programa** 1426 Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais

**Público-alvo** Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira (%)	SDC / MAPA	28/2/2003	0,08	-	-	0,21	Média	-
Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira (%)	SDC / MAPA	28/2/2003	0,08	-	-	0,21	Média	O indicador não representa os resultados do programa como um todo - pois mede a eficácia de apenas uma de suas ações.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1389 Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário **Órgão Responsável** 10000 Supremo Tribunal Federal (STF)

**Objetivo** Apoiar as atividades de planejamento e orçamento, bem como o controle e fiscalização da gestão administrativa do Poder Judiciário da União e dos Estados

**Público-alvo** Poder Judiciário e Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos no Conselho Nacional de Justiça (%)	Conselho Nacional da Justiça	15/12/2006	100,00	01/2010	60,00	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0550 Controle Externo **Órgão Responsável** 03000 Tribunal de Contas da União (TCU)

**Objetivo** Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade e auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo

**Público-alvo** Sociedade, Congresso Nacional e gestores de recursos públicos federais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos pelo Tribunal de Contas da União (percentagem)	Tribunal de Contas da União	31/12/2006	45,00	01/2010	53,73	42,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1173 Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção						<b>Órgão Responsável</b>	20125 Controladoria Geral da União (CGU)
<b>Objetivo</b>	<i>Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, bem como fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo com o objetivo de prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparéncia da gestão pública</i>							
<b>Público-alvo</b>	Governo							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Índice de Desempenho Institucional da Controladoria-Geral da União - IDIC (%)</i>	SIGPLAN	31/12/2008	100,00	12/2009	102,10	100,00	Alta	Para medição do IDa das ações 2B13 e 2B15, foram utilizadas as metas físicas efetivamente previstas pelos gestores dos programas para 2009 (432 e 1400 unidades), visto que os quantitativos relacionados a essas ações, no SIGPlan, foram lançados indevidamente. Se utilizados os valores constantes no referido sistema, o IDIC alcançaria um percentual de 155%, não representando com fidedignidade o planejamento inicialmente realizado. O índice previsto para o final do PPA (2011) não é 100, conforme indicado no quadro anterior. O índice correto é 400,00; representado pelo somatório dos índices apurados no período, ou seja, de 2008 a 2011.

Programa	0237 Corredor Araguaia-Tocantins	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	<i>Reducir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás</i>		
Público-alvo	<i>Usuários de transporte nos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

---

Programa 0233 Corredor Mercosul

Órgão  
Responsável

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo *Reducir o custo do transporte de cargas entre o Brasil e os países do Mercosul*

Público-alvo *Usuários do sistema de transportes da Região Sul do País*

Este programa não apresenta indicador.

---

**Programa** 0235 Corredor Nordeste **Órgão** 39000 Ministério dos Transportes (MT)

**Objetivo** *Reducir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas*

**Público-alvo** *Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas*

Este programa não apresenta indicador.

---

Programa	0229 Corredor São Francisco	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	<i>Reducir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados da Bahia e Sergipe e o norte de Minas Gerais</i>		
Público-alvo	<i>Usuários de transporte nos Estados da Bahia, Sergipe e norte de Minas Gerais</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

---

<b>Programa</b>	0231 Corredor Transmetropolitano	<b>Órgão</b>	39000	Ministério dos Transportes (MT)
<b>Objetivo</b>	<i>Reducir o custo do transporte de cargas na área que abrange o Estado de São Paulo e sudoeste do Estado de Minas Gerais</i>			
<b>Público-alvo</b>	<i>Usuários de transportes nos Estados de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais</i>			

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1116 Crédito Fundiário **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

**Objetivo** *Promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadrem nos preceitos da desapropriação por interesse social e implantar infra-estrutura nesses imóveis*

**Público-alvo** *Famílias sem-terra, arrendatários, parceleiros, meeiros, jovens sem-terra e filhos de agricultores familiares*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária (%)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	31/12/2003	4,50	12/2009	0,58	13,76	Alta	-



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0103 Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda						<b>Órgão Responsável</b>	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
<b>Objetivo</b>	<i>Estimular o desenvolvimento econômico e social do País por meio da democratização do crédito produtivo, capaz de gerar emprego, trabalho e renda</i>								
<b>Público-alvo</b>	<i>Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, microempreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de política governamental de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais ou de setores intensivos em mão-de-obra</i>								
<b>Indicador (unidade de medida)</b>									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Data	Índice	Data	Índice	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
<i>Número de trabalhadores diretamente beneficiados pela concessão de crédito (unidade)</i>	<i>Sistema de Acompanhamento da Execução das Ações do Proger, RAIS e CAGED</i>	<i>30/12/2006</i>	<i>1.619.007,00</i>	<i>01/2010</i>	<i>2.068.859,00</i>	<i>-</i>	<i>Alta</i>	<i>-</i>	<i>-</i>

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0172 Cultura Afro-Brasileira **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

**Objetivo** *Proteger e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiro*

**Público-alvo** *Sociedade em geral, com prioridade para os/as afro-brasileiros/as*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de Comunidades Quilombolas Certificadas (unidade)</i>	Fundação Cultural Palmares	31/12/2006	390,00	12/2009	133,00	-	Alta	O número total de comunidades quilombolas certificadas foram: 2008: 127; 2009:133; até julho de 2010: 126. Alcançando 386 certificações com uma média de 128 comunidades certificadas/ano.
<i>Número de Manifestações e Bens de Natureza Material e Imaterial Registrados (unidade)</i>	Fundação Cultural Palmares	31/12/2006	7,00	-	-	-	-	-

Programa	1141 Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania	Órgão Responsável	42000 Ministério da Cultura (MinC)				
Objetivo	<i>Ampliar e potencializar o acesso das comunidades excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural</i>						
Público-alvo	<i>Populações com baixo acesso aos instrumentos de produção, fruição e difusão cultural, ou com necessidade de reconhecimento da identidade cultural e crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social</i>						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2009	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura (porcentagem)	SPPC/MinC	31/12/2007 0,30	-	-	-	Alta	A probabilidade de um alcance elevado ao final do PPA é devida à dinamização que o apoio aos Pontos de Cultura recebeu por meio dos convênios com estados e municípios viabilizados pela implantação do Programa Mais Cultura

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0581 Defesa da Ordem Jurídica **Órgão Responsável** 34000 Ministério Público da União (MPU)

**Objetivo** *Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis*

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Processo Elaborado (%)	Ministério Público da União	31/12/2003	100,00	02/2010	100,00	-	Alta	O índice previsto para o final do PPA (2011) é de 100%

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0697 Defesa do Consumidor **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** *Promover a proteção e defesa do consumidor*

**Público-alvo** Sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de Processos Administrativos Concluídos (unidade)</i>	SINDEC	31/12/2006	60,00	12/2009	86,00	100,00	Alta	-
<i>Número de Procons Municipais Integrados ao SINDEC (percentual)</i>	SINDEC	31/12/2006	22,00	12/2009	10,00	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0695 Defesa Econômica e da Concorrência **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** *Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência*

**Público-alvo** *Empresas com atuação no território nacional, consumidores e agências regulatórias*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de Processos de Apuração de Infrações contra a Ordem Econômica Julgados pelo CADE (unidade)</i>	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	31/12/2006	65,00	12/2009	146,00	74,00	Alta	-
<i>Prazo de Instrução e Julgamento de Atos de Concentração (dia)</i>	CADE	31/12/2006	100,00	12/2009	100,00	94,00	Alta	O prazo de instrução e julgamento é medido em dias e, portanto, quanto menor o número de dias melhor é o desempenho. No ano base 2009, o tempo médio de instrução de atos de concentração na SDe passou a ser de apenas 8 dias, número que dificilmente será reduzido. Observação: em 2008 foi inserido o número de dias (58) e não o índice.
<i>Valor Total das Multas Anuais Inscritas na Dívida Ativa pelo CADE (reais)</i>	CADE - MJ	1/1/2007	440.679.608,00	12/2009	26.909.853,74	578.000.000,00	Alta	Este indicador não é adequado ao programa, e deverá ser revisto.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011****Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008****Exercício 2010 - Ano base 2009****Volume II**

**Programa** 0580 Defesa Jurídica da União **Órgão Responsável** 20114 Advocacia-Geral da União (AGU)

**Objetivo** *Representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo*

**Público-alvo** *União*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Análise de Processos pela Advocacia Geral da União (AGU) (percentagem %)</i>	AGU	31/12/2011	100,00	01/2010	100,00	100,00	Alta	-



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1132 Democratização das Relações de Trabalho **Órgão Responsável** 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

**Objetivo** *Promover a democratização e a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores*

**Público-alvo** *Trabalhadores, empresas e organizações sindicais*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Adesão à Atualização Sindical (%)	IBGE/MTE	3/10/2006	70,27	-	-	92,58	Muito Baixa	Apesar de mensurável, a gerência do programa não utiliza mais esse índice como indicador de suas ações, visto que sua ocorrência se dá de acordo com a ação das entidades sindicais, fora, portanto, da governabilidade do Ministério. No momento qualitativo da PLOA 2010, foi solicitada a exclusão deste indicador.
Taxa de Resolução de Conflitos (%)	Dados enviados pelas DRT e CGRT	31/12/2007	74,44	12/2009	70,12	84,55	Baixa	O número de mediações ocorridas em um determinado período não depende da ação do MTE, mas de provocação das partes. Esse desempenho deveu-se especialmente ao peso dos números da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo, que afetam sensivelmente o resultado global. Ressalte-se que a Secretaria propôs revisão do índice deste indicador, para que as metas a partir de 2010 sejam de 75% de eficiência, dado entendimento de que este valor é o máximo alcançável pela ação do MTE.

**Programa** 1030 Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental **Órgão Responsável** 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

**Objetivo** Garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos, bem como contribuir para a produção de conhecimento científico e cultural

**Público-alvo** Governo e sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Evolução do Atendimento a Demanda de Acesso à Informação pelos Cidadãos e Órgãos Públicos (%)</i>	Arquivo Nacional	31/12/2003	100,00	12/2009	512,25	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1032 Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural

**Órgão Responsável**

20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

**Objetivo** Ampliar o acesso da população a informações jornalísticas, educacionais e culturais, contribuindo para a inserção social e desenvolvimento de sua cidadania

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Total de Matérias Jornalísticas (unidade)	Radiobrás	31/5/2005	181.585,00		691.672,00	-	Alta	-
Transmissão de Eventos da Presidência da República (%)	Radiobrás	31/12/2004	100,00		100,00	-	Alta	-



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros							<b>Órgão Responsável</b>	56000    Ministério das Cidades (MCidades)
<b>Objetivo</b>	<i>Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais</i>								
<b>Público-alvo</b>	<i>População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa e Natal</i>								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2003	30.941,00	12/2009	43.830,00	70.500,00	Média	-	
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2003	10.399,00	12/2009	6.321,19	26.940,00	Baixa	Face ao andamento verificado nas intervenções para ampliação do sistema e demais intervenções acordadas no PAC, não será possível atingir o valor programado inicialmente.	
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2003	2.050,00	12/2009	2.890,00	7.612,00	Baixa	Face ao andamento verificado nas intervenções para recuperação do sistema, não será possível atingir o valor programado inicialmente.	
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2003	1.611,00	12/2009	1.795,00	7.963,00	Média	Face ao andamento verificado nas intervenções para recuperação do sistema, não será possível atingir o valor programado inicialmente.	
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2003	2.262,00	12/2009	2.134,00	13.032,00	Baixa	Face ao andamento verificado nas intervenções para recuperação do sistema, não será possível atingir o valor programado inicialmente.	
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS (milhar)	Trensurb/Ministério das Cidades	31/12/2003	44.683,00	12/2009	44.404,86	45.621,94	Alta	-	
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2003	48.329,00	12/2009	59.870,00	101.000,00	Média	Face ao andamento verificado nas intervenções para ampliação do sistema e demais intervenções acordadas no PAC, não será possível atingir o valor programado inicialmente.	
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2003	4.259,00	12/2009	4.409,18	77.985,00	Muito Baixa	Face ao andamento verificado nas intervenções para ampliação do sistema e demais intervenções acordadas no PAC, não será possível atingir o valor programado inicialmente.	
Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos (percentagem)	CBTU/Mcidades	31/12/2003	73,40	12/2008	75,40	99,30	Muito Baixa	O valor do indicador deverá permanecer estável no mesmo valor atingido em 2005, quando da última estadualização ocorrida (Salvador).	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** *Desenvolver a agricultura irrigada, com aumento da produtividade, como contribuição para o desenvolvimento regional*

**Público-alvo** *Irrigantes de perímetros públicos e privados*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área Incorporada à Agricultura Irrigada Pública (ha)	DDH/SIH/Ministério da Integração	12/1/2002	120.000,00	12/2009	9.646,00	-	-	-
Consumo Anual de Água em Perímetros Públicos de Irrigação (m³/ha)	SIH/MI e Cadastro Nacional de Agricultura Irrigada	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Consumo Anual de Água na Agricultura Irrigada Privada (m³/ha)	SIH/MI e Cadastro Nacional de Agricultura Irrigada	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Taxa de Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação para os Usuários/Produtores (%)	DDH/SIH/Ministério da Integração Nacional	1/5/2003	0,00	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1409 Desenvolvimento da Agroenergia **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** *Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva*

**Público-alvo** *Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional (%)	Balanço Energético Nacional, apurado pela Empresa de Pesquisa Energética - MME	31/5/2006	27,40	-	-	29,50	Alta	O índice de 2009 somente será divulgado em julho de 2010, haja vista depender da publicação do Balanço Energético Nacional do Ministério de Minas e Energia. O índice de referência inicialmente utilizado (27,40) posteriormente foi atualizado para 26,80. Nos anos seguintes, os índices apresentaram crescimento gradativo, apontando uma alta possibilidade de alcance do índice projetado para 2011.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

---

<b>Programa</b>	0630 Desenvolvimento da Aviação Civil	<b>Órgão</b>	52000	Ministério da Defesa (MD)
<b>Objetivo</b>	<i>Promover o desenvolvimento da Aviação Civil Brasileira a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos à Sociedade</i>			
<b>Público-alvo</b>	<i>Usuários e pessoal especializado da aviação civil</i>			

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0350 Desenvolvimento da Economia Cafeeira	<b>Órgão Responsável</b>	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
-----------------	---	--------------------------	-------	--

**Objetivo** *Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos*

**Público-alvo** *Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Consumo Interno de Café (milhão de sacas)</i>	Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC	5/1/2003	13,60	12/2009	18,39	21,00	Média	Para alcance do índice ao final do PPA recomenda-se maiores investimentos em marketing interno e aumento do incentivo às novas marcas de cafés especiais no mercado.
<i>Volume de Exportação de Café (milhão de sacas)</i>	MDIC - Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	5/1/2003	17,30	12/2009	30,50	28,40	Alta	Em razão de já ter sido ultrapassada a meta prevista para 2011 deverá ser realizada uma revisão do índice previsto para o final do PPA.
<i>Volume de Produção de Café (milhão de sacas)</i>	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	5/1/2003	29,00	12/2009	39,50	43,00	Média	Os principais fatores responsáveis pela redução na produção foram: 1) bienalidade em ano de baixa produção na maioria das áreas de café arábica; 2) regime de chuvas bastante irregular e temperaturas elevadas; 3) menor investimento em tratos culturais diante do alto custo dos insumos; e 4) intensificação de práticas culturais como podas. Além dessas dificuldades, os produtores também tiveram dificuldades para realizar a colheita em função da escassez de mão-de-obra, principalmente no Paraná, causando elevação substancial no custo de produção.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1391 Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC						<b>Órgão Responsável</b>	42000 Ministério da Cultura (MinC)
<b>Objetivo</b>	<i>Fortalecer as atividades e cadeias produtivas da cultura, promovendo seu desenvolvimento econômico</i>							
<b>Público-alvo</b>	<i>Empreendedores, empresas e arranjos produtivos dos diversos segmentos da Economia da Cultura</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Volume de Negócios Promovidos pelas Empresas Apoiadas (reais)</i>	Minc/SEBRAE	12/11/2006	8.000.000,00	12/2009	1.561.000,00	25.000.000,00	Baixa	O indicador, calculado com a metodologia contratada do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), foi pesquisado somente em um dos projetos apoiados, a Feira Música Brasil. Neste caso, o indicador apresentou um volume de geração de negócios de aproximadamente R\$ 1.561.650. Contudo, existe a previsão da geração de ainda R\$ 7.732.734,00 em novos negócios. Uma medida corretiva necessária será o desenvolvimento de metodologia capaz de verificar qual o volume de geração de negócios dentro de todos os eventos apoiados.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1374 Desenvolvimento da Educação Especial **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

**Objetivo** Apoiar, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade

**Público-alvo** Alunos com necessidades educacionais especiais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Acesso à Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	39,00	04/2010	27,00	97,00	Baixa	A educação especial realiza o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar a formação dos alunos público alvo da educação especial. Portanto, as matrículas de alunos público alvo da educação especial no atendimento educacional especializado ocorrem de forma concomitante as matrículas destes alunos nas classes comuns de ensino regular e, dessa forma, acompanham as variações da educação básica. Considerando a estabilidade nos índices de matrículas na educação básica e que a educação especial na perspectiva da educação inclusiva não é substitutiva à escolarização dos alunos, o alcance da meta depende da eliminação do modelo educacional segregado.
Índice de Atendimento Educacional Especializado (índice numérico)	INEP - Censo Escolar	20/3/2006	100,00	04/2010	97,65	160,00	Média	O índice de participação pública na oferta de vagas aos alunos público alvo da educação especial tem crescido consideravelmente, alcançando, em 2009, 71% das matrículas. Entretanto, é previsível atingir um índice em torno de 85% até 2011, não sendo alcançada a meta de 100% prevista neste Plano. As ações implementadas no âmbito do Programa da educação Especial já atendem a perspectiva de corrigir a distorção histórica de encaminhamento desses alunos às instituições privadas de caráter filantrópico, fortalecendo o desenvolvimento inclusivo das escolas comuns da rede pública.
Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	59,70	04/2010	64,60	100,00	Alta	-
Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	12,80	04/2010	14,60	25,00	Alta	-
Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	46,40	04/2010	56,00	68,00	Alta	-
Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	89,00	04/2010	97,30	97,00	Alta	-
Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	57,00	04/2010	72,60	72,00	Alta	-
Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	2,10	04/2010	3,70	5,50	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

**Objetivo** *Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade*

**Público-alvo** *Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico (índice numérico)</i>	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	100,00	12/2009	131,00	224,64	Alta	Tendo em vista que as novas unidades vinculadas a rede federal de educação profissional e tecnológica foram ou estão sendo inauguradas, e em virtude dos respectivos ciclos escolares, conclui-se que a meta estabelecida será atingida, uma vez que cada campus dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia ofertará 1.200 nova vagas.
<i>Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico (índice numérico)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	26/3/2006	100,00	12/2009	168,90	224,64	Alta	No mesmo viés do aumento da oferta de matrículas para os estudantes do ensino médio, o nível tecnológico atingirá plenamente a meta estabelecida, uma vez que os institutos federais de educação, ciência e tecnologia ofertam 50% das suas vagas para alunos de cursos superiores. Neste sentido, com a expansão da rede federal, a meta será plenamente atingida.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária **Órgão Responsável** 52000 Ministério da Defesa (MD)

**Objetivo** *Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira*

**Público-alvo** *Usuários do sistema aeroportuário brasileiro*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Grau de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária (percentagem)</i>	Estado-Maior da Aeronáutica	31/12/2004	68,25	12/2009	40,00	80,00	Alta	Melhoria na evolução do índice de execução dos investimentos, entre os exercícios de 2008 e 2009, de 16 para 40, respectivamente, devido à implantação do Plano de Ação em 2009.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0801 Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública **Órgão Responsável** 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

**Objetivo** *Aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores a fim de contribuir para o fortalecimento das competências institucionais*

**Público-alvo** *Servidores da Administração Pública*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Capacitações Realizadas (unidade)	Escola Nacional de Administração Pública/ENAP	31/12/2006	20.379,00	01/2010	34.332,00	21.500,00	Alta	-
Número de Capacitações Realizadas por meio de Destaques Orçamentários (unidade)	Escola Nacional de Administração Pública/ENAP	31/12/2006	2.230,00	01/2010	602,00	2.300,00	Baixa	Em relação ao atingimento do índice previsto para o final do PPA, não é possível redimensionar a programação, pois tais índices podem variar de acordo com o comportamento dos contingenciamentos durante cada exercício.
Número de Downloads Realizados no Sítio da ENAP (unidade)	Escola Nacional de Administração Pública/ENAP	31/12/2006	101.896,00	01/2010	206.982,00	115.000,00	Alta	-
Número de Horas de Capacitação Realizadas (hora)	Escola Nacional de Administração Pública/ENAP	31/12/2006	576.047,00	01/2010	917.337,00	570.000,00	Alta	-



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0419 Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte	<b>Órgão Responsável</b>	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
-----------------	---	--------------------------	-------	---

**Objetivo** Aprimorar o tratamento privilegiado às Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso à informação, comércio exterior, acesso ao crédito e infra-estrutura, bem como implementar políticas públicas de caráter vertical com vistas à promoção do desenvolvimento integrado dessas empresas em arranjos produtivos locais, possibilitando a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações

**Público-alvo** Microempresas e empresas de pequeno e médio porte, com base na Lei Complementar nº123/06, de 14 de dezembro de 2006

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas nas Exportações Brasileiras (percentagem)	Sistema ALICE	31/12/2005	8,58	03/2010	6,49	8,58	Média	Em decorrência dos efeitos da crise financeira internacional, a participação das MPEs nas exportações totais do País caiu para 5,67%, em 2008. Em 2009, a participação subiu para 6,5%, refletindo a retomada do crescimento econômico.
Participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas no Número de Empregos Formais no País (percentagem)	RAIS / CAGED	31/12/2005	65,42	01/2010	65,54	65,42	Alta	Comparando-se os valores apurados em 2008 e 2009, 64,54% e 65,55%, respectivamente, observa-se um crescimento médio de 1,26% na participação das MPEs no emprego, relativamente ao ano de referência. Usando este valor como parâmetro, as estimativas para 2010 e 2011 são, respectivamente, 66,36% e 67,20%, superiores aos valores de referência.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1437 Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional	<b>Órgão Responsável</b>	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
-----------------	---	--------------------------	-------	---

**Objetivo** *Assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentada, por meio da diversificação de sua pauta exportadora de produtos e de mercados de destino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País*

**Público-alvo** *Produtores, importadores e exportadores de produtos agropecuários*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade de Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Taxa de Participação do Brasil no Mercado Mundial de Produtos Agropecuários (%)</i>	Organização Mundial do Comércio - OMC	31/12/2005	4,10	12/2009	4,60	5,40	Baixa	Observa-se que o indicador apurado para 2009, que foi de 4,6%, foi superior ao de 2008 em 0,3 pontos percentuais. Ademais, tendo em vista o desempenho recente da economia mundial observa-se que as metas anuais constantes do PPA foram superestimadas, necessitando, portanto, serem revistas. O que os resultados efetivos mostram é um resultado bastante positivo para o país. O Brasil saiu de uma participação mundial de 4,1% em 2006 e chegou a 4,6% em 2009, o que significa um aumento de 11%.
<i>Taxa de Variação Anual das Exportações do Agronegócio (%)</i>	MAPA	31/12/2006	13,40	12/2009	-9,80	12,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0412 Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora	<b>Órgão Responsável</b>	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
-----------------	--	--------------------------	-------	---

**Objetivo** *Expandir as vendas externas brasileiras em quantidade, qualidade e variedade de produtos, mercados de destino e de empresas brasileiras participantes no mercado internacional*

**Público-alvo** *Segmentos econômicos importadores e exportadores; potenciais e efetivos*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Participação em Mercados de Destino Relevantes (índice de concentração) (número índice)</i>	SISCOMEX	31/12/2006	18,10	01/2010	20,65	21,00	Alta	No tocante ao indicador de participação em mercados de destino relevantes, também conhecido como índice de concentração de Hanna & Kay, verifica-se a tendência de uma gradual desconcentração dos mercados de destino das exportações brasileiras. Mesmo em 2009, ano bastante atípico em virtude da crise, houve ligeiro aumento do índice em relação a 2008, passando 20,36 para 20,65. O valor obtido demonstra ampliação do número de países relevantes para as exportações brasileiras, reduzindo-se assim o grau de dependência do Brasil em relação aos parceiros tradicionais.
<i>Taxa de Participação de Produtos de Maior Valor Agregado no Valor Total das Exportações (percentagem)</i>	SISCOMEX	31/12/2006	54,30	01/2010	43,70	55,20	Baixa	De 2008 a 2009, houve queda da participação relativa dos produtos manufaturados em relação ao total das exportações nacionais, de 46,82% para 43,70%. Tal decréscimo representa a perda de participação dos produtos manufaturados no valor total das exportações brasileiras, em contrapartida ao avanço, notadamente, dos produtos básicos.
<i>Taxa de Variação das Exportações Brasileiras (percentagem)</i>	SISCOMEX	31/12/2006	16,20	01/2010	-22,20	10,00	Média	Em 2009, o comércio mundial sofreu os impactos da grave crise financeira internacional e registrou retração importante em praticamente todos os mercados. No Brasil, as exportações recuaram 22,7%, caindo de US\$ 197,94 bilhões para US\$ 152,99 bilhões, e as importações assinalaram queda de 26,2%, de US\$ 172,98 bilhões para US\$ 127,65 bilhões. Em decorrência desses resultados, a corrente de comércio brasileira encolheu de US\$ 370,93 bilhões, em 2008, para US\$ 280,64 bilhões, em 2009. Tendo em vista a tímida retomada do mercado internacional, o Brasil ensaiou sua recuperação apoiando-se principalmente na força do seu mercado interno, o que se traduz na expectativa de um declínio do grau de abertura (Corrente de comércio/PIB) do país, de 22,67%, em 2008, para 17,84%, em 2009. É importante salientar que o resultado das exportações brasileiras, em 2009, retrata uma conjuntura de forte revés do comércio mundial e, portanto, mostra-se pouco apropriado para uma avaliação de médio e longo prazo.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1375 Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica							<b>Órgão Responsável</b>	26000	Ministério da Educação (MEC)
<b>Objetivo</b>	<i>Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil</i>									
<b>Público-alvo</b>	<i>Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada</i>									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas		
Índice de Doutores Titulados no País (1/100.000)	CAPES - DataCapes e SAC Acompanhamento	31/12/2006	4,81	03/2010	6,19	6,28	Alta	O índice de doutores titulados no país estimado em 2009 (6,19) já apresenta um valor bem próximo do previsto para o final do PPA (6,28). A estimativa do número de doutores titulados em 2011 leva a um índice de 7,43 doutores titulados por 100.000 habitantes. A comparação desse índice estimado com o previsto para o final do PPA evidencia uma superação da meta em 18%.		
Índice de Mestres Titulados no País (1/100.000)	CAPES - DataCapes e SAC Acompanhamento	31/12/2006	16,46	03/2010	20,93	20,44	Alta	O índice de mestres titulados no país estimado em 2009 (20,93) demonstra que o índice previsto para 2011 (20,44) já foi superado.		
Índice de Qualidade da Pós-graduação Nacional (nota)	CAPES - Estatísticas da Pós-graduação	31/12/2006	4,21	04/2010	4,21	4,38	Muito Baixa	O índice não representa adequadamente o programa, e será proposto sua exclusão.		



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0778 Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

**Objetivo** Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários

**Público-alvo** Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Acessos à Home-Page da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (unidade)	CVM	31/12/2002	2.604.935,00	12/2009	2.395.002,00	-	Alta	-
Taxa de Emissões Primárias da Economia (percentagem)	CVM e IBGE	31/12/2002	9,70	12/2009	17,30	-	Alta	-
Taxa de Participação das Companhias Abertas Listadas em Bolsa e em Balcão Organizado no Produto Interno Bruto (PIB) (percentagem)	Bolsa de Valores, Mercado de Balcão Organizado e IBGE	31/12/2002	34,00	12/2009	73,70	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0393 Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual	<b>Órgão Responsável</b>	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
				Exterior (MDIC)

**Objetivo** *Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social*

**Público-alvo** *Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia (mês)</i>	INPI	31/12/2006	1,00	01/2010	0,99	1,00	Alta	-
<i>Prazo de Concessão de Patentes (ano)</i>	INPI	31/12/2006	10,00	01/2010	10,25	3,50	Baixa	A meta precisa ser revista, uma vez que não foi considerado o prazo entre o Depósito do Pedido de Patente e a realização do Exame Técnico.
<i>Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial (mês)</i>	INPI	31/12/2006	1,00	01/2010	1,09	1,00	Alta	-
<i>Prazo de Concessão de Registro de Marcas (ano)</i>	INPI	31/12/2006	2,40	01/2010	2,24	0,80	Média	Com a decisão de intensificar, a partir de maio de 2009, o tratamento dos pedidos com oposição, os quais consomem, no mínimo, o dobro do trabalho operacional para solução daqueles outros pedidos sem oposição, planeja-se para 2010, a exemplo da ação iniciada em 2009, o monitoramento mais intenso da produtividade dos examinadores de marca, permitindo uma estimativa de produção média entre 16 mil e 19 mil exames/mês, tendo-se por base uma distribuição equilibrada de exame de pedidos com e sem oposição. A total implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI do INPI também possibilitará o aumento desta produção da área de marcas.
<i>Volume de Depósitos de Modelo de Utilidade (Prioridade BR) (unidade)</i>	Banco de Dados do INPI	29/8/2006	10,00	02/2010	6,73	15,00	Baixa	A interferência da influência do INPI na quantidade de depósitos de patentes é impossível de se verificar e corresponde a um conjunto de fatores exógenos ao Instituto. Na próxima revisão do Programa será necessária a redução do índice do crescimento de depósitos.
<i>Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR) (unidade)</i>	Banco de Dados do INPI	31/12/2006	5,00	02/2010	0,94	10,00	Muito Baixa	Na próxima revisão do Programa será necessária a redução do índice do crescimento de depósitos tendo em vista que a interferência da influência do INPI na quantidade de depósitos de patentes é impossível de se verificar e corresponde a um conjunto de fatores exógenos ao Instituto ligados à ciência e tecnologia, crescimento econômico e pesquisa e desenvolvimento.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0776 Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

**Objetivo** Assegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional

**Público-alvo** Governo Federal, instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, bem como usuários de informações sobre o sistema financeiro nacional

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização por Parte das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (%)</i>	Demonstrações financeiras recebidas pelo Banco Central.	31/12/2006	99,96	12/2009	99,98	100,00	Alta	O não atingimento da meta se deve ao desenquadramento de algumas instituições financeiras de pequeno porte às exigências de capitalização. Não obstante, pode-se afirmar que o Programa cumpriu com sua finalidade, pois a diferença de 0,02% apurada, corresponde a R\$ 46,3 milhões, de um total de R\$ 276,4 bilhões de Patrimônio Líquido Exigível do SFN, não representando risco significativo para a solidez e a eficiência do SFN.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0779 Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

**Órgão Responsável**

25000 Ministério da Fazenda (MF)

**Objetivo** *Estimular a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral*

**Público-alvo** *Consumidores e agentes dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Empresas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco de Subscrição (percentagem)</i>	SUSEP	31/3/2003	1,85	12/2009	89,40	-	Alta	-
<i>Taxa de Participação da População Nacional nas Receitas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização (R\$ per capita)</i>	SUSEP	31/3/2003	0,55	12/2009	522,77	-	Alta	-
<i>Taxa de Participação das Reservas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB) (percentagem)</i>	SUSEP	31/3/2003	0,42	12/2009	3,20	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011****Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008****Exercício 2010 - Ano base 2009****Volume II**

**Programa** 1386 Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** *Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública*

**Público-alvo** *Departamento de Polícia Rodoviária Federal*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coeficiente de Adequação das Unidades Operacionais (%)</i>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2/1/2007	56,12	10/2009	65,35	80,00	Média	Os recursos foram insuficientes. Ademais, houve mudança na metodologia de avaliação do sistema de transmissão de dados.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1047 Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** *Aumentar a sustentabilidade das atividades econômicas do Semi-Árido brasileiro, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais*

**Público-alvo** *Municípios do semi-árido*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Internação de Pessoas com Doenças Infecciosas e Parasitárias na Região do Semi-Árido (%)	Ministério da Saúde/SE/Datasus - Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS	31/12/2001	14,50	-	-	-	-	-
Taxa de População no Semi-Árido Atendida com Rede Geral de Abastecimento de Água (%)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2001-2002) e IBGE/Censos Demográficos (1991 e 2000).	31/12/2002	62,00	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1430 Desenvolvimento Macrorregional Sustentável **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** Promover o desenvolvimento e integrar os instrumentos de crédito e de financiamento público ao desenvolvimento regional

**Público-alvo** População da área de abrangência do programa, entidades representativas de classe e os diferentes níveis de governo e seus órgãos representativos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Crescimento do emprego (RAIS) (percentual)</i>	Relação Anual de Informações Sociais-RAIS - Ministério do Trabalho	-	-	-	-	2,50	Alta	-
<i>Crescimento do número de técnicos (nível médio e superior) com qualificação profissional segundo demandas especializadas regionais (%)</i>	Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e IBGE.	-	-	-	-	-	-	-
<i>Empreendimentos novos, beneficiados com Incentivos Fiscais, por setor produtivo (unidade)</i>	Unidades de Incentivos Fiscais das Superintendências	-	-	-	-	650,00	Alta	-
<i>Empreendimentos produtivos, por setor, aprovados com recursos dos Fundos Fiscais de Desenvolvimento (unidade)</i>	FDNE, FDA, Bancos do Nordeste e da Amazônia	-	-	-	-	35,00	Alta	-
<i>Investimentos em Inovação tecnológica (%)</i>	IBGE, Ministério da Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-
<i>Quantidade de novos segmentos, ramos ou setores anualmente criados pelos projetos estruturantes localizados na Região (%)</i>	Entidades de planejamento dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
<i>Variação anual da renda percapita sub-regional e regional (%)</i>	IBGE	-	-	-	-	-	-	-

Programa	1343 Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura	Órgão Responsável	58000	Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA)
----------	---	-------------------	-------	---

**Objetivo** *Desenvolver a aqüicultura sustentável, considerando sua diversidade e promovendo o fortalecimento de sua cadeia produtiva, de forma a gerar aumento da produção, proporcionar inclusão social e contribuir para o incremento da renda e da oferta de emprego*

**Público-alvo** *Aqüicultores, comunidades e populações tradicionais, pescadores e agricultores familiares*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Produção Oriunda da Aqüicultura (tonelada/ano)	Ministério do Meio Ambiente - Ibama	31/12/2005	157.780,00	04/2010	436.000,00	750.000,00	Média	Em função das dificuldades de se obter dados referentes à produção aquícola e pesqueira nacional o MPA, em parceria com a FAO - ONU, vem desenvolvendo o Censo Nacional da Aquicultura (Censo Aquícola) visando obter dados mais precisos deste setor produtivo. Apesar da expressiva melhora mudanças na legislação têm potencial para incentivar a produção.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca						<b>Órgão Responsável</b>	58000	Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA)
<b>Objetivo</b>	<i>Promover o fortalecimento sustentável da cadeia produtiva da pesca, considerando sua diversidade, de forma a contribuir para a inclusão social, garantir a ocupação das águas jurisdicionais brasileiras e ampliar a pesca nas águas internacionais</i>								
<b>Público-alvo</b>	<i>Associações e cooperativas de pesca, pescadores industriais, artesanais e armadores</i>								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
<i>Consumo Per Capta de Produtos Pesqueiros (Kg/hab/ano)</i>	Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca	1/1/2007	7,00	-	-	8,00	Média	Até a presente data não estão disponíveis os dados de consumo per capta de produtos pesqueiros. Porem em virtude das ações de fortalecimento da atividade da pesca e de conscientização do consumo do pescado, como a "semana do peixe" apontam para um aumento do consumo. Dados de importação de pescado mostram que em 2009 houve um aumento do volume de importação em comparação com 2008. No ano de 2008 foram importados 208.969.057 Kg de pescado, já em 2009 foram importados 230.173.691 kg. Tais dados demonstram a tendência de aumento do consumo do pescado no Brasil.	
<i>Produção Oriunda da Pesca (tonelada/ano)</i>	Ministério do Meio Ambiente - Ibama	31/12/2005	751.293,00	-	-	900.000,00	Alta	O Ministério da Pescas e Aquicultura (MPA) vem implementando o Plano Nacional de Monitoramento da Pesca, que visa a coleta de dados da produção pesqueira no país a fim de obter uma estatística precisa da pesca. Os índices obtidos estão dentro da perspectiva de produção pesqueira anual, porém a partir dos resultados do Plano citado o MPA trabalhará com informações mais precisas no que se refere à produção pesqueira.	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0362 Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau	<b>Órgão Responsável</b>	22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
-----------------	--	--------------------------	--

**Objetivo** *Promover o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e verticalização das atividades agropecuárias regionais, considerando, sobretudo, as relações de equilíbrio socioeconômico, capacidade de uso da mão-de-obra e sustentabilidade ambiental*

**Público-alvo** *Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade de Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Renda Agropecuária nas Regiões Cacauzeiras do Brasil (R\$/ ha)</i>	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauzeira - CEPLAC e IBGE	31/12/2002	650,00	12/2009	1.363,00	1.300,00	Alta	O alcance do índice ao final do PPA condiciona-se ao fortalecimento das ações de Pesquisa/Desenvolvimento, Educação Tecnológica, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, bem como alavancar as ações de crédito e repactuação de dívidas, e de ações nos Territórios de Identidade e Cidadania. Merece consideração, ainda, a atual conjuntura econômica mundial e dos seus efeitos no mercado de commodities
<i>Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacauzeiras do Brasil (percentagem)</i>	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauzeira - CEPLAC, IBGE e IBAMA	31/12/2002	40,00	12/2009	27,00	25,00	Alta	O alcance da meta de redução das áreas degradadas para índices de 25% em 2011 está se tornando factível pela adoção de sistemas agrícolas sustentáveis - eixo de atuação nos biomas. Realça-se ainda, o condicionamento ao fortalecimento das ações de Educação ambiental, Pesquisa/Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, bem como maior rigidez na aplicação da legislação. Associa-se à necessidade de políticas públicas compartilhadas com os órgãos ambientais e de fiscalização.
<i>Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacauzeiras do Brasil (percentagem)</i>	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE	31/12/2002	30,00	12/2009	36,00	40,00	Média	Indicador social como o de emprego, especialmente extrato representativo da população economicamente ativa - PEA na agropecuária, está sempre sujeito a variações com a conjuntura regional. O alcance da meta de 40% para 2011 está condicionado ao fortalecimento das ações de Pesquisa/Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, bem como da dinamização de ações voltadas para o desenvolvimento dos Territórios de Identidade e Cidadania, visto que este índice sofre condicionante da conjuntura econômica e dinâmica do emprego geral nas regiões em apreço.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0137 Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

**Objetivo** *Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária*

**Público-alvo** Famílias assentadas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento (%)	Sistema de Informação do INCRA	31/12/2006	8,25	-	-	8,64	Baixa	O índice de consolidação previsto para o exercício é de 8,52. Em razão do grande número de condicionantes exigidas para o processo de consolidação, desde 2005 o Incra não vem consolidado seus assentamentos, procurando agir de maneira mais criteriosa de forma a garantir que todas as etapas do processo de consolidação sejam cumpridas. Uma das primeiras exigências para consolidação dos assentamentos é a concessão de crédito instalação, que no exercício representou mais de 70% dos recursos destinados ao Programa, retificando as dificuldades no alcance do índice previsto para 2011.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	<b>Órgão Responsável</b>	49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
-----------------	--	--------------------------	-------	---

**Objetivo** *Promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, bem como o fortalecimento institucional e a dinamização de sua economia*

**Público-alvo** *Líderes locais e representantes das entidades que congregam interesses do desenvolvimento rural sustentável, especialmente dos agricultores familiares e assentados pela reforma agrária*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento em Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (%)	SDT-MDA	31/12/2006	9,11	01/2010	25,78	60,00	Muito Baixa	O índice previsto para 2011 (60%) representa 270 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável elaborados, para um universo de 450 possíveis Territórios Rurais no Brasil. Para que este índice seja alcançado seria necessária a incorporação de um número bem maior de territórios rurais o longo de 2008 a 2011 (a previsão do Programa para 2010 é a manutenção dos atuais 164 territórios apoiados), o que se torna impossível com os recursos, principalmente financeiros, humanos e materiais (espaço físico) realmente disponibilizados a cada ano para sua operacionalização. Como medida corretiva seria necessário um aumento significativo nos recursos citados anteriormente, já a partir de 2010, uma vez que o processo de elaboração dos planos territoriais demanda tempo e varia muito de acordo com a realidade vivenciada em cada espaço apoiado.
Taxa de Atendimento em Infra-Estrutura nos Territórios Rurais (%)	SDT-MDA/CEF	31/12/2006	25,77	01/2010	24,22	62,22	Muito Baixa	Para que seja possível atingir o índice previsto para 2011 (62,22%, representando um total de 280 territórios apoiados com projetos de infraestrutura e serviços) seria necessário um aumento significativo dos recursos, principalmente financeiros, humanos e materiais (espaço físico) realmente disponibilizados a cada ano para sua operacionalização.
Taxa de Consolidação de Colegiados Rurais (%)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	31/12/2006	21,33	01/2010	25,33	53,00	Muito Baixa	Para que seja possível atingir o índice previsto para 2011 (53%, representando um total de 238 colegiados consolidados) seria necessário um aumento significativo dos recursos, principalmente financeiros, humanos e materiais (espaço físico) realmente disponibilizados a cada ano para sua operacionalização, considerando que o processo de consolidação dos colegiados demanda tempo e varia de acordo com a realidade vivenciada em cada território apoiado.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	<b>1442 Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio</b>	<b>Órgão Responsável</b>	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
-----------------	--	--------------------------	-------	---

**Objetivo** *Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias*

**Público-alvo** *Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade de Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Número de Tecnologias Protegidas no Âmbito do Agronegócio Nacional (unidade por ano)</i>	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI / Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - Embrapa / Sistema Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC - MAPA	-	0,00	12/2009	1.473,00	1.750,00	Alta	-
<i>Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas (%)</i>	SISCOMEX e FAO	31/12/2002	0,60	12/2009	1,60	2,60	Baixa	Houve deficiência na liberação dos limites orçamentários da SDC e no apoioamento dos Sistemas de Produção Integrada - SAPI. Há dificuldades quanto aos custos de certificação e a dificuldade de que os mercados nacionais e internacionais reconheçam e valorizem os produtos da Produção Integrada de Frutas.
<i>Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira (%)</i>	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	31/12/2006	0,14	12/2008	0,51	0,21	Alta	-
<i>Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira (%)</i>	SDC / MAPA	28/2/2003	0,08	12/2009	0,19	0,21	Alta	-
<i>Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo (%)</i>	Órgãos de Pesquisa e Assistência Técnica Estaduais.	30/6/2003	21,10	12/2009	36,50	32,50	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0476 Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético

**Público-alvo** Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionadas com a área energética

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Incorporação de Tecnologia (percentagem)	MME	31/12/2003	10,00	-	-	-	-	Durante o exercício deste PPA, observou-se que este indicador mostrou-se inviável em função da impossibilidade de mensurar a percentual de projetos incorporados pelo setor produtivo.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0682 Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior **Órgão Responsável** 35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

**Objetivo** *Ampliar o conhecimento de governos e povos estrangeiros sobre a cultura e sociedade brasileira e as políticas interna e externa do país*

**Público-alvo** *Governos estrangeiros, entidades culturais, comunidade internacional, populações e empresas estrangeiras, meios de comunicação de massa nacionais e internacionais*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de Alunos Estrangeiros Formados nos Cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (pessoa)</i>	Departamento Cultural/MRE	21/8/2003	20.000,00	01/2010	27.218,00	36.000,00	Alta	-
<i>Número de Bolsas Concedidas a Alunos Estrangeiros (unidade)</i>	Departamento cultural/ MRE	31/12/2006	1.169,00	01/2010	2.283,00	1.200,00	Alta	-
<i>Número de Eventos Apoiados (unidade)</i>	Departamento Cultural/ MRE	31/12/2006	618,00	01/2010	870,00	880,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0283 Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Biocombustíveis

**Órgão Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** Oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis

**Público-alvo** Consumidores de derivados, gás natural e álcool e outros combustíveis

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Qualidade dos produtos da BR Distribuidora - Programa de Olho no Combustível (%)	Petrobras Distribuidora	31/12/2003	86,00	12/2009	93,82	-	Média	<p>O ingresso dos postos da Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. – ALVO na rede BR, localizados nas regiões Norte, Nordeste de Centro Oeste, oriundos da aquisição Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga realizada em 2007, cuja incorporação foi aprovada pelo CADE em dezembro de 2008, contribui para queda do indicador “Qualidade dos Produtos da BR Distribuidora – Programa de Olho no Combustível”. Isto por que este indicador é resultante do número de postos certificados pelo Programa “De Olho no Combustível” dividido pelo número de postos ativos (postos de bandeira BR que adquiriram combustível no mês). Desta forma, o ingresso dos postos da Alvo na rede BR impacta negativamente o resultado deste indicador, pela necessidade de ajustes operacionais para viabilizar a certificação destes novos postos.</p> <p>Medidas Corretivas Necessárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Disseminação das vantagens da certificação dos postos pelo programa “De Olho no Combustível”, através dos Assessores Comerciais;</li> <li>- Em virtude da capilaridade da rede de postos, buscar atuar de forma mais efetiva nos postos localizados fora dos grandes centros urbanos.</li> </ul>
Taxa de frequência de Acentuados com Afastamento - TFCA (taxa)	Petrobras Distribuidora S.A.	31/12/2003	1,12	12/2009	0,42	0,62	Alta	<p>Índice de alcance já superado. Cabe ressaltar que, para este indicador, quanto menor o resultado, melhor.</p>
Taxa de Participação da BR Distribuidora no Mercado de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível (percentagem)	Agência Nacional de Petróleo	31/12/2003	31,50	12/2009	38,00	40,00	Baixa	<p>A possibilidade de alcance é considerada como baixa, uma vez que o valor atualmente previsto de market share global para o ano de 2011 é de 38,6. Esta previsão é resultante das mudanças nas perspectivas do mercado de distribuição, tais como redução no mercado de Óleo Combustível em virtude da migração das térmicas para gás, crescimento do mercado de álcool e cancelamento da previsão de novas aquisições (pequenas redes). A avaliação sobre viabilidade de alcance da meta é resultante das mudanças nas perspectivas do cenário externo, o que retira a governabilidade sobre medidas corretivas no âmbito do programa.</p>
Taxa de participação da Liquigás Distribuidora no mercado de GLP (%)	Liquigás Distribuidora	31/12/2004	21,60	12/2009	22,40	23,60	Muito Baixa	<p>A possibilidade de alcance é considerada como muito baixa, uma vez que o valor atualmente previsto de market share de GLP para o ano de 2011 é de 23,2. A cada ano, a revisão estratégica toma como base os indicadores realizados no ano anterior, de modo que, na elaboração das metas, são efetuados todos os ajustes necessários de modo a refletir mudanças de mercado e de cenário. Não se vislumbra medidas corretivas uma vez que a alteração da meta é resultante das mudanças nas perspectivas do cenário externo.</p>

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0753 Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica	<b>Órgão Responsável</b>	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
-----------------	--	--------------------------	---

**Objetivo** *Divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República*

**Público-alvo** Sociedade

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça (unidade)</i>	Imprensa Nacional Coordenação-Geral de Editoração e Publicação	-	-	12/2009	3.008,00	-	Alta	-
<i>Quantidade de Acessos ao Sítio da Imprensa Nacional para Consulta do Diário Oficial e da Justiça (unidade)</i>	Imprensa Nacional	-	-	12/2009	157.302.772,00	-	Alta	-
<i>Taxa de Divulgação do Diário Oficial por Meio Eletrônico (percentagem)</i>	Imprensa Nacional	-	-	12/2009	86,50	-	-	O indicador deixou de ser mensurado, por estar contemplado no indicador que mede a quantidade de acessos ao sítio da Imprensa Nacional. A unidade sugere a exclusão.
<i>Taxa de Evolução das Assinaturas dos Diários Oficiais e Diários da Justiça (percentual)</i>	Imprensa Nacional	31/12/2005	14,40	12/2009	3.008,00	-	Alta	Considerar os dados incluídos.
<i>Taxa de Reclamação de Assinantes do Diário Oficial (percentagem)</i>	Imprensa Nacional	-	-	12/2009	40,00	-	Alta	Considerar os dados incluídos. Alterar o indicador para: Taxa de satisfação dos assinantes dos Jornais Oficiais. Unidade de Medida: Percentual. Periodicidade: mensal.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** Desenvolver obras de drenagem urbana em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e de uso e ocupação do solo

**Público-alvo** Populações urbanas e litorâneas residentes em municípios com áreas sujeitas a inundação periódica ou erosão marinha

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Municípios com serviço de drenagem urbana superficial no Brasil (%)	PNSB/IBGE	1/7/2000	78,50	-	-	-	-	-
Taxa de Municípios com sistema de drenagem subterrânea no Brasil (%)	PNSB/IBGE	1/7/2000	67,00	-	-	-	-	-
Taxa de Regulação da Drenagem Urbana no Brasil (percentagem)	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB	7/1/2000	20,70	-	-	-	-	O Ministério da Integração Nacional está em processo de contratação de consultoria especializada para a construção dos indicadores.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1133 Economia Solidária em Desenvolvimento							<b>Órgão Responsável</b>	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
<b>Objetivo</b>	<i>Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário</i>									
<b>Público-alvo</b>	<i>Trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento</i>									
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade de Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>		
<i>Número de Trabalhadores Inseridos Social e Economicamente por meio de Empreendimentos Econômicos Solidários (unidade)</i>		31/12/2005	1.250.000,00	12/2007	1.687.496,00	2.100.000,00	Média	A discrepância pode ser justificada por conta dos limites para executar o mapeamento da economia solidária na totalidade do território nacional. A leitura do indicador deve considerar estes limites, inclusive orçamentários, e por isso o mapeamento não pode ser considerado um censo da economia solidária.		
<i>Percentual de Trabalhadores da Economia Solidária que Recebem Menos de 1 Salário Mínimo (percentual)</i>	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE	31/12/2005	76,00	12/2007	41,00	50,00	Média	Este indicador foi prejudicado nos dados do SIES 2005/2007 porque, dos 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) mapeados, 8.894 não informaram remuneração. Se forem considerados apenas os que informaram remuneração, a porcentagem dos EES em que a remuneração é de até 1 SM sobe para 83%. Porém, o número dos que não informaram corresponde a 40,7% do total, o que evidentemente interfere na leitura deste indicador. O formulário do mapeamento 2009, que foi amplamente reestruturado pela Comissão Gestora do SIES entre 2007 e 2008, deverá captar esta realidade com maior precisão.		
<i>Taxa de Participação da Economia Solidária no PIB (porcentagem)</i>	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE e IBGE	31/12/2005	0,59	12/2007	0,30	1,00	Média	Ressalte-se que 6.754 dos EES não declararam faturamento mensal ou declararam faturamento igual a R\$ 0,00, o que contribui para reduzir o indicador em relação ao previsto. Além disso, houve uma alteração na metodologia do IBGE para o cálculo do PIB, que elevou o valor do PIB Nacional.		

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0052 Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** *Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis*

**Público-alvo** *Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejadores diretos de recursos ambientais*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Instituições Trabalhando em Parceria com as Ações do Programa (unidade)</i>	Relatório de Gestão do quadriênio 2003-2006 do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental	31/12/2007	100,00	12/2009	123,00	400,00	Média	O índice do indicador foi superestimado considerando que é baseado em um índice de referência e que pretende-se fortalecer as parcerias firmadas.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1350 Educação do Campo (PRONERA) **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

**Objetivo** *Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária*

**Público-alvo** *Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores familiares; e profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Matriculados no Ensino Fundamental (%)	PNERA/INEP/MEC	31/12/2004	49,00	-	-	56,48	Média	Recursos materiais e financeiros para o programa.
Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Não Alfabetizados (%)	PNERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária /INEP/MEC	31/12/2004	11,00	-	-	10,40	Média	Recursos materiais e financeiros para o programa.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1402 Educação em Direitos Humanos **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** Promover uma cultura de respeito aos direitos humanos

**Público-alvo** Sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Núcleos de Pesquisas em Direitos Humanos em Universidades (unidade)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	-	0,00	12/2009	0,00	5,00	Média	-
Número de Pessoas Capacitadas em Temas de Direitos Humanos (unidade)	SEDH/PR	31/12/2006	18.000,00	12/2009	160.132,00	40.800,00	Alta	-
Taxa de Estados com Comitês de Educação em Direitos Humanos (%)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	-	0,00	12/2009	66,67	100,00	Alta	-
Taxa de Municípios com Comitês de Educação em Direitos Humanos (%)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	-	0,00	12/2009	0,32	25,00	Baixa	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	8010 Educação Fiscal			<b>Órgão Responsável</b>	25000	Ministério da Fazenda (MF)		
<b>Objetivo</b>	<i>Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos</i>							
<b>Público-alvo</b>	<i>Professores e alunos da educação básica e superior das escolas públicas e privadas, funcionários de órgãos governamentais, de empresas públicas, privadas e de sociedades de economia mista, integrantes e pessoas atendidas por fundações públicas e privadas, entidades sociais e organizações não-governamentais</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2009	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas		
<i>Taxa de Abrangência Municipal (percentagem)</i>	ESAF	30/4/2003	30,00	12/2009	49,00	80,00	Média	Adoção de medidas que possam aproximar os entes federados e as instituições gestoras do PNEF, com o objetivo de fortalecer o Programa e promover a sua institucionalização municipal.
<i>Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública (percentagem)</i>	ESAF	30/4/2003	7,00	12/2009	12,50	25,00	Média	O indicador só será cumprido com o aumento das capacitações de professores por meio do curso de disseminadores de educação fiscal.
<i>Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Médio da Rede Pública (percentagem)</i>	ESAF	30/4/2003	6,53	12/2009	16,50	30,00	Média	O indicador só será cumprido com o aumento das capacitações de professores por meio do curso de disseminadores de educação fiscal.
<i>Taxa de Capacitação de Professores da Rede Pública com Educação Fiscal (percentagem)</i>	Esaf	12/12/2004	5,57	12/2009	13,50	25,00	Média	O indicador só será cumprido com o aumento das capacitações de professores por meio do curso de disseminadores de educação fiscal.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1377 Educação para a Diversidade e Cidadania **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

**Objetivo** Reduzir as desigualdades étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar

**Público-alvo** Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Igualdade da Educação do Campo (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,65	09/2008	0,60	0,77	Alta	Comparando os avanços entre 2007 e 2008 do indicador (considerando a nova ponderação da população), nota-se que um crescimento de 10,6% no índice entre estes dois anos. Com esse avanço de 0,059 em 2011 o índice atinge 0,774, que é o previsto.
Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena (índice numérico)	Censo Escolar - INEP/MEC	1/12/2006	0,53	05/2008	0,50	0,51	Alta	-
Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,78	09/2008	0,65	0,90	Baixa	Os indicadores de igualdade são calculados com base nos dados da PNAD do IBGE. O índice permaneceu estável entre 2007 e 2008(0,65). Mas os dados revelam que a o acesso e a escolaridade líquida das pessoas abaixo da linha de pobreza cresceu de forma mais acelerada do que ocorreu para as pessoas que estavam acima dessa linha. Por exemplo, a variação do percentual das pessoas de 15 a 17 anos de idade que frequentavam a escola cresceu 10 vezes mais entre os pobres do que entre os ricos quando comparados os períodos de 1999 a 2003 e 2004 a 2008. Portanto é possível atingir um número acima do 0,7 para esse indicador. Entre as principais medidas ou projetos adotado para isso, destacam-se: o acompanhamento da frequência escolar dos vulneráveis (condicionalidade do Programa Bolsa Família), o Mais Educação, o Escola Ativa e as ações do Programa 1060
Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,84	09/2008	0,86	0,93	Alta	O IBGE calculou novamente o peso de cada indivíduo na amostra das PNADs de 2001 a 2007. Esse peso destina-se à expansão da amostra com a finalidade de inferir os dados populacionais em função da contagem populacional de 2007. Devido a esse fato toda a série do indicador, inclusive sua referência, deve ser reformulada. Entre 2007 e 2008, já com as novas ponderações, o índice passou de 0,847 para 0,860. O que significou uma melhoria de 1,46% entre os dois anos.
Índice de Igualdade de Gênero (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,97	09/2008	0,95	1,00	Baixa	O IBGE calculou novamente o peso de cada indivíduo na amostra das PNADs de 2001 a 2007. Esse peso destina-se à expansão da amostra com a finalidade de inferir os dados populacionais em função da contagem populacional de 2007. Devido a esse fato toda a série do indicador, inclusive sua referência, deve ser reformulada.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1079 Educação Previdenciária **Órgão Responsável** 33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

**Objetivo** *Informar e conscientizar a sociedade acerca dos direitos e deveres relativos à Previdência Social e dos meios para exercê-los, assegurando a proteção social aos cidadãos pela inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social, bem como contribuir para a divulgação dos canais de atendimento e a socialização de informações, demonstrando compromisso com a sociedade e com a sustentabilidade do país*

**Público-alvo** População brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Indicador de Cobertura Social (percentagem)</i>	PNAD/IBGE/Ministério do Planejamento	31/12/2005	63,40	12/2009	65,90	65,33	Alta	O índice de proteção estimado para 2011 já foi alcançado em 2009.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1046 Eficiência Energética **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** *Reducir o desperdício e o uso ineficiente de energia*

**Público-alvo** *Consumidores, concessionárias, fabricantes e importadores de equipamentos*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Energia Elétrica Economizada (gwh)</i>	Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Energia e Secretaria Executiva do PROCCEL	31/12/2003	1.270,00	-	-	3.550,00	Alta	Embora haja uma dificuldade na apuração dos resultados obtidos, uma vez que há uma defasagem de cerca de 2 (dois) anos na publicação - inerente ao próprio processo de avaliação - ressalta-se que os resultados de 2008 (publicados no final de 2009) apontam para uma Energia Elétrica Economizada de 4.374 GWh, ou seja, superior até a prevista para 2011.
<i>Quantidade de Petróleo Conservada (m³)</i>	Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Energia e Secretaria Executiva do CONPET	30/11/2006	280.000,00	-	-	550.000,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1044 Energia Alternativa Renovável **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** *Ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais*

**Público-alvo** *Concessionárias, permissionárias, agentes produtivos e consumidores de energia elétrica*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Elétrica (%)	Ministério de Minas e Energia - MME	1/1/2004	3,00	-	-	-	Alta	O índice previsto, de acordo com o SIGPLAN é de 6,5% para 2010 e zero para 2011. Considerando os dados disponibilizados no Banco de Informação de Geração da ANEEL, atualmente as fontes alternativas renováveis representam 10,2% de nossa matriz elétrica (desconsiderada a importação).
Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Energética (percentagem)	MME	31/12/2007	-	-	-	1,10	Muito Baixa	Assim como no caso anterior, o índice de participação de energias alternativas renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2009 não foi preenchido por não ter sido auferido em tempo hábil para atualização dos dados no SIGPLAN. Conforme informação do MME, este índice alcançou, em 2008, 45,9%.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0294 Energia na Região Nordeste **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** *Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Nordeste*

**Público-alvo** *Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)</i>	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	89,00	12/2009	729,00	350,00	Alta	-
<i>Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)</i>	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	220,00	12/2009	0,00	775,00	Alta	-

**Programa** 0297 Energia na Região Norte **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** *Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional*

**Público-alvo** *Consumidores de energia elétrica da Região Norte*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)</i>	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.090,00	12/2009	160,00	1.204,00	Média	O desempenho verificado foi inferior ao programado, mas poderá ser recuperado até o final do período do PPA (2011).
<i>Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)</i>	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	278,00	12/2009	708,00	-	-	as ações da região Norte de LT's tiveram seus cronogramas postergados para 2012, em função de atraso no licenciamento ambiental.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0295 Energia na Região Sul **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** *Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Sul*

**Público-alvo** *Consumidores de energia elétrica da Região Sul*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)</i>	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.855,00	12/2009	160,00	409,00	Alta	-
<i>Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)</i>	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.090,00	12/2009	531,00	151,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** *Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste*

**Público-alvo** *Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração Elétrica (mw)</i>	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	470,00	12/2009	1.650,00	280,00	Alta	-
<i>Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)</i>	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	200,00	12/2009	844,00	606,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1042 Energia nos Sistemas Isolados							<b>Órgão Responsável</b>	32000 Ministério de Minas e Energia (MME)
<b>Objetivo</b>	<i>Ampliar a oferta de geração e transmissão de energia elétrica e reduzir as perdas técnicas e comerciais nos sistemas isolados</i>								
<b>Público-alvo</b>	<i>Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima</i>								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
<i>Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)</i>	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	0,00	12/2010	264,00	240,00	Alta	A meta prevista para 2010 foi atingida plenamente. Cabe destacar, no entanto, que os resultados ainda não são satisfatórios principalmente para Manaus e interior do Amazonas. Várias ações no âmbito do GTSEM estão em curso para dotar o sistema elétrico de Manaus de condições adequadas de oferta de energia, porém, sabe-se que apenas com a interligação daquela região ao Sistema Interligado Nacional os índices de continuidade serão melhorados.	
<i>Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)</i>	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	0,00	12/2010	0,00	-	-	Não existe previsão de implantação de linhas deste porte (230 kV) nos sistemas isolados	
<i>Índice de Perdas Técnicas e Comerciais das Empresas Federalizadas nos Sistemas Isolados (%)</i>	ELETROBRÁS	28/5/2007	29,89	12/2010	37,59	21,46	Baixa	A redução das perdas técnicas e comerciais ainda não evoluiu de maneira satisfatória nos sistemas isolados. Apesar das inúmeras ações desenvolvidas na região ainda não foi possível uma eliminação das fraudes, principal componente desse indicador. A distribuidora Amazonas Energia elevou o patamar de perdas do programa; somente na sua área de concessão foi registrada uma perda de 42%. Outras empresas, no entanto, conseguiram manter os resultados próximos ou até inferiores à meta, como por exemplo a Boa Vista Energia em Roraima e a Eletroacre no Acre. A Eletrobrás está ampliando o conjunto de atividades nessa região para reduzir no próximo ano essas perdas para o patamar de 20%.	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0073 Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes						<b>Órgão Responsável</b>	20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)
<b>Objetivo</b>	<i>Promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos</i>							
<b>Público-alvo</b>	<i>Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
<i>Taxa de Evolução de Atendimento às Vítimas (percentual %)</i>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	31/12/2006	1,99	01/2010	-0,23	1,51	Alta	Os atendimentos efetivos de 2009 só estarão disponíveis após março de 2010. O índice negativo reflete o não fechamento dos atendimentos efetivos realizados em 2009, tendo em vista que há perspectiva do aumento de atendimentos às vítimas com a implantação concreta dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS em 1054 municípios
<i>Taxa de Evolução do Número de Denúncias Encaminhadas (%)</i>	Secretaria Especial dos Direitos Humanos	31/12/2006	2,64	07/2010	0,09	0,37	Alta	Em face da alteração nas características do atendimento do serviço DDN 100, recomenda-se que o indicador seja alterado para refletir as mudanças implementadas.
<i>Taxa de Evolução do Número de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Capacitados (%)</i>	Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	31/12/2006	0,00	01/2010	0,82	35,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1142 Engenho das Artes **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

**Objetivo** *Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais*

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de Espetáculos Apoiados por Região (unidade)</i>	Ministério da Cultura/FUNARTE	31/12/2006	185,00	12/2009	90,60	-	Média	Com a ampliação do número de programas implementados por meio de seleção pública de projetos e a política de apoio a festivais, encontros e mostras, estaremos fomentando as artes e caminhando no sentido da federalização, buscando promover e apoiar a produção artística nacional, seja ela no campo das artes cênicas, artes visuais ou da música, incentivando e disseminando as diferentes manifestações artísticas como fator de desenvolvimento, geração de emprego, renda e valorização da cidadania.
<i>Número Médio de Espectadores por Número Total de Espetáculos Culturais Promovidos pela União (percentagem)</i>	Ministério da Cultura/FUNARTE	31/12/2006	1.473,00	12/2009	2.750,00	-	Média	Com a modernização e reequipamento dos espaços culturais, estaremos garantindo um dos compromissos fundamentais que norteiam os espaços culturais: a gratuitade das condições técnicas minimamente necessárias para o acontecimento artístico em troca de um ingresso mais acessível à população e consequentemente a formação de plateias.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

---

**Programa** 0640 Ensino Profissional da Aeronáutica **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD)  
**Responsável**

**Objetivo** *Formar e educar continuadamente os recursos humanos, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando da Aeronáutica*

**Público-alvo** Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da Aeronáutica

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0633 Ensino Profissional da Marinha

Órgão  
Responsável

52000 Ministério da Defesa (MD)

Objetivo *Formar e educar os recursos humanos, a fim de propiciar profissionais habilitados a atender às necessidades da Marinha do Brasil*

Público-alvo Marinha do Brasil

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0685 Ensino Profissional Diplomático **Órgão Responsável** 35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

**Objetivo** *Formar e aperfeiçoar pessoal para o serviço exterior brasileiro*

**Público-alvo** *Candidatos à carreira de diplomata, cidadãos afro-descendentes interessados na concessão de bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia e diplomatas*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Aprovação dos Bolsistas no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática - CACD (%)	Instituto Rio Branco - IRBR	7/1/2007	5,64	12/2009	6,10	5,70	Alta	-
Taxa de Habilitação de Profissionais em Relação à Demanda do Órgão (percentagem)	Instituto Rio Branco/ MRE	14/5/2007	100,00	12/2009	100,00	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0638 Ensino Profissional do Exército

**Órgão  
Responsável**

52000 Ministério da Defesa (MD)

**Objetivo** *Formar e capacitar recursos humanos que atendam às necessidades do Exército Brasileiro*

**Público-alvo** Exército Brasileiro

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0107 Erradicação do Trabalho Escravo **Órgão Responsável** 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

**Objetivo** Erradicar a prática de exploração do trabalho escravo

**Público-alvo** Trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Trabalhadores Libertados (unidade)	SIT/MTE	9/8/2006	1.741,00	12/2009	3.769,00	2.000,00	Média	A despeito dos esforços envidados para a erradicação do trabalho análogo ao de escravo, com a intensificação da presença fiscal no campo, os auditores fiscais do trabalho ainda presenciam e resgatam muitos trabalhadores desta condição, razão pela qual não se pode prever se haverá diminuição do indicador, conforme previsto no programa.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0068 Erradicação do Trabalho Infantil **Órgão Responsável** 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

**Objetivo** *Retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos*

**Público-alvo** *Crianças e adolescentes de até 16 anos incompletos em situação de trabalho, bem como suas famílias*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Trabalho Infantil (percentagem)	IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	24/9/2005	7,20	09/2008	5,80	-	-	Para maior efetividade do alcance do programa, faz-se necessário a ampliação da identificação do trabalho infantil, com o cadastramento dessas crianças e adolescentes e preenchimento do campo 270 do Cadastro Único, relativo à situação trabalho infantil. Para isso, é necessária uma ação mais efetiva dos gestores municipais e demais atores locais.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011****Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008****Exercício 2010 - Ano base 2009****Volume II**

**Programa** 1250 Esporte e Lazer da Cidade **Órgão Responsável** 51000 Ministério do Esporte (ME)

**Objetivo** *Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social*

**Público-alvo** *Famílias com renda de até 1/3 salário mínimo per capita e sem rendimento*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento da Demanda por Esporte Recreativo e de Lazer às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (percentual)	Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer	1/12/2006	2,00	12/2009	2,24	10,00	Baixa	Qualificar as demandas para garantir o fortalecimento de redes de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social, formadas por agentes, gestores e usuários do Programa

**Programa** 1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais **Órgão** 26000 Ministério da Educação (MEC)

**Objetivo** *Produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral, de forma a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional*

**Público-alvo** Governo e Comunidade Acadêmica

Este programa não apresenta indicador.

Programa	8768 Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval	Órgão Responsável	39000	Ministério dos Transportes (MT)
----------	--	-------------------	-------	---------------------------------

**Objetivo** *Renovar e expandir a frota brasileira de embarcações construídas no País para o transporte marítimo e de navegação interior*

**Público-alvo** *Empresas brasileiras de navegação, empresas de exploração de petróleo e gás no mar, parque industrial de construção naval e as empresas pesqueiras*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Idade Média da Frota - Navegação de Cabotagem (ano)	FMM	-	-	-	-	-	-	-
Idade Média da Frota - Navegação de Longo Curso (ano)	FMM	-	-	-	-	-	-	-
Idade Média da Frota - Navegação Interior (ano)	FMM	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de Participação do Modal Aquaviário na Matriz de Transporte (percentagem)	FMM	-	-	-	-	-	-	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0460 Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação **Órgão Responsável** 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

**Objetivo** Formar e capacitar recursos humanos visando ampliar e consolidar a base necessária ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação

**Público-alvo** Pesquisadores; estudantes de nível médio e superior; instituições de ensino e pesquisa; centros de pesquisa; e recursos humanos inseridos em atividades técnico-científicas nos setores público e privado

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Bolsistas de Doutorado do Programa que Titularam (%)	CNPq	31/12/2007	64,00	01/2010	68,94	70,50	Alta	-
Taxa de Doutores em Relação aos Pesquisadores do Diretório dos Grupos de Pesquisa (%)	CNPq	31/12/2007	64,00	02/2009	64,54	65,00	Alta	-
Taxa de Egressos do Programa Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) que Ingressaram ou Titularam na Pós-Graduação (percentagem)	CNPq	31/12/2007	33,00	01/2010	33,41	33,50	Alta	-
Taxa de Ex-Bolsistas de Doutorado do Programa Cadastrados como Pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa (%)	CNPq	31/12/2007	47,00	02/2009	46,59	47,00	Alta	-

---

**Programa** 1088 Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública

**Órgão  
Responsável**

47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

**Objetivo** *Promover ações de desenvolvimento institucional e de otimização da gestão das organizações públicas alinhadas à nova concepção de gestão pública com vistas a tornar o Estado capaz de assegurar direitos aos cidadãos*

**Público-alvo** Administração Pública

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1172 Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM							<b>Órgão Responsável</b>	25000	Ministério da Fazenda (MF)
<b>Objetivo</b>	<i>Aumentar a eficiência administrativa e fiscal dos municípios, assegurando o melhor aproveitamento do potencial arrecadatório, a ampliação da transparência e do controle social na gestão dos recursos públicos e a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão</i>									
<b>Público-alvo</b>	Municípios									
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>		<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	Medidas Corretivas	
<i>Índice de Autonomia Financeira IAF (número índice)</i>	Balanço Orçamentário, LRF, Art. 52 Anexo 1.	31/12/2003	100,00	-	-	-	-	-	Esta UCP fez constar do relatório de avaliação do PPA relativo aos exercícios de 2008 e 2009 a informação: "O Índice de Autonomia Financeira - IAF não é aderente à execução do PNAFM, considerando que a aplicabilidade se dará junto aos municípios beneficiários da operação de crédito e não à Unidade de Coordenação de Programas - UCP. Ressalta-se, ainda, que variações nos níveis de receitas municipais poderão não guardar uma relação direta com as ações do PNAFM. Assim, ficou prejudicada a apuração do índice em questão. Torna-se necessária a reavaliação desse índice nas próximas revisões do PPA ou quando da elaboração de um novo PPA."	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1136 Fortalecimento da Gestão Urbana							<b>Órgão Responsável</b>	56000	Ministério das Cidades (MCidades)
<b>Objetivo</b>	<i>Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional</i>									
<b>Público-alvo</b>	<i>Prefeituras municipais</i>									
Indicador (unidade de medida)	Fonte		Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
<i>Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários (percentagem)</i>	IBGE		1/11/2001	81,50	-	-	-	Alta		
<i>Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados (percentagem)</i>	IBGE		31/12/2006	55,00	-	-	100,00	Alta	A pesquisa MUNIC-IBGE não tem periodicidade anual, tendo sido a última realizada em 2008 e a previsão é que a próxima seja realizada em 2010 com divulgação em 2011. Em face desta carência de atualização das informações, a SNUP está executando uma consulta junto aos municípios que estavam, em 2007, com seus Planos Diretores em estágio de elaboração. A finalidade é verificar o percentual daqueles municípios que conseguiram concluir o Plano. A perspectiva é que esta consulta seja concluída no ano de 2010.	
<i>Taxa de Municípios com Processo de Fortalecimento Institucional Pactuados com o Ministério das Cidades para o Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanos (%)</i>	Ministério das Cidades		1/1/2007	0,00	12/2009	16,00	95,10	Baixa	A gerência do programa entende que o índice é insuficiente para a avaliação do desempenho do fortalecimento institucional, pois não contempla a capacitação de atores sociais e técnicos municipais, fundamental para aferir de alguma maneira o efeito qualitativo do fortalecimento institucional.	
<i>Taxa de Municípios Consorciados para Habitação (percentagem)</i>	IBGE		1/11/2001	1,20	-	-	-	-	Conforme pedido de revisão dos indicadores feito pelo Diretor e os Coordenadores das ações do Programa 1136, na última proposição qualitativa do PLOA 2011, foi solicitada a exclusão desse indicador, juntamente com a exclusão dos indicadores de consorcamento para saneamento e coleta de lixo, pois as Secretarias Nacionais do Ministério das Cidades, apesar de terem previsto o apoio ao desenvolvimento de projetos, programas e planos consorciados entre os municípios, não chegaram a efetivar consórcios relativos ao objeto das suas respectivas ações. Assim sendo, este indicador mostrou-se insuficiente para avaliação do programa.	
<i>Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Coleta de Lixo (percentagem)</i>	IBGE		1/11/2001	2,00	-	-	20,00	Muito Baixa	Não se dispõe de pesquisa que permita um levantamento junto aos municípios para verificar seus consorcamentos e a área de atuação destes. A partir desta constatação foi instituído grupo de trabalho para revisão desses indicadores.	
<i>Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Esgotamento Sanitário (percentagem)</i>	IBGE		1/11/2001	1,60	-	-	16,00	Muito Baixa	Não se dispõe de pesquisa que permita um levantamento junto aos municípios para verificar seus consorcamentos e a área de atuação destes. A partir desta constatação foi instituído grupo de trabalho para revisão desses indicadores.	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0154 Garantia e Acesso a Direitos **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** *Atuar na construção de mecanismos institucionais de intervenção com vistas a garantir os direitos de cidadania*

**Público-alvo** Sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Estados com Conselhos de Direitos Humanos (percentagem)	Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH	12/1/2001	18,50	01/2010	18,50	100,00	Média	Há necessidade de rever as estratégias adotadas para a instalação dos Conselhos de Direitos Humanos.
Taxa de Evolução do Atendimento dos Balcões de Direito (Fornecimento de Doc. Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita) (percentual)	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos SPDDH/SEDH	31/12/2004	0,00	-	-	15,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1115 Geologia do Brasil							<b>Órgão Responsável</b>	32000 Ministério de Minas e Energia (MME)
<b>Objetivo</b>	<i>Gerar e difundir informações geológicas e hidrogeológicas para indução de investimentos no setor mineral</i>								
<b>Público-alvo</b>	<i>Empreendedores, pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais</i>								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
<i>Percentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala 1:250.000 (percentagem)</i>	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	17/6/2006	20,00	12/2009	22,11	-	Alta	Quando da elaboração do PPA em 2006, não houve previsão para a meta física indicador ao final do PPA (2011). Corrig-se agora essa falha com a projeção indicada. O mapeamento nesta escala para a região amazônica foi transferida para o Programa: 0496 - Informações Integradas para Proteção da Amazônia Ação: 114H - Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia	
<i>Percentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala 1:100.00 (%)</i>	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	17/6/2006	5,00	12/2009	10,58	-	Alta	Quando da elaboração do PPA em 2006, não houve previsão para a meta física indicador ao final do PPA (2011). Corrig-se agora essa falha com a projeção indicada.	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0138 Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

**Objetivo** *Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária*

**Público-alvo** *Detentores nacionais e/ou estrangeiros de imóveis rurais a qualquer título, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Destinação de Terra Pública (%)	SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural	31/12/2006	62,00	-	-	95,80	Alta	-
Taxa de Ocupação Territorial Aparente (%)	SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural	31/12/2006	65,00	12/2009	67,20	68,50	Alta	-

Programa 0681 Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Órgão  
Responsável

35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Objetivo *Assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse*

Público-alvo *Governo e sociedade brasileiros*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0360 Gestão da Política Agropecuária **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** *Coordenar a formulação o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro*

**Público-alvo** Governo Federal

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Grau de Alinhamento entre o Planejamento Estratégico e o Operacional (%)	Assessoria de Gestão Estratégica - AGE	31/12/2006	20,00	04/2010	100,00	100,00	Alta	-
Índice de Capacitação em Competências (hora)	CGDP / SE e CGRH / SPOA / SE / MAPA	31/12/2005	7,00	12/2009	22,00	72,00	Média	Disponibilização de recursos orçamentários e financeiros.
Índice de Satisfação com a Comunicação Interna no MAPA (%)	Assessoria de Gestão Estratégica - AGE - Pesquisa interna / MAPA	31/12/2005	20,00	12/2009	0,00	90,00	Alta	-
Taxa de Melhoria dos Processos-chave de Trabalho (%)	CMI / CGPLAN / SPOA / SE - MAPA	1/1/2007	5,00	01/2010	50,00	45,00	Alta	-

Programa 1344 Gestão da Política Aqüícola e Pesqueira

Órgão  
Responsável

58000 Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA)

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas da aqüicultura e pesca*

Público-alvo *Governo Federal*

Este programa não apresenta indicador.

---

**Programa** 0773 Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União      **Órgão** 25000 Ministério da Fazenda (MF)  
**Responsável**

**Objetivo** *Contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da administração dos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro, de modo a propiciar o alcance da meta de superávit primário estabelecida no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

**Público-alvo** Governo Federal

Este programa não apresenta indicador.

---

Programa	0473 Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação	Órgão Responsável	24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação</i>		
Público-alvo	<i>Governo</i>		

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0752 Gestão da Política de Comunicação de Governo	<b>Órgão Responsável</b>	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
<b>Objetivo</b>	<i>Informar a sociedade sobre medidas adotadas pelo governo federal, ampliando a transparência e a prestação de contas do Estado</i>		
<b>Público-alvo</b>	<i>Sociedade</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

Programa	8006 Gestão da Política de Comunicações	Órgão Responsável	41000 Ministério das Comunicações (MC)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de comunicações</i>		
Público-alvo	<i>Governo</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

---

<b>Programa</b>	0173 Gestão da Política de Cultura	<b>Órgão</b>	42000	Ministério da Cultura (MinC)
<b>Objetivo</b>	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da cultura</i>			
<b>Público-alvo</b>	<i>Governo</i>			

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

---

<b>Programa</b>	0625 Gestão da Política de Defesa Nacional	<b>Órgão</b>	52000	Ministério da Defesa (MD)
<b>Objetivo</b>	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área das Forças Armadas</i>			
<b>Público-alvo</b>	<i>Governo</i>			

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0139 Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	Órgão Responsável	49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário</i>		
Público-alvo	<i>Governo</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

---

**Programa** 1006 Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome **Órgão Responsável** 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

**Público-alvo** *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

Este programa não apresenta indicador.

**Programa** 0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano **Órgão** 56000 Ministério das Cidades (MCidades)

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito*

**Público-alvo** Governo

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0155 Gestão da Política de Direitos Humanos **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Direitos Humanos*

**Público-alvo** *Dirigentes, gerentes de programas finalísticos, órgãos governamentais, organizações não-governamentais e sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de Acessos ao Portal do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (número de acessos / trimestre)</i>	Secretaria Especial de Direitos Humanos	-	-	12/2009	6.502,00	-	Alta	Em 2009 foram 11.387 acessos ao portal. No período entre 01 de janeiro e 19 de julho de 2010 já estão computados 12.348 acessos, o que indica alta probabilidade de alcance da meta para dezembro de 2011

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1067 Gestão da Política de Educação

**Órgão  
Responsável**

26000 Ministério da Educação (MEC)

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação*

**Público-alvo** *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0276 Gestão da Política de Energia **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia*

**Público-alvo** Governo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Termelétrica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	15.400,00	12/2009	20.010,00	20.285,00	Alta	Não há dados suficientes para concluir sobre a possibilidade de alcance para 2011.
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Biomassa (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	570,00	12/2009	6.103,00	2.464,00	Alta	-
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Eólica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	208,00	12/2009	602,00	320,00	Alta	-
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Hidráulica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	82.216,00	12/2009	84.533,00	89.325,00	Alta	-
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Todas as Fontes (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	98.394,00	12/2009	106.573,00	112.394,00	Alta	-
Consumo de Energia Eletrica no País (gwh)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	380.794,00	12/2009	426.029,00	470.009,00	Alta	-
Linhas de Transmissão Instaladas, com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	89.130,00	12/2009	97.347,40	99.503,00	Alta	-

**Programa** 1069 Gestão da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

**Órgão  
Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de geologia, mineração e transformação mineral*

**Público-alvo** *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

**Programa** 0757 Gestão da Política de Integração Nacional

**Órgão  
Responsável**

53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial*

**Público-alvo** *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0511 Gestão da Política de Meio Ambiente	Órgão Responsável	44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente</i>		
Público-alvo	<i>Governo</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

Programa 0087 Gestão da Política de Previdência Social

Órgão  
Responsável

33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0780 Gestão da Política de Regulação de Mercados Órgão 25000 Ministério da Fazenda (MF)

Objetivo *Avaliar e/ou propor marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltadas ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo*

Público-alvo Agentes econômicos e cidadãos

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0016 Gestão da Política de Saúde **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde*

**Público-alvo** Governo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Adesão dos Estados ao Pacto pela Saúde (%)	MS/SE/DAD	30/6/2007	44,00	12/2009	100,00	100,00	Alta	-
Taxa de Adesão dos Municípios ao Pacto pela Saúde (%)	MS/DAD/MS	30/6/2007	5,00	12/2009	57,40	100,00	Alta	-
Taxa de Constituição dos Colegiados de Gestão Regional (%)	MS/SE/DAD	30/6/2007	12,00	12/2009	85,66	100,00	Alta	-
Taxa de Planos Estaduais de Saúde Aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde (%)	MS/SPO/CGPL	31/12/2006	80,00	12/2009	80,00	100,00	Alta	-
Taxa de Planos Municipais de Saúde Aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde (%)	MS/SE/SPO/CGPL	31/12/2006	49,00	12/2009	49,00	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

---

<b>Programa</b>	0106 Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda	<b>Órgão</b>	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
<b>Objetivo</b>	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do trabalho, emprego e renda</i>			
<b>Público-alvo</b>	<i>Governo</i>			

Este programa não apresenta indicador.

Programa 1001 Gestão da Política de Turismo

Órgão  
Responsável

54000 Ministério do Turismo (MTur)

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do turismo*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

---

Programa	0225 Gestão da Política dos Transportes	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de transportes</i>		
Público-alvo	<i>Governo</i>		

Este programa não apresenta indicador.

**Programa** 1266 Gestão da Política Econômica **Órgão** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

**Objetivo** *Formular, propor e monitorar medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, industrial, agrícola, tarifária, do setor externo, do mercado de trabalho e do mercado de capitais*

**Público-alvo** *Governo e sociedade*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0683 Gestão da Política Externa	Órgão Responsável	35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de relações exteriores</i>		
Público-alvo	<i>Governo</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1003 Gestão da Política na Área de Planejamento	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais nas áreas de planejamento, orçamento e gestão pública</i>		
Público-alvo	<i>Governo</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0497 Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos	Órgão Responsável	44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos</i>		
Público-alvo	<i>Usuários de recursos hídricos e população das bacias hidrográficas</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

Programa	0665 Gestão da Política Nacional Sobre Drogas	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
Objetivo	<i>Ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda e a oferta de drogas</i>		
Público-alvo	<i>Organizações públicas, privadas e não-governamentais e sociedade</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

Programa	1470 Gestão da Política Portuária	Órgão Responsável	20128 Secretaria Especial de Portos (SEP)
Objetivo	<i>Coordenar a formulação, monitoramento e avaliação de políticas de infra-estrutura portuária marítima e dos portos outorgados às cias docas</i>		
Público-alvo	<i>Governo Federal</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1068 Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas **Órgão Responsável** 20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

**Objetivo** *Coordenar o planejamento, a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas e programas de promoção da igualdade de gênero*

**Público-alvo** *Órgãos governamentais e entidades não-governamentais*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Evolução do número de profissionais do setor público capacitados na temática de gênero (unidade)</i>	Secretaria Especial de Política para as Mulheres	-	-	-	-	-	-	Esse indicador não pôde ser calculado uma vez que em 2009 os esforços para capacitação de servidores públicos nas temáticas de gênero, raça/etnia e orientação sexual concentraram-se na elaboração de um curso de gestão à distância e do conveniamento com universidades parceiras. As atividades de capacitação ocorrerão em 2010.
<i>Taxa de Cobertura Estadual dos Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres (percentual)</i>	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	88,00	-	-	100,00	Alta	O indicador não foi apurado, pois do momento em que o PLPPA foi enviado até o final do primeiro ano de sua implementação a estratégia de regionalização do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) foi profundamente alterada. Isso significa, então, que após o lançamento do PPA 2008-2011 a opção de assinaturas de termos de adesão deu lugar a outra estratégia, não sendo possível, portanto, informar qualquer dado para este indicador que deverá ser alterado.
<i>Taxa de Cobertura nas Capitais dos Planos Municipais de Políticas para as Mulheres (percentual)</i>	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	5,00	-	-	6,00	Alta	O indicador não foi apurado, pois do momento em que o PLPPA foi enviado até o final do primeiro ano de sua implementação a estratégia de regionalização do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) foi profundamente alterada. Isso significa, então, que após o lançamento do PPA 2008-2011 a opção de assinaturas de termos de adesão deu lugar a outra estratégia, não sendo possível, portanto, informar qualquer dado para este indicador que deverá ser alterado.

---

**Programa** 0413 Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer **Órgão** 51000 Ministério do Esporte (ME)

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do esporte*

**Público-alvo** *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

---

<b>Programa</b>	0411 Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços	<b>Órgão Responsável</b>	28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
<b>Objetivo</b>	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de indústria, comércio e serviços</i>		
<b>Público-alvo</b>	<i>Governo</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011****Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008****Exercício 2010 - Ano base 2009****Volume II**

**Programa** 0771 Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

**Objetivo** Assegurar o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Governo Federal

**Público-alvo** Governo Federal e sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (percentagem)	IBGE	31/12/2003	9,30	12/2009	4,31	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

---

<b>Programa</b>	1004 Gestão de Políticas na Área da Presidência da República	<b>Órgão Responsável</b>	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
<b>Objetivo</b>	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da Presidência da República</i>		
<b>Público-alvo</b>	<i>Governo</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

---

**Programa** 1054 Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público

**Órgão Responsável**

47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

**Objetivo** *Garantir a democratização das relações do trabalho no serviço público, por meio da inclusão de mecanismos de participação, valorização do servidor público, melhoria e eficiência na gestão de recursos humanos*

**Público-alvo** *Servidores públicos federais*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0794 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União **Órgão Responsável** 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

**Objetivo** *Identificar a vocação dos imóveis que compõem o patrimônio imobiliário da União, destinando-os de acordo com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso, de garantia da inclusão sócio-territorial e de apoio ao desenvolvimento local sustentável*

**Público-alvo** *Órgãos e entidades da administração pública e a sociedade em geral, priorizando famílias com renda até cinco salários mínimos e comunidades tradicionais (ribeirinhas, varzeiras e quilombolas)*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de famílias atendidas anualmente em ações de inclusão sócio-territorial (unidade)	Secretaria de Patrimônio da União - SPU	30/9/2006	132.770,00	04/2009	32.397,00	80,00	Média	Não há informações para apuração do indicador
Taxa de Crescimento da Arrecadação Patrimonial (%)		31/12/2006	100,00	04/2009	175,54	146,29	Alta	-

---

**Programa** 0802 Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União      **Órgão Responsável** 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

**Objetivo** *Gerir o Plano Plurianual e os orçamentos da União de forma integrada e articulada e com a participação da sociedade civil organizada, buscando a co-responsabilidade, a transparência e a melhoria da qualidade do gasto público*

**Público-alvo** *Governo Federal, demais esferas de Governo*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0570 Gestão do Processo Eleitoral **Órgão Responsável** 14000 Justiça Eleitoral (Justiça Eleitoral)

**Objetivo** *Propiciar a realização de pleitos eleitorais e aperfeiçoar os níveis de atendimento jurisdicional*

**Público-alvo** *Eleitores, partidos políticos e sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Prazo Médio de Apuração Eleitoral (hora)</i>	Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral	27/10/2002	4,00	01/2010	2,76	-	Alta	-
<i>Prazo Médio de Votação Por Eleitor (segundo)</i>	Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral	27/10/2002	60,00	01/2010	17,60	-	Alta	-

---

Programa	0698 Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça	Órgão Responsável	30000 Ministério da Justiça (MJ)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça</i>		
Público-alvo	<i>Governo</i>		

Este programa não apresenta indicador.

**Programa** 8002 Governo Eletrônico **Órgão** 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

**Objetivo** *Coordenar, normalizar e racionalizar recursos de informação e informática, assegurando aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal um suporte adequado na área de tecnologia da informação e comunicação*

**Público-alvo** *Órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 9991 Habitação de Interesse Social **Órgão Responsável** 56000 Ministério das Cidades (MCidades)

**Objetivo** *Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural*

**Público-alvo** *Famílias com renda familiar até 5 salários mínimos*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos (unidade)	Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD	31/12/2005	7.136.137,00	-	-	4.886.666,00	Alta	-
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos (unidade)	Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD	31/12/2005	7.610.299,00	-	-	5.211.361,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011****Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008****Exercício 2010 - Ano base 2009****Volume II**

**Programa** 1355 Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

**Objetivo** *Garantir a inclusão cultural dos grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade brasileira, garantindo-lhes acesso aos mecanismos de apoio e fomento à cultural, de promoção e de intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais do país, considerando características identitárias definidas por gênero, orientação sexual, segmentos sociais, grupos etários, portadores de necessidades especiais, grupos étnicos, povos tradicionais e das culturas populares*

**Público-alvo** *Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de Projetos de Diversidade Cultural Apoiados (unidade)</i>	MINC/SID	1/12/2006	144,00	03/2010	331,00	400,00	Alta	O índice alcançado supera a previsão para o ano, devido especialmente ao número de emendas parlamentares executadas.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1446 Implementação da Política de Promoção da Saúde							<b>Órgão Responsável</b>	36000	Ministério da Saúde (MS)
<b>Objetivo</b>	<i>Promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e os riscos à saúde relacionados aos determinantes e condicionantes dos processos saúde-doença-condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura e acesso a bens e serviços essenciais</i>									
<b>Público-alvo</b>	<i>População brasileira</i>									
Indicador (unidade de medida)	Fonte		Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
			Data	Índice	Data	Índice				
<i>Percentual de Municípios com Programas de Intervenção de Promoção de Atividade Física e de Lazer Implantados (%)</i>	Relatórios de Monitoramento do Pacto de Gestão pela Saúde - SINPACTO	31/12/2007	16,20	12/2009	14,20	12,20	Alta		-	
<i>Percentual de Municípios Prioritários com Projetos Promoção de Ações de Redução das Violências e Acidentes e Cultura de Paz Implantados (%)</i>	Formulários de Avaliação da CGDANT/DASIS/SVS/MS	31/12/2006	0,00	12/2009	79,00	79,00	Alta		-	
<i>Prevalência de Fumantes nas Capitais (%)</i>	VIGITEL - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico/DASIS/SVS/MS	31/12/2006	16,20	12/2009	15,80	12,20	Muito Baixa	Avalia-se que medidas tomadas na ultima década levaram a uma queda importante e acredita-se que a meta deverá ser revista, pois esta prevalência já é muito baixa, das menores do mundo, e segue decrescendo lentamente. Será muito difícil continuar reduzindo na progressão do passado. Portanto o resultado é satisfatório mesmo não atingindo a meta. Os resultados mostram que entre adolescentes a prevalência é de 6,3% (dados do PENSE), revelando que os jovens não tem iniciado na proporção que iniciavam o的习惯 do fumo.		
<i>Taxa de Mortalidade por Doenças Cardiovasculares (%)</i>	Ministério da Saúde/SVS/SIM- Sistema de Informações sobre Mortalidade	31/12/2005	9,33	12/2009	8,70	8,00	Alta	As circunstâncias que favoreceram foram a Expansão da atenção básica; a diminuição das Doenças Cardiovasculares no Brasil; a melhoria das informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.		
<i>Taxa de Municípios com População Acima de 100.000 Habitantes que Realizam a Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (%)</i>	SISAGUA e Relatório de Acompanhamento do Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano VQACH/CGVAM/SVS	31/5/2007	20,00	12/2009	93,33	60,00	Alta	O Sistema de Informação SISAGUA foi aprimorado com elaboração de ferramenta para acessar o banco de dados do SISAGUA pelo Tabnet, realização de análises sobre o desenvolvimento do VIGIAGUA nos estados e municípios, por meio dos dados alimentados no SISAGUA e monitoramento da qualidade da água no Projeto Um Milhão de Cisternas - desenvolvimento de ações no âmbito do SUS, em articulação com o MDS e outros órgãos com participação da sociedade local voltadas à garantia da qualidade da água para consumo humano na região do semi árido.		

---

**Programa** 6004 Incentivo à Comercialização da Produção da Agricultura Familiar **Órgão** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

**Objetivo** *Incentivar a agricultura familiar por meio da aquisição direcionada de alimentos.*

**Público-alvo** *Agricultures familiares*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1008 Inclusão Digital **Órgão Responsável** 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

**Objetivo** Promover a consolidação de uma Sociedade do Conhecimento inclusiva, orientada ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico

**Público-alvo** Comunidades e segmentos cuja situação imponha dificuldade de participação na Sociedade do Conhecimento

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de acesso individual à internet nos últimos 3 meses (%)	Pesquisa TIC Domicílios e Usuários/ Conselho Gestor da Internet Brasil - CGI.Br	7/1/2006	27,82	10/2009	39,00	48,90	Média	Desde 2008, o Comitê Gestor da Internet Brasil (CGI.Br) deixou de disponibilizar o dado ao qual o indicador se refere com precisão decimal. Também passou a incorporar amostragem referente à área rural, em substituição à extrapolação de dados baseada na PNAD. A mudança na metodologia tende a pressionar o indicador para baixo.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1245 Inclusão Social pelo Esporte **Órgão Responsável** 51000 Ministério do Esporte (ME)

**Objetivo** *Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social*

**Público-alvo** *Detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa Média de Redução na Reincidência de Presos (%)	MJ - Secretaria Nacional de Justiça - Departamento Penitenciário Nacional	1/2/2004	33,33	-	-	45,00	Muito Baixa	Montagem de equipe de pesquisa que consiga levantar valores para apuração do índice.

---

**Programa** 0088 Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União **Órgão Responsável** 33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

**Objetivo** *Assegurar o pagamento dos benefícios de caráter indenizatório e de outras pensões graciosas de responsabilidade da União estabelecidos em Lei*

**Público-alvo** *Beneficiários definidos em Lei*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0285 Indústria Petroquímica **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** *Ampliar a oferta de produtos da indústria petroquímica nacional para atendimento ao mercado*

**Público-alvo** *Consumidores de produtos petroquímicos*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Participação na Capacidade Instalada de Polietilenos (percentagem)</i>	Petrobras	31/12/2002	7,10	-	-	-	Alta	-

**Programa** 0796 Informações Estatísticas e Geocientíficas **Órgão Responsável** 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

**Objetivo** *Elaborar e disseminar informações de natureza estatística e de natureza geocientífica com vistas ao conhecimento da realidade do país*

**Público-alvo** *Governo e sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de alcance do índice previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Divulgação de Pesquisas (percentagem)</i>	IBGE	-	-	-	-	-	-	A gerência informa que o indicador foi excluído.
<i>Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatística e Geocientíficas (percentagem)</i>	ibge	3/4/2000	23,00	01/2010	2,14	-	-	Embora não conste no Sigplan a informação referente ao índice previsto para o final do PPA (2011), este é da ordem de 9,65%. A possibilidade de alcance desse índice previsto para 2011 é alta devido ao crescente aumento na demanda por parte do governo e da sociedade por informações estatísticas e geocientíficas.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0496 Informações Integradas para Proteção da Amazônia	<b>Órgão Responsável</b>	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
-----------------	---	--------------------------	---

**Objetivo** *Integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de governo na Amazônia legal, visando à proteção, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região*

**Público-alvo** *O Governo, em todas as esferas; a sociedade brasileira, em particular os Amazônidas; os organismos internacionais e as organizações não-governamentais com atuação na Região; e os países da América do Sul, prioritariamente os da fronteira amazônica*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa Global de Atendimento às Demandas em Meteorologia, Sensoriamento Remoto e Inteligência pelos Órgãos Parceiros (percentual %)	Núcleo de Meteorologia / Coord. Operacional / CTO/ Coord. Inteligência / CCG Brasília	31/12/2007	70,00	01/2010	85,70	100,00	Média	Há dois cenários para que se possa atingir o índice previsto para o final do PPA. A primeira forma seria modernizar o sistema de gravação de imagens do SAR da aeronave R-99, ou seja, as gravadoras analógicas seriam substituídas por um sistema de gravação digital em HD, o que reduziria a perda de dados coletados durante os vôos de imageamento. A segunda hipótese de alcançar o índice no caso da impossibilidade da modernização seria realizar a compra de imagens de satélite de diversos tipos.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0515 Infra-Estrutura Hídrica **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** *Desenvolver obras estruturantes de infra-estrutura hídrica para o aumento da oferta de água de boa qualidade*

**Público-alvo** *Populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos, concessionárias de serviços de saneamento e produtores dos setores primário e secundário*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Adução de Água Bruta (milhão de m<sup>3</sup>)</i>	SIH/Ministério da Integração Nacional	1/1/2003	1.570,00	-	-	-	-	-
<i>Reserva de Água em Barramentos e Aqueles (milhão de m<sup>3</sup>)</i>	SIH/Ministério da Integração Nacional	1/1/2003	5.495,00	-	-	-	-	<i>Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.</i>

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 8025 Inovação Tecnológica em Telecomunicações **Órgão Responsável** 41000 Ministério das Comunicações (MC)

**Objetivo** *Pesquisar, desenvolver e difundir inovações tecnológicas voltadas à competitividade de produtos e serviços de telecomunicações*

**Público-alvo** *Centros de pesquisa, tecnologia, desenvolvimento de recursos humanos, instituições de ensino e pesquisa, no setor de telecomunicações*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Desenvolvimento dos Projetos de Inovação Tecnológica Apoiados pelo Programa (%)	Fundação CPqD, FiNEP e BNDES (Consolidação pelo Ministério das Comunicações)	3/1/2004	21,00	-	-	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0099 Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda							<b>Órgão Responsável</b>	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
<b>Objetivo</b>	<i>Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego</i>									
<b>Público-alvo</b>	<i>Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial</i>									
Indicador (unidade de medida)	Fonte		Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
			Data	Índice	Data	Índice	Previsto para 2011			
Taxa de Aproveitamento de Vagas (percentagem)	SINE	2/1/2006	50,00	02/2010	39,31	52,03	Baixa		Percebe-se que a capacidade do Sistema de preencher as vagas ofertadas ficou aquém do esperado, o que revela a necessidade de uma melhor administração da ação de intermediação de mão-de-obra, mas principalmente aponta para o problema de desacimento entre o perfil do trabalhador que recorre ao Sine e aquele requerido pelo empregador, devido à baixa qualificação profissional. O indicador sugere serem necessários maiores investimentos na capacidade de atendimento do Sistema Público de Emprego, tanto em intermediação de mão de obra quanto em qualificação profissional. Uma medida que poderia ter efeitos positivos sobre o comportamento do indicador é o aprimoramento das ferramentas à disposição dos operadores da intermediação de mão-de-obra, de forma a tornar mais rápido e efetivo o processo de cruzamento entre oferta e demanda.	
Taxa de Captação de Vagas (percentagem)	CAGED/SPPE/MTE	2/1/2006	14,00	02/2010	16,91	14,28	Alta		O bom desempenho no índice pode ser atribuído à recuperação da economia após a crise, visto que o comportamento do indicador é fortemente sensível à disposição das empresas em contratar. Vale ressaltar que o cálculo do indicador utiliza uma extração a partir dos admitidos registrados no Caged, excluindo aquelas correspondentes a transferências. Ressalta-se que o número de vagas ofertadas ao Sine cresceu 8,35% entre os anos de 2008 e 2009.	
Taxa de Cobertura do Abono Salarial (%)	CGSAP/DES/SPPE/MTE	1/1/2007	94,09	02/2010	92,56	98,00	Média		A Taxa de Cobertura do Abono Salarial ficou abaixo do esperado em virtude da conjunção de dois fatores: o aumento do número de trabalhadores identificados com direito ao benefício; e o atraso da notificação aos que ainda não efetuaram saques previstos para dezembro/2009, o que só ocorrerá em fevereiro de 2010. A probabilidade de atingimento do índice previsto ao final do PPA, de 98, é considerada média. As medidas corretivas necessárias são um maior investimento na divulgação do calendário de pagamento, e maior tempestividade nas notificações aos trabalhadores que não efetuaram seus saques nos prazos previstos.	
Taxa de Cobertura do Seguro Desemprego (%)	CGSAP/DES/SPPE/MTE	1/1/2007	62,77	01/2010	80,06	63,10	Alta		Houve uma mudança metodológica, em que deixaram de fazer parte do rol de "demitidos sem justa causa" do Caged os trabalhadores com término de contrato por prazo determinado e término de contrato. Considera-se positiva a mudança, pois traz um retrato mais real da taxa de cobertura do seguro-desemprego; contudo a previsão no PPA considerava a metodologia antiga. Isso explica a distância entre o índice previsto e o efetivamente apurado.	
Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal (percentagem)	CAGED/SPPE/MTE	2/1/2006	7,00	02/2010	6,65	7,42	Média		O aumento do índice depende do crescimento da capacidade de colocação do Sine maior que crescimento do mercado de trabalho formal - o que não se verificou em 2009. Considerando que nem todas as vagas do mercado de trabalho são disponibilizadas ao SINE, e as vagas que são captadas não lhe são exclusivas, algumas medidas corretivas podem ser importantes: incremento do volume de recursos disponíveis para a manutenção e expansão do SINE; criação de novos canais para disponibilização de vagas pelos empregadores; aprimoramento das ferramentas à disposição da intermediação de mão-de-obra, de forma a tornar mais rápido e efetivo o processo de cruzamento entre oferta e demanda por mão-de-obra; aumento dos recursos para as ações de qualificação	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1036 Integração de Bacias Hidrográficas **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** *Aumentar a oferta de água nas bacias com baixa disponibilidade hidrica*

**Público-alvo** *Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Vazão Média de Água nas Bacias Beneficiadas pela Integração (m<sup>3</sup>/s)</i>	SIH/MI	1/1/2003	75,00	-	-	-	-	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0641 Inteligência Federal **Órgão Responsável** 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

**Objetivo** *Desenvolver Atividades de inteligência e de Segurança da Informação no interesse do Estado e da Sociedade*

**Público-alvo** *Presidência da República*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Taxa de Relatórios de Inteligência emitidos para subsídio do Processo Decisório Nacional (percentagem)</i>	Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	-	-	12/2009	53,00	-	-	Considerando que o indicador registrado no SIGPlan não refletia integralmente a atividade de Inteligência, foi sugerida, em 2009, a sua extinção. Os valores atribuídos aos indicadores não representavam a produção total da ABIN, que supera significativamente o quantitativo de documentos enviados ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e, destes documentos, os enviados ao Presidente da República, bem como não espelhavam a qualidade dos documentos produzidos.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1020 Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA **Órgão Responsável** 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

**Objetivo** Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental e de Macapá e Santana no Amapá

**Público-alvo** Organizações dos setores industrial, comercial e de serviços e a população dos estados e municípios da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Macapá e Santana - AP

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação do PIB Regional na Composição do PIB Nacional (percentagem)	IBGE	31/12/2006	1,75	12/2009	1,99	1,80	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0168 Livro Aberto							<b>Órgão Responsável</b>	42000	Ministério da Cultura (MinC)
<b>Objetivo</b>	<i>Formar leitores em diversos níveis de competência, estimulando o hábito da leitura, facilitando o acesso a bibliotecas, mantendo o controle bibliográfico nacional, e propiciando a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico e literário</i>									
<b>Público-alvo</b>	<i>Sociedade</i>									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas		
<i>Coeficiente de Bibliotecas Públicas (unidade)</i>	Ministério da Cultura, FBN/MinC, IBGE e Instituições voltadas para a produção editorial	31/12/2002	23,00	12/2009	0,43	-	Média	<p>A possibilidade de alcance leva em conta vários fatores, como decisões políticas e estratégicas da Instituição. Não há como colocar uma estimativa alta pois há probabilidade de fatores negativos interferirem no resultado, como por exemplo certas dificuldades nos acordos políticos com algumas prefeituras.</p> <p>OBS 1: Conforme já mencionado várias vezes no SIGPLAN e nos Relatórios de Gestão, há que se considerar uma disfunção no índice inicial de referência informado no SIGPLAN: o coeficiente é 0,29 e não 23, tomando por base dados do IBGE.</p> <p>OBS 2: Este indicador não atende adequadamente a referida ação. Estão sendo ultimados indicadores que possibilitarão em breve medir ações do Programa: "Indicador de fomento potencial à atividade de leitura - IFL"; "Indicador de dinâmica de capacitação de RH na área do livro e leitura" e "Indicador de desenvolvimento do fomento à produção literária - IDL".</p>		

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0273 Luz para Todos			<b>Órgão Responsável</b>	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)		
<b>Objetivo</b>	<i>Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água</i>							
<b>Público-alvo</b>	<i>População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2009	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas		
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Bahia (%)	MME	31/12/2006 38,09	12/2009 76,89	-	-	Embora as ações do Programa Luz para Todos possam ter vigência até 2011, o Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, prorrogou sua vigência até dezembro 2010, razão pela qual não há previsão de indicadores para 2011		
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Paraíba (%)	MME	31/12/2006 52,05	12/2009 79,29	-	-	Embora as ações do Programa Luz para Todos possam ter vigência até 2011, o Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, prorrogou sua vigência até dezembro 2010, razão pela qual não há previsão de indicadores para 2011		
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Goiás (%)	MME	31/12/2006 53,81	12/2009 70,40	-	-	Embora as ações do Programa Luz para Todos possam ter vigência até 2011, o Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, prorrogou sua vigência até dezembro 2010, razão pela qual não há previsão de indicadores para 2011		
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso (%)	MME	31/12/2006 34,41	12/2009 71,24	-	-	Embora as ações do Programa Luz para Todos possam ter vigência até 2011, o Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, prorrogou sua vigência até dezembro 2010, razão pela qual não há previsão de indicadores para 2011		
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso do Sul (%)	MME	31/12/2006 95,92	12/2009 80,80	-	-	Embora as ações do Programa Luz para Todos possam ter vigência até 2011, o Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, prorrogou sua vigência até dezembro 2010, razão pela qual não há previsão de indicadores para 2011		
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Minas Gerais (%)	MME	31/12/2006 97,98	12/2009 82,67	-	-	Embora as ações do Programa Luz para Todos possam ter vigência até 2011, o Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, prorrogou sua vigência até dezembro 2010, razão pela qual não há previsão de indicadores para 2011		
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Pernambuco (%)	MME	31/12/2006 95,18	10/2009 103,45	-	-	Embora as ações do Programa Luz para Todos possam ter vigência até 2011, o Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, prorrogou sua vigência até dezembro 2010, razão pela qual não há previsão de indicadores para 2011		
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Rondônia (%)	MME	31/12/2006 19,95	12/2009 63,54	-	-	Embora as ações do Programa Luz para Todos possam ter vigência até 2011, o Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, prorrogou sua vigência até dezembro 2010, razão pela qual não há previsão de indicadores para 2011		
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Roraima (%)	MME	31/12/2006 20,77	12/2009 21,43	-	-	Embora as ações do Programa Luz para Todos possam ter vigência até 2011, o Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, prorrogou sua vigência até dezembro 2010, razão pela qual não há previsão de indicadores para 2011		
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Santa Catarina (%)	MME	31/12/2006 75,05	12/2009 99,65	-	-	Embora as ações do Programa Luz para Todos possam ter vigência até 2011, o Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, prorrogou sua vigência até dezembro 2010, razão pela qual não há previsão de indicadores para 2011		
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de São Paulo (%)	MME	31/12/2006 70,21	12/2009 82,76	-	-	Embora as ações do Programa Luz para Todos possam ter vigência até 2011, o Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, prorrogou sua vigência até dezembro 2010, razão pela qual não há previsão de indicadores para 2011		
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Sergipe (%)	MME	31/12/2006 63,30	12/2009 91,76	-	-	Embora as ações do Programa Luz para Todos possam ter vigência até 2011, o Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, prorrogou sua vigência até dezembro 2010, razão pela qual não há previsão de indicadores para 2011		

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0273 Luz para Todos			<b>Órgão Responsável</b>	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
<b>Objetivo</b>	<i>Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água</i>					
<b>Público-alvo</b>	<i>População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural</i>					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice	Medidas Corretivas
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Tocantins (%)	MME	31/12/2006	41,18	12/2009	47,56	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Acre (%)	MME	31/12/2006	22,79	12/2009	62,29	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Amapá (%)	MME	-	-	12/2009	11,08	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Amazonas (%)	MME	31/12/2006	14,03	12/2009	48,76	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Ceará (%)	MME	31/12/2006	55,32	12/2009	80,69	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Espírito Santo (%)	MME	31/12/2006	56,96	12/2009	86,60	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Maranhão (%)	MME	31/12/2006	41,04	12/2009	78,98	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Pará (%)	MME	31/12/2006	37,34	12/2009	71,53	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Paraná (%)	MME	31/12/2006	76,64	12/2009	77,27	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Piauí (%)	MME	31/12/2006	9,96	12/2009	41,82	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Rio de Janeiro (%)	MME	31/12/2006	64,13	12/2009	88,38	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Norte (%)	MME	31/12/2006	85,46	12/2009	100,10	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0273 Luz para Todos **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** *Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água*

**Público-alvo** *População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul (%)	MME	31/12/2006	49,07	12/2009	92,70	-	-	Embora as ações do Programa Luz para Todos possam ter vigência até 2011, o Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, prorrogou sua vigência até dezembro 2010, razão pela qual não há previsão de indicadores para 2011
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Alagoas (%)	MME	31/12/2006	64,48	12/2009	83,09	-	-	Embora as ações do Programa Luz para Todos possam ter vigência até 2011, o Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, prorrogou sua vigência até dezembro 2010, razão pela qual não há previsão de indicadores para 2011
Número de Unidades Consumidoras Atendidas - Nacional (unidade)	MME	31/12/2006	1.038.580,00	12/2009	2.235.332,00	-	-	Embora as ações do Programa Luz para Todos possam ter vigência até 2011, o Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, prorrogou sua vigência até dezembro 2010, razão pela qual não há previsão de indicadores para 2011

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

---

<b>Programa</b>	0220 Manutenção da Malha Rodoviária Federal	<b>Órgão</b>	39000	Ministério dos Transportes (MT)
<b>Objetivo</b>	<i>Mantener a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego</i>	<b>Responsável</b>		
<b>Público-alvo</b>	Usuários das rodovias federais			

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1109 Massificação da Certificação Digital ICP-Brasil	<b>Órgão Responsável</b>	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
-----------------	--	--------------------------	---

**Objetivo** *Garantir às transações e documentos eletrônicos a necessária segurança técnica e jurídica por meio do emprego massificado do uso de certificados digitais ICP-Brasil*

**Público-alvo** *Servidores e empregados públicos, órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta dos Poderes Executivo, Legislativo, e Judiciário da União, Estados, DF e Municípios; pessoas naturais e pessoas jurídicas que exercem seus direitos e deveres atinentes à cidadania brasileira*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade de Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Índice Nacional de Cobertura da ICP-Brasil (%)</i>	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - IT	31/12/2006	1,00	-	-	80,00	Média	O índice, como concebido atualmente, indica de forma muito parcial a verdadeira cobertura da ICP-Brasil no nível nacional. Foram iniciados estudos para definição de novo indicador, valendo-se da metodologia disponibilizada pela SPI.
<i>Taxa de Empresas Privadas Usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil (%)</i>	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	-	-	-	-	90,00	Média	O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito empresarial, no entanto dificuldades para obter, de forma confiável, o total de empresas privadas operacionais existentes no país, somado à dependência de informação de dados das Autoridades Certificadoras, inviabilizaram a apuração do índice. Foram iniciados estudos para a definição de novo indicador, conforme metodologia disponibilizada pela SPI.
<i>Taxa de Servidores e Funcionários Públicos Federais Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil (%)</i>	Comitê Gestor da ICP-Brasil	-	-	-	-	40,00	Média	O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito do funcionalismo público federal. No entanto, dificuldades para obter o total de servidores e funcionários públicos, cujas funções possam exigir o uso de certificados digitais e a obtenção do número de certificados emitidos para servidores e funcionários públicos inviabilizaram a apuração do índice de forma acurada. Estima-se que até 2009 foram emitidos 146.322 certificados digitais para servidores e funcionários públicos. Foram iniciados estudos para a definição de novo indicador, conforme metodologia disponibilizada pela SPI.
<i>Taxa de Usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil (%)</i>	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	-	-	-	-	40,00	Média	O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito de usuários da Internet (pessoas naturais). No entanto, dificuldades para definir o total de usuários que se valem da certificação digital inviabilizaram a apuração do índice. Estima-se que até 2009 tenham sido emitidos 438.966 certificado digitais para usuários de internet. Foram iniciados estudos para a definição de novo indicador, conforme metodologia disponibilizada pela SPI.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1421 Meteorologia e Mudanças Climáticas **Órgão Responsável** 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

**Objetivo** Entender os mecanismos que determinam as mudanças climáticas globais e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental

**Público-alvo** Comunidade Científica; tomadores de decisão governamentais; sociedade e usuários nacionais e nas áreas de relações internacionais onde dados e informações, locais, regionais e globais são importantes em saúde pública; desastres naturais e provocados pelo homem; planejamento energético; transportes; e defesa civil

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Acerto da Previsão Numérica de Tempo sobre o Brasil (percentual)	CPTEC/INPE	1/1/2006	89,00	01/2010	89,00	92,00	Alta	-
Taxa de Acerto da Tendência Climática Sazonal sobre o Brasil (percentual)	CPTEC/INPE	31/12/2007	45,00	01/2010	65,00	60,00	Alta	-



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0390 Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade **Órgão Responsável** 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

**Objetivo** *Elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo*

**Público-alvo** Setor produtivo; sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Credibilidade do INMETRO Junto à População (percentagem)	IBOPE	31/12/2003	91,00	02/2010	90,09	89,00	Alta	-
Taxa de Reconhecimento do INMETRO (percentagem)	IBOPE	31/12/2003	41,00	02/2010	49,08	42,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1387 Microcrédito Produtivo Orientado **Órgão Responsável** 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

**Objetivo** *Ampliar o acesso ao crédito bem como apoiar e estimular o segmento de instituições que operam o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local*

**Público-alvo** *Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) determinada pelo Decreto nº 5.288 de 29/11/2004*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Quantidade de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (número índice)	Sistema de Habilitações - PNMPO/MTE	31/12/2006	100,00	12/2009	198,37	209,00	Alta	-
Volume de Crédito Concedido para Microcrédito Produtivo Orientado (número índice)	Relatórios Gerenciais - PNMPO/MTE	31/12/2006	100,00	10/2009	291,66	232,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0391 Mineração e Desenvolvimento Sustentável **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** *Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável da atividade minerária*

**Público-alvo** *Pequena e média mineração, cooperativas extrativistas minerais e de garimpo e comunidades e aglomerados populacionais de baixa renda que sobrevivem do aproveitamento econômico dos recursos minerais*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Desempenho da Gestão do Patrimônio Mineral - DGPM (%)</i>	DNPM	31/12/2007	-	02/2010	78,00	95,00	Média	Este indicador, tal como se encontra, não é adequado para avaliar o programa.
<i>Índice Comparativo de Crescimento da Produção Mineral e Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (%)</i>	DNPM/IBGE	31/12/2007	-	02/2010	45,00	75,00	Média	O índice Comparativo de Crescimento da Produção Mineral e Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) avalia o resultado do processo de Arrecadação da instituição.
<i>Número-Índice da Produção Mineral (índice numérico)</i>	DNPM	31/12/2003	100,00	02/2010	120,50	-	Alta	-
<i>Número-Índice de Pessoal Ocupado na Indústria Extrativa Mineral (índice numérico)</i>	IBGE	31/12/2003	100,00	02/2010	108,51	-	Média	-
<i>Taxa de regularidade fiscal de empreendimentos do setor mineral (%)</i>	DNPM	31/12/2007	-	12/2009	92,00	98,00	Baixa	O resultado do índice Taxa de regularidade fiscal de empreendimentos do Setor Mineral não tem forte expressão na avaliação do Programa.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0365 Minimização de Riscos no Agronegócio **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** *Minimizar os riscos da atividade agrícola decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos*

**Público-alvo** *Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Percentual de Área Segurada (percentagem)</i>	Secretaria de Política Agropecuária - SPA	30/5/2005	1,90	12/2009	7,05	27,16	Baixa	Embora o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural tenha apresentado um crescimento expressivo nos últimos anos, atingindo mais de 7% de toda a área plantada no país em apenas 5 anos de existência, houve uma superestimação do valor do índice esperado para 2011.
<i>Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo (percentagem)</i>	Instituto Nacional de Meteorologia - INMET	31/12/2002	79,00	12/2009	87,00	91,00	Alta	-
<i>Taxa de Adesão ao PROAGRO (percentagem)</i>	RECOR/BACEN e Comissão Especial de Recursos - CER/PROAGRO	31/7/2002	23,00	12/2009	49,00	52,00	Alta	-
<i>Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro (percentagem)</i>	Banco Central do Brasil - BACEN	4/10/2006	16,00	12/2009	15,00	14,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 9989 Mobilidade Urbana **Órgão Responsável** 56000 Ministério das Cidades (MCidades)

**Objetivo** *Promover a melhoria da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas*

**Público-alvo** *População urbana de municípios com mais de 60 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coeficiente de Mobilidade Urbana (viagens ao dia/habitante)</i>	Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/Ministério das Cidades	1/1/2002	1,50	-	-	2,00	Média	Os indicadores de desempenho relativos à mobilidade urbana são obtidos com levantamentos realizados na região em que se quer aferir utilizando-se pesquisa denominada Origem/Destino, cuja operacionalização é bastante complexa. Em consequência, este indicador não está sendo efetivamente utilizado no processo de avaliação dos resultados da atuação governamental na área de transporte e mobilidade urbana. Com a finalidade de definir e parametrizar indicadores de desempenho, controláveis e quantificáveis, voltados para mensurar, acompanhar e avaliar sistematicamente os programas de sua competência, o Ministério das Cidades instituiu Grupo de Trabalho visando aprimorar o acompanhamento dos programas.

---

Programa	8026 Mobilização para Defesa Nacional	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado</i>		
Público-alvo	Nação brasileira		
Este programa não apresenta indicador.			

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

---

**Programa** 1353 Modernização da Polícia Federal **Órgão** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** *Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal*

**Público-alvo** Departamento de Polícia Federal

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011****Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008****Exercício 2010 - Ano base 2009****Volume II**

**Programa** 0813 Monumenta **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

**Objetivo** *Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade*

**Público-alvo** *População dos municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável (percentagem)</i>	Ministério da Cultura	31/12/2006	47,33	12/2009	82,40	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0171 Museu Memória e Cidadania **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

**Objetivo** Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país

**Público-alvo** Sociedade Brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Visitantes a Museus por ano (milhão)	IPHAN	31/12/2006	20,00	-	-	-	-	Devido às médias anuais levantadas até o presente momento espera-se que o número de visitações seja alcançado até o final do exercício.
Taxa de Museus nos Municípios (percentagem)	IPHAN	31/12/2006	16,00	12/2009	19,25	-	-	Atualmente já foi atingido índice

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1078 Nacional de Acessibilidade **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** *Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida*

**Público-alvo** *Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Municípios com Código de Obras de Acessibilidade ao Meio Físico para a Pessoa com Deficiência (percentagem)	CORDE/SEDH	12/1/2002	16,89	-	-	-	-	Indicador já foi objeto de sugestão de exclusão ou alteração junto ao MPOG em recentes avaliações anuais do PPA. A sua apuração depende de uma pesquisa anual junto aos municípios. Embora seja possível realizar este tipo de levantamento, a relação custo X benefício X oportunidade é proibitiva.
Taxa de Ônibus Urbanos Acessíveis (percentagem)	Ministério das Cidades	12/1/2002	5,00	-	-	-	-	Indicador já foi objeto de sugestão de exclusão ou alteração junto ao MPOG em recentes avaliações anuais do PPA. Até o ano de 2007, a sua apuração era feita com base em pesquisa anual do Ministério das Cidades. Essa pesquisa deixou de ser realizada a partir de 2008.
Taxa de Programas de Televisão com Sinalização em Libras/ Sublegendados (percentagem)	Ministério das Comunicações	-	-	-	-	20,00	Baixa	Há dificuldade de obtenção de dados primários para cálculo do indicador, ações coordenadas envolvendo outros órgãos deverão ser realizadas.
Taxa de Sítios Eletrônicos Governamentais Acessíveis as Pessoas com Deficiência no Serviço Público Federal (percentagem)	Ministério do Planejamento	14/8/2003	0,03	-	-	100,00	Média	Há dificuldade de obtenção de dados primários para cálculo do indicador, ações coordenadas envolvendo outros órgãos deverão ser realizadas.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0464 Nacional de Atividades Espaciais - PNAE **Órgão Responsável** 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

**Objetivo** *Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais em benefício da sociedade brasileira e na solução de problemas nacionais*

**Público-alvo** *Governo; comunidade científica; setor produtivo nacional*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Grau de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial (GDTEC) (%)</i>	AEB/DPEI	31/12/2006	11,00	01/2010	20,00	78,00	Baixa	O índice previsto para 2011 muito provavelmente não será atingido por falta de soluções para os problemas de natureza estrutural e situacional que o programa ainda enfrenta, compreendendo, entre outros, a ampliação dos quadros de especialistas nos principais institutos de pesquisa espacial do país, elevação dos patamares de investimentos necessários para as atividades de pesquisa e desenvolvimento, modernização e fortalecimento da infraestrutura laboratorial e de pesquisa, bem como maiores incentivos para a participação da indústria espacial nas atividades de P, D & I.
<i>Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN) (percentual)</i>	AEB/DPEI	31/3/2008	37,25	01/2010	27,10	39,50	Média	O índice previsto para 2011 pode ser atingido se elevados os investimentos e incentivos na cadeia produtiva do setor espacial, articulados com uma política de compras governamentais.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1113 Nacional de Atividades Nucleares							<b>Órgão Responsável</b>	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)																																																																																			
<b>Objetivo</b>	<i>Assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia</i>																																																																																												
<b>Público-alvo</b>	<i>Instalações nucleares e radiativas; comunidade científica; setor produtivo (indústria, agricultura e meio ambiente); instituições médicas; empresas de geração náucleo-elétrica; instituições de ensino</i>																																																																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Indicador (unidade de medida)</th> <th rowspan="2">Fonte</th> <th colspan="2">Índice de Referência</th> <th colspan="2">Índice alcançado em 2009</th> <th rowspan="2">Índice Previsto para 2011</th> <th rowspan="2">Possibilidade Alcance do Índice Previsto</th> <th colspan="3">Medidas Corretivas</th> </tr> <tr> <th>Data</th> <th>Índice</th> <th>Data</th> <th>Índice</th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de Depósitos de Patentes na Área Nuclear (unidade)</td> <td>CNEN, INB e NUCLEP</td> <td>31/12/2007</td> <td>18,00</td> <td>01/2010</td> <td>4,00</td> <td>18,00</td> <td>Média</td> <td colspan="3">Os resultados alcançados referentes às atividades de desenvolvimento tecnológico, até o exercício de 2009, permitem concluir pelo atingimento do índice estimado até o final do exercício.</td></tr> <tr> <td>Número de Procedimentos Médicos Vialisados com Produtos e Técnicas Nucleares (unidade)</td> <td>CNEN/MCT</td> <td>9/10/2007</td> <td>3.000.000,00</td> <td>01/2010</td> <td>3.000.000,00</td> <td>4.800.000,00</td> <td>Média</td> <td colspan="3">Apesar da crise internacional no fornecimento de radioisótopos para a área de medicina nuclear, a CNEN atuou junto a outros produtores internacionais buscando atender, no maior grau possível, a demanda nacional por esses insumos. Com essas medidas, e outras que vem sendo analisadas para implementação ao longo dos próximos exercícios, fica mantido o índice esperado para o final do PPA.</td></tr> <tr> <td>Número de Tecnologias Geradas na Área Nuclear (unidade)</td> <td>CNEN, INB e NUCLEP</td> <td>9/10/2007</td> <td>84,00</td> <td>01/2010</td> <td>85,00</td> <td>95,00</td> <td>Alta</td> <td colspan="3">-</td></tr> <tr> <td>Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada com Apoio do Programa (tonelada)</td> <td>NUCLEP</td> <td>31/12/2007</td> <td>1.015,50</td> <td>01/2010</td> <td>7.001,00</td> <td>10.000,00</td> <td>Média</td> <td colspan="3">-</td></tr> <tr> <td>Taxa do Ciclo Combustível Nuclear com Processo de Produção Nacional (percentual)</td> <td>INB/MCT</td> <td>31/12/2007</td> <td>60,80</td> <td>01/2010</td> <td>62,20</td> <td>95,00</td> <td>Média</td> <td colspan="3">-</td></tr> <tr> <td>Tempo médio de coleta de rejeitos (dias)</td> <td>CNEN</td> <td>15/10/2007</td> <td>73,00</td> <td>01/2010</td> <td>100,00</td> <td>64,00</td> <td>Média</td> <td colspan="3">Em andamento conforme o programado. Cabe ressaltar que a cada ano são implementadas melhorias no processo de coleta, tratamento e armazenamento de rejeitos radioativos de tal forma a garantir as condições de segurança no acondicionamento dessas substâncias.</td></tr> </tbody> </table>											Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas			Data	Índice	Data	Índice			Número de Depósitos de Patentes na Área Nuclear (unidade)	CNEN, INB e NUCLEP	31/12/2007	18,00	01/2010	4,00	18,00	Média	Os resultados alcançados referentes às atividades de desenvolvimento tecnológico, até o exercício de 2009, permitem concluir pelo atingimento do índice estimado até o final do exercício.			Número de Procedimentos Médicos Vialisados com Produtos e Técnicas Nucleares (unidade)	CNEN/MCT	9/10/2007	3.000.000,00	01/2010	3.000.000,00	4.800.000,00	Média	Apesar da crise internacional no fornecimento de radioisótopos para a área de medicina nuclear, a CNEN atuou junto a outros produtores internacionais buscando atender, no maior grau possível, a demanda nacional por esses insumos. Com essas medidas, e outras que vem sendo analisadas para implementação ao longo dos próximos exercícios, fica mantido o índice esperado para o final do PPA.			Número de Tecnologias Geradas na Área Nuclear (unidade)	CNEN, INB e NUCLEP	9/10/2007	84,00	01/2010	85,00	95,00	Alta	-			Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada com Apoio do Programa (tonelada)	NUCLEP	31/12/2007	1.015,50	01/2010	7.001,00	10.000,00	Média	-			Taxa do Ciclo Combustível Nuclear com Processo de Produção Nacional (percentual)	INB/MCT	31/12/2007	60,80	01/2010	62,20	95,00	Média	-			Tempo médio de coleta de rejeitos (dias)	CNEN	15/10/2007	73,00	01/2010	100,00	64,00	Média	Em andamento conforme o programado. Cabe ressaltar que a cada ano são implementadas melhorias no processo de coleta, tratamento e armazenamento de rejeitos radioativos de tal forma a garantir as condições de segurança no acondicionamento dessas substâncias.		
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas																																																																																					
		Data	Índice	Data	Índice																																																																																								
Número de Depósitos de Patentes na Área Nuclear (unidade)	CNEN, INB e NUCLEP	31/12/2007	18,00	01/2010	4,00	18,00	Média	Os resultados alcançados referentes às atividades de desenvolvimento tecnológico, até o exercício de 2009, permitem concluir pelo atingimento do índice estimado até o final do exercício.																																																																																					
Número de Procedimentos Médicos Vialisados com Produtos e Técnicas Nucleares (unidade)	CNEN/MCT	9/10/2007	3.000.000,00	01/2010	3.000.000,00	4.800.000,00	Média	Apesar da crise internacional no fornecimento de radioisótopos para a área de medicina nuclear, a CNEN atuou junto a outros produtores internacionais buscando atender, no maior grau possível, a demanda nacional por esses insumos. Com essas medidas, e outras que vem sendo analisadas para implementação ao longo dos próximos exercícios, fica mantido o índice esperado para o final do PPA.																																																																																					
Número de Tecnologias Geradas na Área Nuclear (unidade)	CNEN, INB e NUCLEP	9/10/2007	84,00	01/2010	85,00	95,00	Alta	-																																																																																					
Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada com Apoio do Programa (tonelada)	NUCLEP	31/12/2007	1.015,50	01/2010	7.001,00	10.000,00	Média	-																																																																																					
Taxa do Ciclo Combustível Nuclear com Processo de Produção Nacional (percentual)	INB/MCT	31/12/2007	60,80	01/2010	62,20	95,00	Média	-																																																																																					
Tempo médio de coleta de rejeitos (dias)	CNEN	15/10/2007	73,00	01/2010	100,00	64,00	Média	Em andamento conforme o programado. Cabe ressaltar que a cada ano são implementadas melhorias no processo de coleta, tratamento e armazenamento de rejeitos radioativos de tal forma a garantir as condições de segurança no acondicionamento dessas substâncias.																																																																																					

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0506 Nacional de Florestas **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** *Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social*

**Público-alvo** *Comunidades produtoras e consumidoras dos recursos florestais, agricultores familiares e setores produtivos de base florestal*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área de florestas com alto valor para conservação protegida (ha)	Ministério do Meio Ambiente - PNF	31/12/2006	600.000,00	-	-	3.600.000,00	Média	Com publicação da Lei Nº 11.284/2006, a gestão florestal e as informações sobre planos de manejo antes centralizada no IBAMA foram descentralizadas para os estados e ainda não há um sistema que consolide todas as informações de manejo florestal. Deve-se esclarecer que já há um grupo de trabalho, liderado pelo Ibama, que está desenvolvendo um sistema para consolidar e disponibilizar tais informações.
Área de florestas naturais em regime de manejo sustentável (ha)	IBAMA	31/12/2006	3.000.000,00	-	-	18.000.000,00	Média	Com publicação da Lei Nº 11.284/2006, a gestão florestal e as informações sobre planos de manejo antes centralizada no IBAMA foram descentralizadas para os estados e ainda não há um sistema que consolide todas as informações de manejo florestal. Deve-se esclarecer que já há um grupo de trabalho, liderado pelo Ibama, que está desenvolvendo um sistema para consolidar e disponibilizar tais informações.
Área de Florestas Plantadas (ha)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2006	627.000,00	-	-	1.500.000,00	Alta	A gerência informa que não há informações consolidadas, pois com a descentralização da gestão florestal, os estados são responsáveis por estes dados que não estão consolidados. Aponta também a dificuldade de se averiguar os números pela frequência de publicação das informações, muitas vezes não anual, bem como as informações não consolidam a situação do ano da publicação.
Áreas degradadas recuperadas (ha)	Ministério do Meio Ambiente e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente	31/12/2006	5.000,00	-	-	100.000,00	Média	Ressalta-se que para recuperar uma floresta ou outras formas de vegetação dos biomas brasileiros, é requerido um conjunto de fatores que nem sempre estão em condições satisfatórias, de modo simultâneo. Vale destacar que, em razão do ritmo natural de crescimento biológico, uma ação de recuperação florestal não tem condições de ser avaliada em apenas um ano de implantação ou fração deste período, como em geral acontece. Deve-se atentar para o fato dos plantios dependerem da disponibilidade de sementes de espécies nativas, exigências dendrológicas e edafoclimáticas, além da capacitação de profissionais (viveiristas, técnicos, e outros) para atuarem no processo de recuperação degradadas. Adiciona-se, no caso específico de 2009, a qualidade ruim dos poucos projetos técnicos que chegaram ao Departamento, o que contribuiu para o retardamento das ações.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	8034 Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	<b>Órgão Responsável</b>	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
-----------------	--	--------------------------	---

**Objetivo** *Promover a Reintegração do jovem ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano*

**Público-alvo** *Jovens que possuam entre 15 e 29 anos*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Taxa de Certificação dos Alunos do ProJovem Campo (percentual)</i>	Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem.	1/7/2007	0,00	-	-	-	Alta	-
<i>Taxa de Certificação dos Alunos do ProJovem Urbano (percentual)</i>	Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem.	1/7/2007	0,00	-	-	-	Alta	-
<i>Taxa de Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho (percentual)</i>	PNPE Web e CAGED.	1/8/2007	7,89	-	-	8,50	-	-
<i>Taxa de Permanência Anual dos Jovens Participantes do ProJovem Adolescente (percentual)</i>	SNAS	1/7/2007	0,00	-	-	-	-	Atrasos no desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento e Gestão do Projovem Adolescente, SISJOVEM, impediu o cálculo do indicador. Os atrasos em 2009 foram decorrentes das mudanças na estrutura de funcionamento da Coordenação Geral de Informática (CGI) do MDS, que passou a trabalhar conforme orientações da Instrução Normativa Nº 04/2008 3 TCU.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** *Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social*

**Público-alvo** *Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Descoesão Social (%)</i>	IBGE	-	-	-	-	-	-	Não havia dados disponíveis para o cálculo do indicador
<i>Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)</i>	Ministério da Saúde	1/10/2006	26,00	-	-	12,00	Baixa	Não havia dados disponíveis para o cálculo do indicador
<i>Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Descoesão Social (1/100.000 habitantes)</i>	SENASP	-	-	-	-	-	-	Não havia dados disponíveis para o cálculo do indicador

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0286 Oferta de Petróleo e Gás Natural **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** *Aumentar a oferta de petróleo e gás natural ao mercado, de forma a reduzir a dependência externa, observando os padrões de segurança e as exigências ambientais*

**Público-alvo** *Consumidores de petróleo, gás natural e derivados de petróleo*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Produção Média de Gás Natural (milhão de m <sup>3</sup> por dia)	Petrobras	31/12/2003	39,83	12/2009	53,50	-	Baixa	Devido a redução da demanda por gás natural pelo mercado, a probabilidade de atingir o índice é baixa.
Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural (mil barris por dia)	Petrobras	31/12/2003	1.540,00	12/2009	1.971,00	-	Baixa	Em decorrência do forte impacto da redução da demanda de gás natural pelo mercado, uma vez que grande parte dos poços produtores de óleo tem o gás natural como produto associado, a probabilidade de atingir o índice é baixa.
Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento - TFCA (percentagem)	Petrobras	31/12/2003	1,20	12/2009	0,56	-	Alta	-
Volume de Óleo Derramado - VOD (m <sup>3</sup> )	Petrobrás	31/12/2003	49,00	12/2009	5,45	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1120 Paz no Campo **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

**Objetivo** *Reducir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos*

**Público-alvo** *Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Assassinatos decorrentes de conflitos agrários (unidade)	Ouvidoria Agrária Nacional	31/12/2003	42,00	12/2009	11,00	0,00	Média	Para o alcance do índice previsto sugere-se: 1) Implementação do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo; 2) Celebração de convênios, acordos e termos de cooperação com instituições de prevenção e combate à violência no campo, com a disponibilização de mais recursos, pois os valores atuais estão muito abaixo das necessidades/demandas apresentadas pelas instituições em tela.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1161 Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltada aos empreendimentos de pequeno porte

**Público-alvo** Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Carteira de Projetos Financiados Voltados à Inserção Social (índice numérico)</i>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	31/12/2006	100,00	12/2009	100,00	100,00	Média	O indicador é inadequado para expressar os resultados do Programa e foi reformulado para 2010.
<i>Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores Envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa (índice numérico)</i>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	31/12/2003	100,00	12/2009	105,00	105,00	Média	O indicador é inadequado para expressar os resultados do Programa e foi reformulado para 2010.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1156 Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** *Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos*

**Público-alvo** *Cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária, agroindustrial e atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Carteira de Projetos Financiados Voltados à Sustentabilidade do Agronegócio (número índice)</i>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	31/12/2006	100,00	12/2009	100,00	100,00	Média	O indicador é inadequado para expressar os resultados do Programa e foi reformulado para 2010.
<i>Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores Envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa (índice numérico)</i>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	31/12/2003	100,00	12/2009	108,00	108,00	Média	O indicador é inadequado para expressar os resultados do Programa e foi reformulado para 2010.
<i>Participação de sementes/ cultivares da Embrapa no mercado de Sementes Nacionais (algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo) (percentual)</i>	Embrapa (Balanço Social anual da Embrapa)	28/4/2009	21,00	-	-	21,00	-	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0480 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural							<b>Órgão Responsável</b>	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
<b>Objetivo</b>	<i>Desenvolver tecnologia de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural</i>									
<b>Público-alvo</b>	<i>Petrobrás, Universidades e Centros de Desenvolvimento de Tecnologia</i>									
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>		<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>	
<i>Taxa de Incorporação de Tecnologia (percentagem)</i>	Petrobras	31/12/2002	80,00	03/2010	68,00	80,00	Média	Inserção no planejamento original dos novos projetos de P&D da estratégia de incorporação das tecnologias eventualmente desenvolvidas através de uma maior participação de potenciais fornecedores nos projetos onde novos produtos estejam sendo desenvolvidos.		

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0392 Pólo Industrial de Manaus	<b>Órgão Responsável</b>	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
-----------------	--------------------------------	--------------------------	-------	--

**Objetivo** *Consolidar a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus e contribuir para o equilíbrio da balança comercial do modelo*

**Público-alvo** *Sistema produtivo do Pólo Industrial de Manaus*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Índice de Mão-de-Obra no Pólo Industrial de Manaus (percentagem)</i>	SUFRAMA	31/12/2006	10,40	12/2009	-13,65	4,00	Alta	O resultado do indicador Índice de Mão-de-Obra no Pólo Industrial de Manaus é satisfatório, considerando o contexto da crise financeira global e sua repercussão no PIM. A retomada do aquecimento da economia, aliada à aprovação de novos empreendimentos, permite inferir que é alta a possibilidade de alcançar a meta proposta para o final do PPA.
<i>Taxa de Agregação de Valor Local (percentual)</i>	Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus - SUFRAMA	31/1/2007	2,81	12/2009	2,94	3,00	Média	A taxa de agregação de Valor Local foi satisfatória. O indicador alcançou a meta prevista para o exercício (2,94) apresentando incremento de 19,10% em relação ao índice de 2,46 registrado em 2008. Isto representa que para cada unidade monetária utilizada na importação de insumos, a agregação de 2,93 unidades monetárias. Considerando a taxa de evolução do indicador existe uma probabilidade de alcançar o índice proposto para 2011, todavia, apesar do resultado obtido ter sido próximo da meta, há uma interferência considerável da taxa de câmbio. Com uma apreciação do real em relação ao dólar, diminuindo o preço dos insumos importados, a probabilidade de alcance passa a ser média.
<i>Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal (percentagem)</i>	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	31/12/2006	64,02	12/2006	61,69	64,00	Alta	Em termos percentuais houve uma queda de 6,74% em relação a 2008 (66,15%). Em termos monetários a queda foi de 12,20% em relação a 2008. A expectativa com a retomada de crescimento do PIM é que a arrecadação cresça e alcance o índice previsto para o final do PPA.
<i>Taxa de Variação das Exportações do Pólo Industrial de Manaus (percentagem)</i>	SUFRAMA	31/12/2006	25,05	12/2009	13,46	29,00	Muito Baixa	O indicador aponta para a necessidade da criação de políticas voltadas para o adensamento da cadeia produtiva de componentes no Pólo Industrial de Manaus. Considerando que o crescimento da base produtiva implicará na importação de insumos a possibilidade de alcance da meta prevista para o final do exercício é muito baixa. Há ainda o fator do câmbio, com o real apreciado em relação ao dólar, prejudicando a competitividade das exportações.

---

Programa 8032 Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas

Órgão  
Responsável

52000 Ministério da Defesa (MD)

Objetivo *Desenvolver e garantir a capacidade operacional e o emprego combinado das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional*

Público-alvo *Nação brasileira e a comunidade internacional*

Este programa não apresenta indicador.

---

Programa	0621 Preparo e Emprego da Força Aérea	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Preparar a Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses, da lei e da ordem</i>			
Público-alvo	<i>Nação brasileira</i>			
Este programa não apresenta indicador.				

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

---

**Programa** 0620 Preparo e Emprego da Força Terrestre      **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD)  
**Responsável**

**Objetivo** *Promover o desenvolvimento científico-tecnológico da Força Terrestre, por intermédio da pesquisa, desenvolvimento, avaliação, produção, implantação, manutenção de sistemas e materiais de emprego militar e civil, e capacitação de recursos humanos, de modo a proporcionar a permanente atualização da infra-estrutura militar terrestre para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro, bem como, contribuir para o fomento da indústria nacional de defesa*

**Público-alvo** Nação brasileira

Este programa não apresenta indicador.

---

**Programa** 0622 Preparo e Emprego do Poder Naval **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD)  
**Responsável**

**Objetivo** *Preparar o Poder Naval e manter o seu aprestamento para assegurar o cumprimento da missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem*

**Público-alvo** Nação brasileira

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0566 Prestação Jurisdicional Militar **Órgão Responsável** 13000 Justiça Militar da União (Justiça Militar)

**Objetivo** *Processar e julgar crimes militares definidos em lei*

**Público-alvo** *Sociedade brasileira, militares integrantes das Forças Armadas( Marinha, Exército e Aeronáutica)*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Militar (percentagem)</i>	Superior Tribunal Militar	31/12/2002	38,00	12/2009	54,11	40,00	Alta	A indisponibilidade de dados primários não permitiu a apuração do índice do indicador em 2009. Como medida de correção as despesas do Projeto 111Q estão voltadas para aperfeiçoamento do sistema de dados jurisdicionais da JMU onde os dados estarão disponibilizados em tempo real evitando atrasos na sua consolidação futura.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011****Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008****Exercício 2010 - Ano base 2009****Volume II**

**Programa** 0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal **Órgão Responsável** 12000 Justiça Federal (Justiça Federal)

**Objetivo** Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal (percentagem)	Justiça Federal	31/12/2002	18,00	02/2010	26,00	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0567 Prestação Jurisdicional no Distrito Federal **Órgão Responsável** 16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Justiça do DFT)

**Objetivo** Proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de solução de processos na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (%)	Grupo Gestor de 1º e 2º instâncias e Assessoria de Programas e Projetos.	31/12/2006	56,77	12/2009	36,10	60,77	Baixa	No exercício 2009, o indicador do programa apresentou percentual 36,1%, abaixo do estimado para o ano do PPA, fato que se deve à nova metodologia de apuração dos processos em tramitação. Caso utilizássemos a atual metodologia o indicador observaria um incremento de 1,13%.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0568 Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça **Órgão Responsável** 11000 Superior Tribunal de Justiça (STJ)

**Objetivo** *Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, processar e julgar ações e demais procedimentos que sejam inerentes à atividade judicante, elencada no artigo 105 da Constituição Federal*

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Processos Julgados (%)	Superior Tribunal de Justiça	31/12/2006	64,00	01/2010	60,74	69,00	Alta	O índice alcançado pelo indicador em 2009 foi abaixo do esperado. Dentre as causas possíveis, destaca-se o fato de que a operacionalização da Lei de Recursos Repetitivos ainda carece de plena efetivação. Em consequência, existe no STJ quantidade expressiva de processos que figuram entre os distribuídos às Turmas, o que incide sobre a base do indicador e faz com que permanecam na condição de sobrestados, retirando-os do rol de processos julgados.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0565 Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal **Órgão Responsável** 10000 Supremo Tribunal Federal (STF)

**Objetivo** *Processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade, as ações declaratórias de constitucionalidade, o habeas corpus e os mandados de injunção e exercer as demais competências estabelecidas na Constituição Federal*

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos no Supremo Tribunal Federal (percentagem)	Supremo Tribunal Federal	26/4/2007	96,00	12/2009	1,05	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista **Órgão Responsável** 15000 Justiça do Trabalho (Justiça do Trabalho)

**Objetivo** *Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, bem como dirimir conflitos das relações trabalhistas*

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Recorribilidade (porcentagem)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	50,72	12/2009	53,59	55,50	Alta	-
Número de Processos por Magistrado (unidade)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	2.290,00	12/2009	2.293,00	2.318,00	Alta	Quando se consideram os cargos de Magistrados existentes na JT, esse índice é de 2.028,00. No entanto, quando se consideram os cargos provisórios, o número apurado demonstra que a Justiça do Trabalho está próxima de ultrapassar a meta prevista para o final do PPA.
Taxa de Solução de Processos (porcentagem)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	47,35	12/2009	54,74	50,43	Alta	-
Tempo Médio de Solução de Processos (dias)	Boletim Estatístico da Vara do Trabalho - Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	586,00	12/2009	735,00	600,00	Média	A implementação do processo virtual e o aparelhamento da Justiça do Trabalho apontam para melhores índices futuros para o indicador

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1164 Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** Cortar o fluxo financeiro que mantém as organizações criminosas

**Público-alvo** Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Bloqueio de Contas no Exterior (%)	Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional/SNJ	10/8/2007	40,00	-	-	60,00	Média	O aumento do índice depende do a) aumento da capacitação de agentes públicos para a melhor elaboração dos pedidos de bloqueio; e b) aumento dos quadros da equipe de analistas de cooperação.
Valor de Ativos Preservados (R\$ mil)	Sistema de Alienação Eletrônica (Leilão.ENCCLA.GOV)	30/4/2007	0,00	-	-	12.500,00	Muito Baixa	O indicador pressupunha a criação e operacionalização de um Sistema de Alienação Eletrônica de bens apreendidos. Ocorre que, em decorrência dos trabalhos da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, foi criado, pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução 63, de 16/12/2008, o Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA), que terá como subsistema a função de alienação desses bens. Assim, tanto as ações previstas para 2009 como o próprio indicador restaram prejudicados.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0503 Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer

**Órgão Responsável**

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** *Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros*

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área Anual Desmatada da Amazônia Legal (km <sup>2</sup> )	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2006	13.100,00	08/2009	7.008,00	7.736,00	Alta	-
Número de Focos de Calor (unidade)	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM	31/12/2002	85.359,00	12/2009	69.367,00	85.359,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	<b>Órgão Responsável</b>	20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)
-----------------	--	--------------------------	--

**Objetivo** *Prevenir e enfrentar, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres e promover o atendimento integral, humanizado e de qualidade àquelas em situação de violência ou risco, transmitindo atitudes e valores igualitários em prol da construção de uma cultura de paz*

**Público-alvo** *Mulheres, efetiva ou potencialmente, sujeitas a situações de violência*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Proporção de Denúncias de Violência Física na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)	Secretaria Especial de Política para as Mulheres - Central de Atendimento à Mulher: Ligue 180	31/12/2006	68,00	12/2009	53,90	70,00	Alta	-
Evolução do Número de Atendimentos da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)	Secretaria Especial de Política para as Mulheres - Central de Atendimento à Mulher: Ligue 180	31/12/2006	0,00	12/2009	48,00	5,00	Alta	-
Evolução do Número de Profissionais da Rede Atendimento à Mulher Vítima de Violência Capacitados (porcentagem)	Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	6,00	12/2009	27,00	17,00	Alta	-
Evolução do Número de Registros de Ocorrência nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (percentual)	Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Pesquisa sobre Perfil Organizacional das DEAMs.	31/12/2005	-4,25	12/2006	-19,30	10,00	Média	-
Evolução do Número de Serviços Especializados de Atendimento à Mulher (percentual)	Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	14,00	12/2009	24,12	10,00	Alta	-
Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM relacionados à Violência Doméstica e Sexual (percentual)	Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	16,50	-	-	20,00	Muito Baixa	Não existem informações sistematizadas para calcular o indicador tal como ele se encontra.
Proporção de Denúncias de Violência Psicológica na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)	Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	22,70	12/2009	33,16	25,00	Alta	-
Proporção de Denúncias de Violência Sexual na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)	Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	2,50	12/2009	1,41	5,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1027 Prevenção e Preparação para Desastres **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** *Prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos*

**Público-alvo** *Instituições de Defesa Civil*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Municípios Preparados para Prevenção e Atendimento a Desastres (percentagem)</i>	Órgãos Estaduais de Defesa Civil	20/1/2004	62,00	-	-	-	-	Estudo de um novo indicador que avale de forma mais objetiva o programa.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0662 Prevenção e Repressão à Criminalidade **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** *Reducir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União*

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)</i>	Departamento de Polícia Federal	1/12/2006	79,00	01/2010	87,00	70,00	Média	O índice apurado ficou 16% superior ao previsto (75 dias), mas inferior ao índice obtido em 2008 (88 dias). O prazo mais longo pode ter sido motivado pela crescente complexidade das investigações que faz com que o tempo de conclusão dos inquéritos policiais se alongue.
<i>Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (percentagem)</i>	Departamento de Polícia Federal	31/12/2006	63,60	01/2010	94,35	80,00	Alta	O índice ficou bastante superior ao previsto que era de 70%. Isso foi possível em virtude do Fortalecimento da Corregedoria e da priorização dada à conclusão de investigações mais antigas, bem como a adoção de nova sistemática de apuração para crimes cibernéticos, através do denominado Projeto Tentáculos, levado a cabo pela URCC/CGPFAZ.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0086 Previdência Complementar **Órgão Responsável** 33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

**Objetivo** *Zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, assegurando aos participantes e assistidos o direito ao benefício contratado e incentivar a expansão do sistema de previdência complementar fechado visando a formação de poupança estável e a socialização do capital*

**Público-alvo** *Participantes e assistidos atuais e potenciais de entidades fechadas de previdência complementar*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB) (percentagem)</i>	SPC/Ministério da Previdência Social e IBGE/Ministério do Planejamento	31/12/2002	18,00	03/2010	15,96	18,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0083 Previdência Social Básica **Órgão Responsável** 33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

**Objetivo** *Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios*

**Público-alvo** *Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência (percentual)</i>	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	74,77	12/2009	84,16	77,50	Alta	A meta prevista para alcance deste indicador, ao final do PPA 2008-2011, já foi atingida.
<i>Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho (percentual)</i>	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	65,00	12/2009	60,20	70,00	Média	A redução do número de segurados encaminhados ao Programa de Reabilitação compromete o alcance dos indices previstos para retorno ao trabalho.
<i>Taxa de Solução de Demandas (percentual)</i>	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	71,57	12/2009	54,38	77,00	Média	A insuficiênciade recursos humanos para atender à demanda, acarreta o represamento dos requerimentos, com o impedimento do alcance do índice previsto. Além disso, a inoperância do Sistema SABI, por 4 dias seguidos, impactou significativamente no resultado do indicador em 2009.
<i>Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social (percentual)</i>	CRPS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	69,85	12/2009	67,73	85,00	Média	A insuficiênciade Peritos Médicos para atender à demanda impossibilitou o alcance da meta prevista para o indicador neste exercício.

---

Programa	0472 Proantar	Órgão	52000	Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Efetuar pesquisas conjuntas visando o conhecimento científico dos fenômenos antárticos e manter a presença do Brasil na Antártica</i>	Responsável		
Público-alvo	<i>Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas ao PROANTAR</i>			
Este programa não apresenta indicador.				

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1107 Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** Implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e promover a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas

**Público-alvo** Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área do Território Brasileiro com Implementação da Cobrança pelo Direito de Uso de Recurso Hídricos, excluída a Bacia Amazônica (%)	Agência Nacional de Águas	31/12/2006	1,58	12/2009	1,58	16,96	Alta	A implantação da cobrança na bacia hidrográfica do rio São Francisco, que representa mais de 90% do indicador no período do atual PPA, depende da aprovação dos mecanismos de cobrança e dos valores a serem cobrados dos usuários, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Com a nova proposta a ser apresentada pelo Comitê da Bacia no início do exercício de 2010, há possibilidade de realização superior a 90% do índice previsto para o indicador.
População Brasileira Beneficiada com a Implementação de Projetos decorrentes da Cobrança pelo Direito de Uso dos Recursos Hídricos (%)	Agencia Nacional de Aguas	31/12/2006	5,93	12/2009	5,93	14,34	Alta	No atual PPA, duas bacias, a do rio São Francisco e a do rio Doce, representam a totalidade do indicador, sendo que a cobrança deverá se concretizar na bacia do São Francisco, em 2010, cuja população, de 16,1 milhões de pessoas, representa 84% do grau de alcance do indicador do programa.

---

Programa	0647 Produção de Material Bélico	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Produzir armamentos, cargas para munições e explosivos, para suprir o Exército Brasileiro com os meios necessários à defesa nacional e segurança pública</i>			
Público-alvo	<i>Forças armadas brasileiras e polícias militares</i>			

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

**Objetivo** Garantir o atendimento pleno das necessidades dos órgãos governamentais por cédulas, moedas, selos fiscais, selos postais e outros documentos de segurança para o setor público

**Público-alvo** Órgãos governamentais e empresas prestadoras de serviços públicos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa Acumulada de Atendimento da Demanda Anual (percentagem)	Casa da Moeda do Brasil	31/12/2002	99,20	12/2009	99,38	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1312 Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à  
Saúde

**Órgão  
Responsável**

36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** Garantir a atenção à saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos, de forma equitativa, integral, humanizada e com qualidade

**Público-alvo** Grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Coeficiente de Letalidade Materna Hospitalar no SUS (1/100.000)	MS/SAS/SIH/SUS	31/12/2002	29,80	12/2007	19,46	-	Alta	-
Coeficiente de Mortalidade Infantil (1/1.000)	IBGE, SIM e SINASC	31/1/2003	27,00	12/2007	20,01	-	Alta	-
Coeficiente de Mortalidade Neonatal (1/1.000)	IBGE, SIM e SINASC	31/1/2003	17,00	12/2007	13,61	-	Alta	-
Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psicosocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica (percentagem)	MS/SAS / SIH-SUS, SIA-SUS	31/12/2005	44,53	12/2008	65,54	75,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1143 Promoção da Ética Pública	<b>Órgão Responsável</b>	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
-----------------	--------------------------------	--------------------------	---

**Objetivo** *Aprimorar a gestão da ética nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal*

**Público-alvo** *Alta administração federal, membros das comissões de ética previstas no Decreto 1.171/94, agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública e a sociedade brasileira*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade de Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos (percentagem)</i>	Comissão de Ética Pública	-	-	11/2009	66,88	-	-	Tendo em vista que a Lei não tem um valor de referência estimado, torna-se inviável definir se a probabilidade de alcance ao final do PPA é Alta, Média, Baixa ou Muito Baixa. Embora esta avaliação esteja prejudicada, não invalida o alcance dos objetivos previamente definidos, uma vez que todas as ações do Programa vêm sendo executadas em conformidade com o cronograma estabelecido.

---

**Programa** 1413 Promoção da Justiça e da Cidadania **Órgão** 30000 Ministério da Justiça (MJ)  
**Responsável**

**Objetivo** *Promover a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas e serviços nacionais e internacionais de justiça e cidadania para a consolidação da democracia*

**Público-alvo** *Vítimas e potenciais vítimas do tráfico de pessoas e seus familiares e agentes que atuam na prevenção, repressão e assistência às vítimas; estrangeiros no Brasil e comunidades brasileiras no exterior; crianças e adolescentes espectadores e usuários de diversões públicas em geral; entidades sociais; e autoridades requerentes e requeridas no âmbito da cooperação jurídica internacional*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico							<b>Órgão Responsável</b>	24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
<b>Objetivo</b>	<i>Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores</i>								
<b>Público-alvo</b>	<i>Instituições de pesquisa; universidades; e empresas nacionais</i>								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
<i>Artigos Publicados por Pesquisadores Brasileiros em Periódicos Científicos Indexados no ISI (unidade)</i>	Web of Science / ISI Web of Knowledge < <a href="http://portal.isiknowledge.com/portal.cgi?DestApp=WOS&amp;Func=Frame&amp;Init=Yes&amp;SID=2ENLFpo@1aFpiK7o61d">http://portal.isiknowledge.com/portal.cgi?DestApp=WOS&amp;Func=Frame&amp;Init=Yes&amp;SID=2ENLFpo@1aFpiK7o61d</a> > acesso em 22/03/2007	30/5/2007	19.436,00	05/2007	31.984,00	39.814,00	Alta	-	
<i>Índice de Produtividade Científica dos Pesquisadores das Unidades de Pesquisa do MCT (índice numérico)</i>	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa	31/3/2008	2,20	03/2008	1,40	2,60	Média	Embora tenha havido a contratação de novos pesquisadores e tecnologistas para as Unidades de Pesquisa do MCT em 2009, haverá, como é natural, um período de amadurecimento profissional desses servidores até que possam publicar artigos científicos com qualidade e segurança.	
<i>Número de Instituições Usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (unidade)</i>	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - <a href="http://www.rnp.br/conexao/instituicoes.php?cod=602">http://www.rnp.br/conexao/instituicoes.php?cod=602</a>	28/8/2007	306,00	07/2007	612,00	411,00	Alta	-	
<i>Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCT (unidade)</i>	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa	31/12/2006	670,00	12/2006	689,00	710,00	Alta	-	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1025 Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO						<b>Órgão Responsável</b>	53000	Ministério da Integração Nacional (MI)
<b>Objetivo</b>	<i>Aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais</i>								
<b>Público-alvo</b>	<i>Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores</i>								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
Número de Ocupações Geradas na Região Integrada do DF e Entorno (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-		
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Bacia do Itabapoana (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-		
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Chapada das Margabeiras (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-		
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Chapada do Araripe (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-		
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Grande Fronteira do Mercosul (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-		
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Metade Sul do Rio Grande do Sul (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-		
Número de Ocupações Geradas na Sub-região de Águas Emendadas (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-		
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Alto Solimões (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-		
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Xingó (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-		
Número de Ocupações na Sub-região do Bico do Papagaio (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-		
Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (unidade)	IBGE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-		
Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-		
Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Rio Acre (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-		

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0355 Promoção das Exportações **Órgão Responsável** 35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

**Objetivo** *Ampliar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional*

**Público-alvo** *Empresas exportadoras ou com potencial exportador e empresas com potencial para captação de investimento direto estrangeiro*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Apoio a Empresas Exportadoras (percentagem)	Departamento de Promoção Comercial - DPR	21/8/2003	85,00	12/2009	61,00	95,00	Média	O Programa, em função de seus objetivos precípitos, apóia também empresas exportadoras não cadastradas na BTN 3. Desse modo acredita-se que, no cômputo geral, o alcance das atividades do Programa ultrapassa o índice apurado.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1432 Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial	<b>Órgão Responsável</b>	20126 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)
-----------------	--	--------------------------	---

**Objetivo** *Reducir as desigualdades raciais e promover uma cultura não-discriminatória, de forma a assegurar à população - independentemente de sua cor ou raça - o exercício pleno de sua cidadania e melhores condições de vida*

**Público-alvo** *Grupos étnica e racialmente discriminados, com ênfase na população negra*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade de Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Evolução do Número de Organismos no FIPIR (%)</i>	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	0,00	12/2009	16,00	44,00	Baixa	Aprimorar os instrumentos de contrataualização para facilitar a adesão dos municípios.
<i>Número de Negros Qualificados para a Cidadania e Gestão Pública (unidade)</i>	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	0,00	-	-	6.000,00	Muito Baixa	Não existem informações disponíveis para calcular o indicador, apesar do andamento de 12 convênios firmados e em execução que têm a finalidade de qualificar o público-alvo objeto do indicador.
<i>Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos Governamentais de Promoção dos Direitos da População Negra (%)</i>	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	85,00	12/2009	100,00	100,00	Alta	-
<i>Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos Governamentais de Promoção dos Direitos da População Negra (%)</i>	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	7,60	12/2009	10,89	11,60	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011****Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008****Exercício 2010 - Ano base 2009****Volume II**

**Programa** 0120 Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** *Promover o desenvolvimento da faixa de fronteira*

**Público-alvo** *Gestores públicos, lideranças sociais, investidores potenciais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores situados na Faixa de Fronteira*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Ocupações Geradas nos Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira (unidade)</i>	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1404 Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** Assegurar os direitos da pessoa idosa, enfrentando a violência e a discriminação e propiciando sua inclusão e participação efetiva na sociedade

**Público-alvo** População idosa brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Estados com Planos de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa (%)	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	-	0,00	12/2009	81,50	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1086 Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	<b>Órgão Responsável</b>	20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)
-----------------	--	--------------------------	---

**Objetivo** *Assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do país*

**Público-alvo** *Pessoas com Deficiência*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Efetividade da Reserva de Postos de Trabalho das Pessoas com Deficiência (percentagem)	Ministério do Trabalho e Emprego	-	-	-	-	5,00	-	Este indicador pode, teoricamente, ser aferido a partir da RAIS e do CAGED. O Ministério do Trabalho e Emprego estabeleceu a data-limite de 30 de março para o envio das informações trabalhistas pelas empresas e os dados definitivos não estavam disponíveis na época de preenchimento do SIGPLAN. Esses dados deverão estar disponíveis no segundo semestre quando, havendo nova abertura do SIGPLAN, será possível a sua apuração.
Taxa de Efetividade do Cumprimento da Lei de Quotas por Empresas com Mais de 100 Funcionários (percentagem)	Ministério do Trabalho e Emprego	-	-	-	-	100,00	-	Este indicador pode, teoricamente, ser aferido a partir da RAIS e do CAGED. O Ministério do Trabalho e Emprego estabeleceu a data-limite de 30 de março para o envio das informações trabalhistas pelas empresas e os dados definitivos não estavam disponíveis na época de preenchimento do SIGPLAN. Esses dados deverão estar disponíveis no segundo semestre quando, havendo nova abertura do SIGPLAN, será possível a sua apuração.
Taxa de Estados Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (percentagem)	CORDE/SEDH	14/8/2003	44,44	01/2010	92,59	100,00	Alta	A implantação de conselhos é uma das principais ações em andamento. A previsão é que a meta seja cumprida.
Taxa de Inclusão Escolar (percentagem)	IBGE e Ministério da Educação	14/8/2003	14,86	-	-	-	-	Indicador dependia, à época de abertura do SIGPLAN, da conclusão e publicação do Censo Escolar pelo INEP. Caso haja nova abertura do SIGPLAN será possível a sua apuração no segundo semestre quando os dados definitivos do Censo estiverem disponíveis.
Taxa de Inserção de Pessoas com Deficiência no Serviço Público (percentagem)	DGRH/MP, Poder Judiciário e Poder Legislativo	-	-	-	-	45,00	-	Indicador não aferível por ser muito abrangente ao incluir as esferas estadual e municipal, onde a infra-estrutura precária impede o levantamento desse tipo de informação, e os Poderes Legislativo e Judiciário, além do MPU, que têm gestão independente. Uma alternativa é alterar o indicador para "Taxa de Inserção de Pessoas com Deficiência no Serviço Público Federal". Mesmo no âmbito da União, a gestão autônoma das folhas de pessoal do Legislativo, Judiciário e MPU dificultam o levantamento. Foram feitas gestões junto à SRH do MPOG para a melhor publicidade dos dados relativos à pessoa com deficiência no âmbito do Executivo.
Taxa de Municípios Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (percentagem)	CORDE/SEDH	14/8/2003	-	01/2010	48,60	-	Baixa	A implantação de conselhos é uma das principais ações em andamento e já existem conselhos em cerca de metade dos municípios previstos. Para a meta de 100% haverá necessidade de manutenção da ação.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0797 **Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas** **Órgão Responsável** 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

**Objetivo** *Contribuir para a qualidade dos processos decisórios de governo, mediante a provisão de suporte técnico à prospecção dos problemas de desenvolvimento, à formulação, monitoramento e avaliação de ações governamentais e ao aperfeiçoamento do planejamento governamental de médio e longo prazos*

**Público-alvo** *Governo e sociedade*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Índice de Avaliação Institucional do Instituto, na Aferição de Desempenho dos Órgãos do Ciclo de Gestão - GCG (proxy de avaliação pelo Governo) (percentagem)</i>	IPEA/MP	4/2/2007	99,00	-	-	97,00	Muito Baixa	A possibilidade de atingir o índice previsto ao final do PPA é baixa, pois a fórmula para o cálculo do GDAIPEA não utiliza índice percentual, mas uma tabela de índices numéricos por classe e padrão.
<i>Taxa de Crescimento dos Acessos aos Sites do IPEA (proxy de avaliação pela sociedade) (percentagem)</i>	IPEA/MP	4/6/2007	1,00	12/2009	2,49	3,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0670 Proteção a Pessoas Ameaçadas **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** Garantir proteção especial a testemunhas, defensores de direitos humanos e crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como prestar assistência a vítimas sobreviventes de crimes

**Público-alvo** Testemunhas de crimes, vítimas de violência, defensores de direitos humanos, crianças e adolescentes ameaçados de morte

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento de Pessoas com Necessidade de Proteção (percentagem)	GAJOP	31/12/2003	100,00	01/2010	100,00	100,00	Alta	-
Taxa de Beneficiários Encaminhados para Programas de Capacitação (%)	Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas - CGPT/SEDH	-	-	01/2010	18,00	-	Média	-
Taxa de Evolução do Atendimento dos Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes (percentual)	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos SPDDH/SEDH	-	-	01/2010	0,36	-	Alta	-
Taxa de Jovens Beneficiários Encaminhados para a Escola (%)	Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas - CGPT/SEDH	-	-	01/2010	95,00	-	Alta	-
Tempo médio de permanência das testemunhas nos serviços de proteção (dia/beneficiário)	Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas - CGPT/SEDH	-	-	01/2010	434,00	-	Alta	-

---

<b>Programa</b>	0151 Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento	<b>Órgão</b>	30000	Ministério da Justiça (MJ)
<b>Objetivo</b>	<i>Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas</i>	<b>Responsável</b>		
<b>Público-alvo</b>	<i>Sociedades indígenas</i>			

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0150 Proteção e Promoção dos Povos Indígenas **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral

**Público-alvo** Povos Indígenas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Coeficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na População Indígena (1/100.000)	SIASI DESAI/FUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	104,10	-	-	89,50	Média	Não houve divulgação dos dados para apuração do índice.
Coeficiente de Incidência Parasitária de Malária na População Indígena (1/1.000)	SIASI / DESAI - SISMAL/ CENEPI /FUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	122,43	-	-	50,10	Média	Não houve divulgação dos dados para apuração do índice.
Coeficiente de Mortalidade Infantil entre Crianças Indígenas Menores de 1 Ano (1/1.000)	SIASI DESAI/FUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	48,00	-	-	39,00	Média	Não houve divulgação dos dados para apuração do índice.
Número de Terras Indígenas Regularizadas (unidade)	Funai	1/7/2007	420,00	03/2010	428,00	542,00	Média	O número de técnicos ainda não é suficiente para atender as demandas, considerando que a cada ano surgem mais terras indígenas a serem demarcadas.
Taxa de Aldeias em Situação de Vulnerabilidade (percentual)	Funai e Funasa.	1/7/2007	19,98	-	-	15,98	Média	A Funai ainda não possui um banco de dados capaz de fornecer de forma integrada todas as informações necessárias para proceder a construção do indicador de vulnerabilidade para os povos indígenas. Ademais, há muita dificuldade na obtenção de dados para este indicador.
Taxa de Terras Sem Posse Indígena Plena (percentual)	Funai	1/7/2007	27,20	03/2010	24,55	10,90	Baixa	Houve uma evolução de 1,47% na taxa para 2009 em relação do ano anterior. Contudo, os números das terras indígenas conhecidas não são estáticos, uma vez que há alteração na medida em que se promovem os estudos administrativos e, consequentemente há um incremento no número de terras com a presença de terceiros.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	<b>1384 Proteção Social Básica</b>	<b>Órgão Responsável</b>	55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
-----------------	------------------------------------	--------------------------	-------	--

**Objetivo** *Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários*

**Público-alvo** *Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social decorrentes da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos de pertencimento social decorrente de discriminação etária, étnica, de gênero, por orientação sexual, por deficiência, entre outros*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade de Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Razão entre o Número de Serviços Ofertados pela Proteção Social Básica e o Número de Benefícios Pagos (unidade)</i>	SNAS	31/12/2006	0,28	12/2009	0,33	-	-	Na fórmula de cálculo, em vez de considerar o número de jovens do Agente Jovem, foi considerado o número de vagas do Projovem Adolescente. Embora a capacidade de atendimento dos serviços de proteção básica tenha sido ampliada em 2009, o índice apurado é inferior ao apurado em 2008 porque o aumento dos benefícios pagos foi superior ao aumento da oferta de vagas nos serviços de proteção básica. Para que haja crescimento do índice é necessário que passe a existir pelo menos um CRAS com cofinanciamento federal em cada município brasileiro, juntamente com o incremento da cobertura atual para serviços de crianças e idosos, considerando-se a universalidade da Proteção Social Básica.
<i>Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para a Pessoa com Deficiência (%)</i>	Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas	31/12/2006	6,76	12/2009	7,61	6,14	Alta	Embora a Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para Pessoa com Deficiência tenha registrado aumento entre 2006 e 2008, observa-se uma tendência de queda nos últimos dois anos. Registrou-se um índice de 9,07% em 2008 e de 7,61% em 2009. Assim, o índice previsto para o final do PPA, que é de 6,14, deverá ser atingido.
<i>Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para Pessoa Idosa (%)</i>	Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas	31/12/2006	11,10	12/2009	8,25	6,77	Alta	A Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para Pessoa Idosa apresentou queda nos últimos quatro anos. Em 2006, o crescimento registrado foi de 9,98% e em 2009, foi de 8,25%. Diante disso, pode-se inferir que o percentual previsto para o final do PPA, que é de 6,77%, deverá ser alcançado.
<i>Taxa de Cobertura de CRAS para Famílias com Renda Familiar Per Capita de até 1/2 Salário Mínimo Co-Financiados com Recursos Federais (%)</i>	Matriz de Informações Sociais	31/12/2006	48,00	12/2009	54,14	100,00	Média	A variável "renda mensal familiar" não é suficiente para se chegar à quantidade de CRAS necessários, já que o CRAS é um equipamento territorializado e, no cálculo do indicador, atualmente realizado, não se considera a territorialização intra-urbana. Assim que o SUAS desenvolver ferramenta de territorialização, o índice de referência, bem como o indicador, serão recalculados. O resultado alcançado não corresponde ao índice previsto para o exercício, apesar de a execução física da Ação 2A60 - Serviço de Proteção Social Básica às Famílias - que cofinancia os CRAS, ter sido superior a 100%. Isso reflete que não há compatibilidade entre a disponibilidade orçamentária e a real necessidade de cofinanciamento federal para a universalização da cobertura de CRAS no país, traduzida, neste momento, em índice inferior ao previsto.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	<b>1385 Proteção Social Especial</b>	<b>Órgão Responsável</b>	55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
-----------------	--------------------------------------	--------------------------	-------	--

**Objetivo** *Aumentar o alcance da Seguridade Social brasileira não contributiva, a partir da concretização de ações sócio-assistenciais de proteção social especial, de modo a promover a redução de risco pessoal e social em decorrência da exposição a situações de extrema vulnerabilidade, tais como abandono, violência física, psíquica e/ou sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social dos indivíduos e famílias que não tiveram seus direitos concretizados, visando a orientação, o convívio e o resgate de vínculos familiares e comunitários*

**Público-alvo** *Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com direitos violados, vínculos familiares e comunitários fragilizados ou rompidos e situações de contingência*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Porcentagem de Crianças e Adolescentes Institucionalizados por Motivo de Pobreza Reintegradas às suas Famílias (%)	MDS/SISCOM, MDS/SUASWEB, Censos Locais e Pesquisa Nacional Realizada pelo IPEA/2004: "O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil"	1/7/2007	0,00	-	-	100,00	Baixa	O índice não foi apurado devido à falta de dados. Alguns dos dados necessários à apuração desse indicador serão obtidos pelo Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento, que tem sua finalização prevista para o primeiro semestre de 2010.
Taxa de Cobertura dos Pisos de Proteção Social Especial: Piso de Transição de Média Complexidade; Piso de Alta Complexidade I; e Piso de Alta Complexidade II (%)	MDS/REDESUAS	1/7/2007	38,80	12/2009	32,08	70,00	Média	O índice de referência utilizado para esse indicador em 2007 (índice inicial), de 38,8%, foi calculado erroneamente e deveria ser de 31%. Dessa forma, percebe-se que houve um leve aumento no referido índice, devido à implantação do PAC II (ocorrida em 2008) e à expansão do PAC I (ocorrida em 2007 e 2008), passando para 32,075% em 2009. Tendo em vista que, apesar da solicitação do MDS, não houve expansão de recursos para essa iniciativa, não houve expansão do cofinanciamento federal e, consequentemente, não houve avanços em termos do atendimento da meta prevista.
Taxa de Implantação dos Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias em Municípios com Mais de 100 mil Habitantes (%)	Matriz de Informação Social/MDS; IBGE	1/7/2007	0,00	12/2009	93,04	100,00	Alta	-
Taxa de Reordenamento dos Serviços da Proteção Social Especial (%)	MDS/SUASWEB, MDS/SISCON e informação gerencial	1/6/2007	0,00	-	-	100,00	Muito Baixa	O índice não foi apurado devido à falta de dados que permitam tal apuração. Alguns dos dados necessários à apuração desse indicador serão obtidos pelo Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento, que tem sua finalização prevista para o primeiro semestre de 2010.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1157 Qualidade dos Serviços de Telecomunicações **Órgão Responsável** 41000 Ministério das Comunicações (MC)

**Objetivo** Garantir condições para o acesso da população às telecomunicações, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade

**Público-alvo** Usuários de serviços de telecomunicações

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Densidade de Acesso em Telefonia Fixa (%)	ANATEL	31/12/2006	20,70	01/2010	21,68	19,16	Alta	-
Densidade de Acesso em Telefonia Móvel (%)	ANATEL	31/12/2006	55,70	01/2010	90,55	86,02	Alta	-
Densidade de Acessos em Banda Larga (%)	ANATEL	31/12/2006	3,20	11/2009	7,72	6,35	Alta	Sem necessidade de medidas corretivas. Cabe destacar que este índice é apurado trimestralmente e, por este motivo, o índice registrado refere-se ao 3º trimestre de 2009.
Solicitações de Reparo na Telefonia Fixa (%)	ANATEL	31/1/2007	1,50	02/2009	1,28	1,50	Alta	-
Taxa de Reclamações de Usuários de Telefonia Móvel (%)	ANATEL	31/1/2007	1,00	02/2009	0,03	1,00	Alta	-
Taxa de Reclamações de Usuários de TV por Assinatura (%)	ANATEL	31/1/2007	2,00	02/2009	0,06	2,00	Alta	-
Taxa de Solicitações Atendidas no Prazo (%)	ANATEL	31/1/2007	82,00	02/2009	82,58	82,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1346 Qualidade Ambiental **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** *Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, controle de riscos e atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais, controle de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e a definição de medidas de adaptação às mudanças climáticas*

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs) (tonelada)</i>	Cadastro Técnico Federal do IBAMA	31/12/2003	4.000,00	04/2009	290,40	100,00	Média	Os dados finais do Consumo de CFCs e HCFCs só são obtidos no mês de maio de cada ano, pois de acordo com a Resolução CONAMA 267/00 e a Instrução Normativa IBAMA 37/04, as empresas cadastradas no CTF têm até o dia 30 de abril de cada ano para fornecer ao IBAMA o inventário com os dados quantitativos relativos às substâncias controladas comercializadas e/ou utilizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior ao corrente.
<i>Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (HCFCs) (tonelada)</i>	Cadastro Técnico Federal do IBAMA	30/4/2007	874,40	04/2009	1.810,40	1.167,70	Média	Para o ano de 2008, o consumo final de HCFCs foi de 1810,43 toneladas PDO. Para o ano de 2009 o máximo esperado é de 1.600,00 toneladas PDO.
<i>Número de empreendimentos de infra-estrutura sem licença de operação (unidade)</i>	IBAMA, órgãos estaduais de meio ambiente, MME e MT	30/6/2004	440,00	01/2010	59,00	10,00	Média	Para o alcance do índice previsto, o Ibama vem tentando regularizar a situação dos empreendimentos de infra-estrutura (sistemas de transmissão, usinas hidroelétricas, portos marítimos, rodovias federais) que atualmente operam sem licença de operação (LO), e que, conforme a legislação ambiental, devem regularizar sua situação junto aos órgãos, por meio da realização de reuniões de ajuste para definição de soluções para regularidade e aumento do efetivo de analistas.
<i>Número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável (PM10) e ozônio (O3) (unidade)</i>		3/1/2006	461,00	01/2010	379,00	250,00	Alta	O aumento do número de violações do padrão primário de material particulado inalável(PM10) pode ser atribuído aos dados fornecidos pelo INEA para a Baixada Fluminense, notadamente as estações de monitoramento de Campos Elíos, Cidade dos Meninos, Jardim Primavera e São Bento, localizadas próximas a polos industriais. A redução quase pela metade do número de violações para o ozônio estratosférico no indicador, em parte pode ser explicada pela ausência dos dados para a região metropolitana do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense . Apesar da ausência dos dados, é de se destacar o número elevado de episódios de ultrapassagem do nível de atenção ocorridos na região metropolitana de São Paulo, o que atinge mais de 10 % da população brasileira.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0375 Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** *Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores*

**Público-alvo** *Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas (percentagem)</i>	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC	31/12/2006	83,00	06/2009	83,00	94,00	Média	Há necessidade de implantação de boas práticas de fabricação nas indústrias, sugere-se que o órgão responsável publique uma norma sobre o tema.
<i>Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas (percentagem)</i>	CFA/DDIV/SDA	1/1/2004	15,00	12/2009	93,00	5,00	Alta	-
<i>Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais (percentagem)</i>	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	31/12/2006	84,00	12/2009	83,00	95,00	Média	Há necessidade de implantação de boas práticas de fabricação nas indústrias, sugere-se que o órgão responsável publique uma norma sobre o tema.
<i>Taxa de Conformidade de Inoculantes (percentagem)</i>	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2006	61,00	12/2009	99,00	90,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0272 Qualidade do Serviço de Energia Elétrica **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** Propiciar condições para que o mercado de energia elétrica se desenvolva, com equilíbrio entre seus agentes, com foco na modicidade tarifária e universalização, qualidade e continuidade dos serviços

**Público-alvo** Consumidores e agentes setoriais públicos e privados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Nacional) (hora)	ANEEL	31/12/2002	18,07	-	-	18,25	Alta	O índice referente ao exercício de 2008 foi 16,63. O resultado do índice para o exercício de 2009 encontra-se em apuração.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Centro-Oeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	19,74	-	-	22,94	Alta	O índice referente ao exercício de 2008 foi 21,24. O resultado do índice para o exercício de 2009 encontra-se em apuração.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Nordeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	24,21	-	-	26,18	Alta	O índice referente ao exercício de 2008 foi 18,44. O resultado do índice para o exercício de 2009 encontra-se em apuração.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Norte) (hora)	ANEEL	31/12/2002	37,33	-	-	38,35	Alta	O índice referente ao exercício de 2008 foi 60,99. O resultado do índice para o exercício de 2009 encontra-se em apuração.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Sudeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	12,51	-	-	11,40	Alta	O índice referente ao exercício de 2008 foi 10,62. O resultado do índice para o exercício de 2009 encontra-se em apuração.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Sul) (hora)	ANEEL	31/12/2002	19,69	-	-	17,24	Alta	O índice referente ao exercício de 2008 foi 15,67. O resultado do índice para o exercício de 2009 encontra-se em apuração.
Frequência Equivalente de Interrupção Por Unidade Consumidora - FEC (Nacional) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	14,84	-	-	15,13	Alta	O índice referente ao exercício de 2008 foi 11,34. O resultado do índice para o exercício de 2009 encontra-se em apuração.
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Centro-Oeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	22,44	-	-	22,18	Alta	O índice referente ao exercício de 2008 foi 18,79. O resultado do índice para o exercício de 2009 encontra-se em apuração.
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Nordeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	17,69	-	-	19,94	Alta	O índice referente ao exercício de 2008 foi 11,15. O resultado do índice para o exercício de 2009 encontra-se em apuração.
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Norte) (unidade)	MME	31/12/2002	41,71	-	-	37,83	Alta	O índice referente ao exercício de 2008 foi 45,23. O resultado do índice para o exercício de 2009 encontra-se em apuração.
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Sudeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	8,82	-	-	9,18	Alta	O índice referente ao exercício de 2008 foi 6,67. O resultado do índice para o exercício de 2009 encontra-se em apuração.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0272 Qualidade do Serviço de Energia Elétrica **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** Propiciar condições para que o mercado de energia elétrica se desenvolva, com equilíbrio entre seus agentes, com foco na modicidade tarifária e universalização, qualidade e continuidade dos serviços

**Público-alvo** Consumidores e agentes setoriais públicos e privados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Sul) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	17,71	-	-	14,91	Alta	O índice referente ao exercício de 2008 foi 11,59. O resultado do índice para o exercício de 2009 encontra-se em apuração.
Índice de Satisfação do Consumidor (unidade)	Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade - SRC/Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	31/1/2005	58,88	11/2009	66,74	-	Baixa	O ideal seria alcançar o índice de 70,00, porque isso demonstraria que os consumidores residenciais estariam satisfeitos com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica. Porém, nesse ano de 2010 espera-se uma queda do índice, em razão dos problemas que têm ocorrido no setor elétrico, tais como o blecaute de novembro do ano passado, que afetou 18 Estados, e as fortes chuvas registradas entre o final de 2009 e o início de 2010. Nessas condições, torna-se improvável alcançar o índice de 70,00 em 2011. O índice de 68,00 previsto é viável, mas com baixa probabilidade de alcance.
Outorga de Geração (mw)	ANEEL	31/12/2007	-	12/2009	3.327,50	5.947,40	Alta	-
Outorga de Linhas de Transmissão da Rede Básica (km)	ANEEL	31/12/2003	2.216,00	12/2009	2.418,20	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0271 Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis

**Órgão Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** Garantir condições para o atendimento da demanda de petróleo, derivados, gás natural e outros combustíveis, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade

**Público-alvo** Consumidores de derivados de petróleo, gás natural, álcool combustível, biodiesel e agentes da indústria de petróleo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área Total Concedida nas Bacias Sedimentares Brasileiras (km <sup>2</sup> )	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	12/12/2006	304.502,00	12/2009	355.259,00	-	-	-
Grau de Qualidade dos Produtos nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento (percentagem %)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	31/7/2003	94,00	12/2009	97,90	-	-	-
Reservas de Gás Natural (milhão de m <sup>3</sup> )	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	31/12/2006	347.903,01	02/2010	366.466,99	-	-	-
Reservas de Petróleo (Milhão de barris)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	12/12/2006	12.181,62	02/2010	12.856,97	-	-	-
Taxa de incremento da capacidade autorizada para a atividade de produção de biodiesel (percentagem)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	-	-	12/2009	152,00	-	-	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1463 Qualidade dos Serviços de Transporte **Órgão Responsável** 39000 Ministério dos Transportes (MT)

**Objetivo** Garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infra-estrutura e na prestação de serviços de transportes

**Público-alvo** Usuários de transporte de carga e de passageiros

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Aquaviário de Carga (%)	Antaq/MT	-	-	-	-	-	-	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento e Avaliação dos Programas de Transportes" em parceria com a universidade de Brasília - UnB, que formulou os indicadores de desempenho, no âmbito do Ministério dos Transportes e que servirão como elemento de auxílio à gestão setor. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para cálculos dos indicadores e desenvolvimento de solução para informatização dos banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. O processo licitação carece de uma decisão de aspecto legal, cuja análise se estendeu durante todo o período de 2009. Assim, não foi possível utilizar indicadores ainda para esse Programa até o presente.
Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Carga (%)	ANTT/MT	-	-	-	-	-	-	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento e Avaliação dos Programas de Transportes" em parceria com a universidade de Brasília - UnB, que formulou os indicadores de desempenho, no âmbito do Ministério dos Transportes e que servirão como elemento de auxílio à gestão setor. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para cálculos dos indicadores e desenvolvimento de solução para informatização dos banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. O processo licitação carece de uma decisão de aspecto legal, cuja análise se estendeu durante todo o período de 2009. Assim, não foi possível utilizar indicadores ainda para esse Programa até o presente.
Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Passageiros (%)	ANTT/MT	-	-	-	-	-	-	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento e Avaliação dos Programas de Transportes" em parceria com a universidade de Brasília - UnB, que formulou os indicadores de desempenho, no âmbito do Ministério dos Transportes e que servirão como elemento de auxílio à gestão setor. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para cálculos dos indicadores e desenvolvimento de solução para informatização dos banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. O processo licitação carece de uma decisão de aspecto legal, cuja análise se estendeu durante todo o período de 2009. Assim, não foi possível utilizar indicadores ainda para esse Programa até o presente.
Taxa de Conformidade na Prestação de Serviços de Transporte (%)	ANTT/MT e Antaq/MT	-	-	03/2010	0,97	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0085 Qualidade dos Serviços Previdenciários **Órgão Responsável** 33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

**Objetivo** *Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às necessidades dos cidadãos-usuários conforme as expectativas individuais e coletivas da sociedade.*

**Público-alvo** *Cidadãos-usuários do Regime Geral de Previdência Social*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Pesquisa de Satisfação do Usuário (nota média 1/10)</i>	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	7,57	-	-	9,00	Alta	-
<i>TMC - Tempo Médio de Concessão (dia)</i>	INSS/MPS	30/4/2007	32,00	12/2009	24,00	15,00	Alta	-
<i>TME - Tempo Médio de Espera (minuto)</i>	SGA - Sistema de Gerenciamento do Atendimento	30/4/2007	50,00	12/2009	27,45	10,00	Média	Dar continuidade às gestões para melhoria da qualidade das informações do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, para garantir a agilidade no reconhecimento do direito do cidadão e concessão do benefício. Dar continuidade às medidas para aperfeiçoamento dos sistemas informatizados e melhoria da velocidade da rede. Dar continuidade à contratação de servidores e Peritos Médicos para suprir as necessidades existentes e para substituir os que estão para se aposentar. Dar continuidade ao processo de expansão da rede de atendimento.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0810 Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H **Órgão Responsável** 56000 Ministério das Cidades (MCidades)

**Objetivo** *Elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda*

**Público-alvo** *População de baixa renda (beneficiário final), profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Índice de Qualificação de Materiais e Componentes da Cesta Básica da Construção Civil (porcentagem)</i>	Banco de Dados do PBQP-H - Lista de PSQs (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Entidade setorial de cada produto	1/5/2007	84,00	12/2009	87,30	88,00	Alta	-
<i>Taxa de Empresas Avaliadas no SiAC (porcentagem (%))</i>	Banco de Dados PBQP-H - Lista de empresas avaliadas (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Banco de Dados do INMETRO IBGE	1/12/2006	3,40	12/2009	6,36	7,30	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1448 Qualidade na Escola **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

**Objetivo** *Expandir e melhorar a qualidade da educação básica*

**Público-alvo** *Alunos e Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos (número índice)</i>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	0,85	09/2008	0,81	0,93	Baixa	Nota-se um recuo do indicador, em relação ao índice de referência, tendência essa que o MEC está se empenhando em reverter por meio da implementação, já em 2010, das tecnologias de correção de fluxo selecionadas e disponibilizadas em 2009 aos estados e municípios, por meio do Guia de Tecnologias.
<i>Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos (unidade)</i>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	4,43	09/2008	4,10	5,40	Baixa	Nota-se, além de um recuo do indicador em relação ao índice de referência, que o índice se manteve praticamente estável em relação ao último dado coletado, tendência essa que o MEC está se empenhando em reverter por meio da implementação de um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da qualidade da educação básica.
<i>Número médio de séries concluídas da população na faixa etária de 18 a 35 anos (unidade)</i>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	8,30	09/2008	8,90	9,10	Alta	Os dados apresentados são referentes a 2008, últimos dados disponíveis até o momento. É muito provável que o índice previsto para o final do PPA seja alcançado. Nota-se uma sensível evolução em relação ao último dado coletado, além de um considerável avanço em relação ao índice de referência.
<i>Taxa de docentes com nível superior atuando na Educação Infantil (%)</i>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	42,90	05/2009	48,90	70,00	Baixa	Embora haja uma sensível evolução em relação ao último dado coletado, é muito provável que o índice previsto para o final do PPA tenha dificuldade de ser alcançado. O MEC está empenhado em oferecer um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da formação dos professores, entre as quais se destaca a Universidade Aberta do Brasil - UAB.
<i>Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Fundamental (%)</i>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	71,80	05/2009	73,10	85,80	Baixa	Embora haja uma sensível evolução em relação ao último dado coletado, é muito provável que o índice previsto para o final do PPA tenha dificuldade de ser alcançado. O MEC está empenhado em oferecer um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da formação dos professores, entre as quais se destaca a Universidade Aberta do Brasil - UAB.
<i>Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Médio (%)</i>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	31/12/2006	95,40	05/2009	91,90	100,00	Média	Embora haja uma sensível evolução em relação ao último dado coletado, é muito provável que o índice previsto para o final do PPA tenha dificuldade de ser alcançado. O MEC está empenhado em oferecer um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da formação dos professores, entre as quais se destaca a Universidade Aberta do Brasil - UAB.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0101 Qualificação Social e Profissional			<b>Órgão Responsável</b>	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)		
<b>Objetivo</b>	<i>Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional</i>							
<b>Público-alvo</b>	<i>Trabalhadores e trabalhadoras desempregados/as e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2009	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas		
<i>Carga Horária Média por Pessoa Qualificada (hora)</i>	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	191,52	01/2010	198,86	230,00	Muito Baixa	Em que pese o índice previsto para o final de 2011 ser de 230 horas, o alcance de 198,86 horas é avaliado como excelente, tendo em vista que a Resolução nº 575 CODEFAT, de 2008, que baliza o programa de qualificação, prevê uma carga horária média de 200 horas. A possibilidade de alcance do índice previsto para 2011 é muito baixa em decorrência de não ter previsão de aumento de carga horária dos cursos em resolução do CODEFAT. A carga horária média atual é de 200 horas, e por ser suficiente para manutenção de qualidade pedagógica dos cursos, não há previsão de aumento.
<i>Número Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa Escolaridade (número índice)</i>	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ	31/12/2005	89,20	01/2010	86,87	95,00	Média	Historicamente há uma dificuldade das políticas públicas de qualificação em alcançar as pessoas de mais baixa escolaridade, isso porque a integração do Sistema Público de Emprego prevê que seja priorizada na qualificação o público cadastrado nos postos de Intermediação de Mão-de-Obra, no âmbito do SINE (Sistema Nacional de Emprego), e esse mesmo percentual no SINE mantém consonância com o PNQ.
<i>Número Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos) (número índice)</i>	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	213,17	01/2010	210,33	216,00	Alta	-
<i>Número Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres (número índice)</i>	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	135,28	01/2010	133,65	136,80	Alta	-
<i>Número Índice de Cobertura Relativa da População de Não Brancos (número índice)</i>	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ	31/12/2005	123,74	01/2010	135,86	127,00	Alta	-
<i>Taxa de Eficácia das Qualificações (%)</i>	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Depto. de Qualificação SPMA-DEQ/SPPE/MTE	31/12/2005	94,00	01/2010	95,18	95,00	Alta	-
<i>Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho (percentagem)</i>	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2007	114,79	01/2010	96,00	99,50	Alta	-
<i>Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social (percentual)</i>	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	70,00	01/2010	83,20	85,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0101 Qualificação Social e Profissional **Órgão Responsável** 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

**Objetivo** *Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional*

**Público-alvo** *Trabalhadores e trabalhadoras desempregados/as e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Pessoas Qualificadas das Pessoas Atendidas pelo SPETR (porcentagem)</i>	DEQ/SPPE	31/12/2006	6,00	01/2010	1,42	20,00	Muito Baixa	O resultado deste indicador está diretamente vinculado ao orçamento aprovado ao Programa de Qualificação na Lei Orçamentária Anual, e como a Lei 2010 já foi aprovada com um valor próximo ao vigente em 2009, o índice não deve sofrer alterações significativas. Essa justificativa alia-se ao aumento da demanda nos postos de Intermediação de Mão-de-Obra - IMO, no âmbito do SINE, cujas inscrições de trabalhadores tende a aumentar em decorrência da previsão de cadastramento por meio da internet, aumentando assim a possibilidade de registro na IMO e, portanto, o número de pessoas cadastradas na IMO.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1137 Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais							<b>Órgão Responsável</b>	56000	Ministério das Cidades (MCidades)
<b>Objetivo</b>	<i>Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em Capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica</i>									
<b>Público-alvo</b>	<i>População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas</i>									
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>		<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade de Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>	
<i>Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção (percentagem)</i>	Ministério das Cidades	31/12/2003	11,00	-	-	-	-	-	Tem-se feito um grande esforço em apoiar a elaboração de pesquisas no plano municipal, através dos recursos financeiros do Programa de Reabilitação. Ainda assim, o processo de avaliação necessita da periodicidade histórica das informações, que será obtida apenas com a sequência nos próximos anos de atualizações das pesquisas empreendidas, sobretudo nos municípios. Cabe ressaltar ainda que, da parte do Programa e dos municípios apoiados, verifica-se que foram tomadas todas as providências e ações possíveis para receber os investimentos necessários para alterações de usos e funções dos imóveis vazios recolocando-os no mercado e vinculando-os a políticas habitacionais de interesse social. Com relação à utilização dos resultados alcançados por outros programas dos demais entes federativos, seria necessária uma maior integração entre as informações existentes. Para tanto, deveria existir um esforço conjunto da União, estados, Distrito Federal e municípios para que mantivessem um banco de dados atualizado em suas respectivas administrações e que houvesse uma troca das informações para que se evitasse as duplicidades de informações e a utilização indevida dos resultados aferidos por outros programas, mascarando a eficácia e a eficiência reais dos programas. Assim, devido às dificuldades de aferição do indicador, ele será substituído por outro ainda em fase de pesquisa.	
<i>Taxa de Municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas, RIDEs ou capitais que aderiram à política de Reabilitação de Centros (%)</i>	Ministério das Cidades	31/12/2006	6,26	12/2009	28,50	62,63	Média	O índice ficou abaixo do esperado devido ao cancelamento do curso à distância de capacitação em reabilitação de áreas urbanas centrais, ocorrida por causa do contingenciamento dos recursos do Programa.		

---

**Programa** 0632 Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD)  
**Responsável**

**Objetivo** *Reaparelhar e adequar a Força Aérea Brasileira com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional: "defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem"*

**Público-alvo** Nação brasileira

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

Órgão  
Responsável

52000 Ministério da Defesa (MD)

Objetivo *Reaparelhar e adequar a estrutura da Marinha às necessidades de aplicação do Poder Naval*

Público-alvo Nação brasileira

Este programa não apresenta indicador.

---

Programa	0628 Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro	Órgão Responsável	52000    Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Reaparelhar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades da defesa do território brasileiro</i>		
Público-alvo	<i>Nação brasileira</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0775 Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

**Objetivo** *Aumentar a recuperação de créditos não pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal*

**Público-alvo** *União e contribuintes*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Arrecadação Acumulada da Defesa da Fazenda Nacional (R\$ milhão)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO	31/12/2003	4.898.747.921,20	12/2009	10.030,00	0.500.901.226,00	Alta	Nos últimos tempos, o acesso à Justiça foi ampliado, havendo significativo acréscimo na judicialização das causas em geral.
Arrecadação Acumulada da Dívida Ativa da União (R\$ milhão)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO	31/12/2003	1.926.000.000,00	12/2009	9.135,00	3.376.568.002,70	Alta	A arrecadação total foi 17,42% superior ao ano anterior.
Perdas de Recursos da União Evitadas (R\$)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	31/12/2003	163.065.047,48	12/2009	32.200.000.000,00	252.393.786,92	Alta	Em 2009 verificaram-se julgamentos de diversas grandes causas, cujos valores de perda evitada estimados representam R\$ 532,2 bilhões

---

**Programa** 0474 Recursos do Mar **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD)

**Objetivo** *Levantar, compilar e disponibilizar dados oceanográficos e climatológicos e informações relativas ao relevo e aos recursos do mar na plataforma continental brasileira, a fim de atender aos interesses e às necessidades de defesa nacionais, e à exploração comercial desses recursos, gerando divisas para o País*

**Público-alvo** *Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas aos recursos do mar*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0104 Recursos Pesqueiros Sustentáveis **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** *Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação*

**Público-alvo** *Pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, aqüicultores e sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Índice de recuperação dos estoques pesqueiros em relação ao nível de sustentabilidade (percentual alcançado)</i>	IBAMA, IBGE, IPEA	15/8/2003	2,00	-	-	0,50	Média	As análises dos resultados do programa com relação ao indicador foram feitas por meio de avaliação utilizando os boletins de estatística pesqueira do Ibama, apoiada por dados do IBGE e IPEA, calculando-se o índice de recuperação de alguns dos principais recursos pesqueiros sobreexplotados com base na produção pesqueira. Porém esses dados não refletem de forma fidedigna a recuperação dos estoques pesqueiros, o que será corrigido com a redefinição, pela equipe técnica do MMA, Ibama e ICMBio, e futura adoção de um novo índice que possa refletir a condição de sustentabilidade de exploração dos estoques.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0102 Rede de Proteção ao Trabalho **Órgão Responsável** 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

**Objetivo** *Garantir o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho*

**Público-alvo** *População Economicamente Ativa - PEA*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados (percentagem)</i>	SFIT/SIT/MTE	31/12/2006	86,46	01/2010	81,43	91,50	Muito Baixa	O foco da inspeção do trabalho foi alterado a partir de 2009, priorizando médios e grandes estabelecimentos, que estão sujeitos a uma quantidade maior de irregularidades, fazendo com que o indicador fique mais baixo, girando em torno de 82%, conforme pode ser comprovado na apuração mensal dos índices em 2009

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0288 Refino de Petróleo **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** *Ampliar e modernizar o parque de refino, ofertando derivados de petróleo em conformidade com a demanda e qualidade requeridas pelo mercado, maximizando o uso de matéria-prima nacional*

**Público-alvo** *Consumidores de derivados do petróleo*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Total (milhão de barris de petróleo por dia)</i>	Petrobras	31/12/2002	1,62	01/2010	1,79	-	Alta	-
<i>Capacidade de Processamento de Petróleo Nacional (milhão de barris de petróleo por dia)</i>	Petrobras	31/12/2002	1,26	01/2010	1,41	-	Alta	-
<i>Capacidade de Refino Instalada (milhão de barris de petróleo por dia)</i>	Petrobras	31/12/2002	1,83	01/2010	1,99	-	Alta	-

---

**Programa** 1083 Reforma do Judiciário **Órgão** 30000 Ministério da Justiça (MJ)  
**Responsável**

**Objetivo** *Modernizar e promover a transparência das Instituições do Sistema de Justiça e democratizar o acesso à Justiça, com a implementação de políticas públicas e efetivação dos direitos e garantias dos cidadãos*

**Público-alvo** *Instituições, Operadores do Direito e Sociedade Civil*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1009 Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

**Órgão Responsável**

33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

**Objetivo** Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

**Público-alvo** Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação da Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência (percentagem)	Demonstrativos Previdenciários da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	12/1/2003	4,50	12/2009	2,26	2,40	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1185 Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	<b>Órgão Responsável</b>	36000	Ministério da Saúde (MS)
-----------------	--	--------------------------	-------	--------------------------

**Objetivo** *Contribuir, através do exercício da sua função de regulação para uma Política de Qualificação da qual resulte a construção de um setor de saúde suplementar, cujo principal interesse seja a produção da saúde. Um setor com operadoras sólidas e auto-suficientes, que seja centrado no beneficiário; que realize ações de promoção à saúde e prevenção de doenças; que observe os princípios de qualidade, integralidade e resolutividade; que tenha uma concepção incluente de todos os profissionais de saúde; que respeite o controle social e que esteja adequadamente articulado com o Sistema Único de Saúde*

**Público-alvo** *Beneficiários de planos de saúde, operadoras de planos de saúde, prestadores de serviços de saúde e Gestores Públicos de Saúde*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade de Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Índice de Desempenho de Saúde Suplementar - setor médico-hospitalar (%)</i>	Programa de Saúde Suplementar através de seus grupos de trabalho: Executivo e Técnico. Setor responsável pelo cálculo: GEPIN/GGSIS/DIDES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP	30/9/2006	55,10	12/2009	55,30	65,00	Média	Aprimorar a regulação das operadoras de planos de saúde.
<i>Taxa de Desempenho Institucional (%)</i>	Setor responsável pelo cálculo: GGACI/DIGES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP	31/12/2006	60,00	12/2009	82,00	70,00	Alta	-
<i>Taxa de Beneficiários em Operadoras Avaliadas pelo Programa de Qualificação em seu "Componente Operadoras" (%)</i>	Programa de Saúde Suplementar através de seus grupos de trabalho: Executivo e Técnico. Setor responsável pelo cálculo: GEPIN/GGSIS/DIDES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP.	31/12/2006	80,00	12/2009	97,60	85,00	Alta	-
<i>Taxa de Efetividade na Fiscalização (%)</i>	Setor responsável pelo cálculo: DIFIS. Bases de dados: SIF	31/12/2006	8,00	12/2009	79,90	41,70	Alta	-
<i>Taxa de Otimização do Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (%)</i>	Setor responsável pelo cálculo: DIFIS. Bases de dados: SIF	30/6/2007	24,90	12/2009	154,00	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1264 Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular **Órgão Responsável** 35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

**Objetivo** *Representar o Brasil, negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e organizações internacionais e informar o Governo brasileiro sobre a evolução político-econômica internacional, bem como prestar atendimento consular ao público e assistência a cidadãos brasileiros no exterior*

**Público-alvo** *Governo brasileiro, sociedade brasileira, comunidade internacional, cidadãos brasileiros no exterior e estrangeiros demandantes de atendimento consular brasileiro*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coeficiente de Assistência a Brasileiros no Exterior (1/1.000)</i>	Divisão de Assistência Consular	23/8/2003	2,48	01/2010	2,46	4,00	Média	A gerência do programa não considera o indicador apropriado para aferir os resultados do programa.
<i>Taxa de Relacionamento Diplomático com Estados Estrangeiros (percentagem)</i>	MRE	21/8/2003	9.496,00	01/2010	67,00	100,00	Baixa	-
<i>Taxa de Representação do Brasil em Organismos Internacionais (%)</i>	MRE	21/8/2003	9.656,00	01/2010	100,00	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1401 Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** *Ampliar a capacidade institucional de resposta a violações de direitos humanos, em especial às violações perpetradas por agentes do Estado, e possibilitar a reparação às vítimas de violação das obrigações contraídas pela União por meio da adesão a tratados internacionais de proteção dos direitos humanos*

**Público-alvo** *Vítimas de violação, autores de denúncias e pessoas que se dispõem a colaborar com o sistema de segurança pública e justiça, especialmente em casos nos quais há um desincentivo à busca dos mecanismos institucionais disponíveis*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de Estados com Ouvidorias de Polícia Implantadas (unidade)</i>	Secretaria Especial dos Direitos Humanos.	27/8/2007	14,00	12/2009	17,00	27,00	Baixa	Resultados positivos dependem de forte articulação com os Estados, visando a implantação de ouvidorias nas polícias.
<i>Número de Estados que Aderiram ao Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura (unidade)</i>	Secretaria Especial dos Direitos Humanos.	27/8/2007	11,00	12/2009	14,00	27,00	Baixa	Resultados positivos dependem de forte articulação com os Estados e sociedade civil para adesão ao plano de combate à tortura.
<i>Percentual de Encaminhamento de Denúncias Recebidas (taxa)</i>	Secretaria Especial dos Direitos Humanos	-	-	12/2009	100,00	-	-	O Disque Direitos Humanos será implementado até o final de 2010 e somente a partir daí será possível a aferição dos percentuais de encaminhamento de denúncias

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	8007 Resíduos Sólidos Urbanos	<b>Órgão Responsável</b>	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
-----------------	-------------------------------	--------------------------	-------	-----------------------------------

**Objetivo** *Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores*

**Público-alvo** *População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos (percentagem)</i>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	1/7/2000	91,10	-	-	94,02	Alta	Apesar do indicador não ter sido apurado, considera-se alta a possibilidade de alcance do índice previsto para 2011 dado o processo histórico de crescimento das coletas de resíduos.
<i>Taxa de Municípios com Destino Final Adequado de Resíduos Sólidos (percentagem)</i>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	7/1/2000	29,00	-	-	47,00	Média	A fonte indicada para apuração do índice (PNAD) não é adequada para o que se deseja obter. O índice de 2000 está baseado na Pesquisa Nacional em Saneamento Básico - PNSB/2000, na qual se considera aterro controlado como disposição adequada, o que não procede. Os municípios com destinação adequada seriam de 13% e não 29%. Por outro lado, a PNSB é realizada em datas que não coincidem com os períodos necessários.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1029 Resposta aos Desastres e Reconstrução **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** *Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, especialmente nos casos de situação de emergência e estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal*

**Público-alvo** *Pessoas afetadas por desastres, especialmente os estratos populacionais menos favorecidos*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Resposta aos Desabrigados e Desalojados nos Municípios em Emergência ou Estado de Calamidade Pública (percentagem)</i>	SEDEC/MI e Órgãos Estaduais de Defesa Civil	1/1/2004	40,00	-	-	-	-	Estudo de um novo indicador que avale de forma mais objetiva o programa.

Programa	1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	Órgão Responsável	44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)					
Objetivo	Revitalizar as bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.							
Público-alvo	Usuários dos recursos hídricos das bacias hidrográficas nacionais.							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	235,00	-	-	-	-	O indicador não é adequado e faz-se necessário um processo de reavaliação do mesmo. Não existe definição de índice a ser alcançado no final do PPA.
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	19,00	-	-	-	-	O indicador não é adequado e faz-se necessário um processo de reavaliação do mesmo. Não existe definição de índice a ser alcançado no final do PPA.
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	52,00	-	-	-	-	O indicador não é adequado e faz-se necessário um processo de reavaliação do mesmo. Não existe definição de índice a ser alcançado no final do PPA.
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	73,00	-	-	50,00	-	O indicador não é adequado e faz-se necessário um processo de reavaliação do mesmo. Não existe definição de índice a ser alcançado no final do PPA.
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	59,00	-	-	-	-	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	23,00	-	-	-	-	O indicador não é adequado e faz-se necessário um processo de reavaliação do mesmo. Não existe definição de índice a ser alcançado no final do PPA.
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	21,00	-	-	13,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica "Ponte Raul Soares" na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	19,00	-	-	13,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a jazante da Foz do Rio Pará) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** Revitalizar as bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.

**Público-alvo** Usuários dos recursos hídricos das bacias hidrográficas nacionais.

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul (mg/l)	MMA e ANA	31/12/2002	15,00	-	-	10,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	3,00	-	-	1,00	Alta	-
Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água (percentagem)	Codevasf/Ministério da Integração Nacional	-	-	-	-	-	-	O indicador não é adequado e faz-se necessário um processo de reavaliação do mesmo. Não existe definição de índice a ser alcançado no final do PPA.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1287 Saneamento Rural **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** *Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais*

**Público-alvo** *População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Indígenas (percentagem)	MS/FUNASA - SISABI	18/7/2005	26,00	12/2009	64,26	-	Média	A estimativa de implantações de abastecimento de água foi alta. As programações elaboradas pelos Conselhos Distritais Indígenas e Coordenações Regionais da Funasa, priorizaram ampliações e melhorias nos sistemas já implantados em detrimento de novas instalações.
Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Rurais (percentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2002	16,00	12/2009	31,50	-	Média	-
Taxa de Cobertura de Esgotamento Sanitário em Áreas Rurais (%)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2002	22,70	12/2009	24,30	-	Média	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0639 Segurança da Navegação Aquaviária **Órgão Responsável** 52000 Ministério da Defesa (MD)

**Objetivo** *Prover a segurança da navegação em águas sob jurisdição brasileira*

**Público-alvo** *Operadores de transportes aquaviários e de embarcações em geral, e seus usuários*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coeficiente de Acidentes Náuticos (1/1.000)</i>	Diretoria de Portos e Costas	31/12/2002	1,60	12/2009	1,40	1,60	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0357 Segurança da Sanidade na Agropecuária	<b>Órgão Responsável</b>	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
-----------------	--	--------------------------	-------	--

**Objetivo** *Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitoquossanitários dos mercados internos e externos*

**Público-alvo** *Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazeneadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária*

<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
Área com Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	-	0,00	12/2009	1.537,00	2.700,00	Média	O alcance do índice ao final do PPA depende muito do interesse do setor em ter os plantéis avícolas certificados pelo programa nacional de sanidade avícola, considerando os possíveis benefícios para exportação.
Área com Plantéis Comerciais Declarados Livres da Doença de Newcastle e Influenza Aviária (km <sup>2</sup> )	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	-	-	12/2009	0,00	8.514.879,00	Muito Baixa	O indicador é inadequado para expressar os resultados do Programa.
Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação (km <sup>2</sup> )	Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE	-	0,00	12/2009	4.944.883,46	8.419.530,42	Alta	-
Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação (km <sup>2</sup> )	Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE	-	0,00	12/2009	95.346,18	95.346,18	Alta	-
Área Livre de Sigatoka Negra (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	-	0,00	12/2009	2.433,00	2.426,00	Alta	-
Incidência Controlada da Mosca da Carambola (municípios)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	-	0,00	12/2009	6,00	8,00	Alta	-
Incidência da Praga "Mosca da Carambola" (município)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	-	0,00	12/2009	0,00	-	-	-
Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	-	0,00	12/2009	129,00	2.500,00	Muito Baixa	Por se tratar de um programa de adesão voluntária, o interesse do produtor rural até o momento torna a possibilidade de alcance ao final do PPA baixa.
Número de Ocorrências da Peste Suína Clássica (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	-	0,00	12/2009	19,00	0,00	Alta	-
Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	-	0,00	12/2009	0,00	0,00	Alta	-
Número de Ocorrências de Raiva Bovina (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	-	0,00	12/2009	1.302,00	1.610,00	Alta	-
Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras (percentagem)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	31/12/2002	90,00	12/2009	94,00	95,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0357 Segurança da Sanidade na Agropecuária **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** *Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitoquossanitários dos mercados internos e externos*

**Público-alvo** *Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazeneadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Inspeção de Produtos Agropecuários no Trânsito Internacional (%)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	-	-	12/2009	119,00	-	Alta	-
Taxa de Realização do Plano de Fiscalização Fitoquossanitário Interestadual (%)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	-	-	12/2009	128,00	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0623 Segurança de Vôô e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro **Órgão Responsável** 52000 Ministério da Defesa (MD)

**Objetivo** Proporcionar circulação segura e eficiente ao tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil

**Público-alvo** Empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, unidades aéreas das Forças Armadas, usuários ou assinantes dos serviços e sistemas de telecomunicações aeronáuticas, de informações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Espaço Aéreo Monitorado (percentagem)	DEPV/CISCEA - Cmdo. da Aeronáutica - Min. da Defesa	31/12/2007	-	12/2009	95,00	95,00	Alta	-
Índice de Acidentes Aeronáuticos (porcentagem)	CENIPA - Cmdo. da Aeronáutica - Min. da Defesa	31/12/2007	-	12/2009	0,85	0,90	Média	Restrições orçamentárias

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0660 Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos

**Órgão Responsável**

56000 Ministério das Cidades (MCidades)

**Objetivo** Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de acidentes com vítimas fatais por 10.000 veículos (%)	Anuário Estatístico do DENATRAN	31/12/2005	6,30	11/2008	6,50	6,30	Alta	-
Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos (%)	Anuário Estatístico do DENATRAN	31/12/2005	91,10	12/2008	75,20	91,10	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0356 Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores

**Público-alvo** Produtores, indústrias, cerealistas, armazémistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Végetal (número índice)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/DIPOV/DIPOA	12/1/2005	0,74	12/2009	0,81	0,83	Alta	-
Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários (índice numérico)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial - CGAL/SDA	1/7/2007	0,00	12/2009	0,36	0,70	Média	A qualificação da rede nacional de laboratórios agropecuários depende da implantação de sistemas da qualidade de acordo com o previsto na ISO 17.025. Os laboratórios estão desenvolvendo as ações para obtenção da certificação ISO, porém trata-se de um processo que depende de investimentos e adequações das unidades laboratoriais.
Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) (unidade)	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA	15/8/2003	250,00	12/2009	229,00	300,00	Alta	-
Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário (unidade)	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA	15/8/2003	3.800,00	12/2009	3.578,00	3.800,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1184 Segurança e Saúde no Trabalho **Órgão Responsável** 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

**Objetivo** *Proteger a vida, promover a segurança, saúde e bem estar do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre Segurança e Saúde do Trabalho*

**Público-alvo** Trabalhadores formais e informais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coeficiente de Acidentes Decorrentes do Trabalho (1/1.000)</i>	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	15,63	12/2008	18,96	12,50	Muito Baixa	O aumento no índice se deve à alteração nos critérios da Previdência Social para caracterização de acidentes do trabalho, com a introdução do Nexo Técnico-Epidemiológico. Pelo critério anterior (número de Comunicações de Acidente de Trabalho registradas) o índice estaria em 13,824.
<i>Coeficiente de Doenças Relacionadas ao Trabalho (1/10.000)</i>	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	12,00	12/2008	47,10	12,00	Muito Baixa	O aumento no índice se deve à alteração nos critérios da Previdência Social para caracterização de acidentes do trabalho, especialmente doenças, com a introdução do Nexo Técnico-Epidemiológico.
<i>Coeficiente de Mortalidade por Acidentes de Trabalho (1/100.000)</i>	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	10,75	12/2008	6,99	8,76	Alta	-
<i>Coeficiente de Trabalhadores Alcançados pela Inspeção de Segurança e Saúde (1/1.000)</i>	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho	31/12/2006	770,00	12/2009	520,58	890,00	Baixa	O número de trabalhadores alcançados pela inspeção do trabalho relaciona-se diretamente ao porte das empresas fiscalizadas. Nos últimos anos, o número de empresas de pequeno porte e microempresas tem crescido, ao passo que empresas de médio e grande porte tem reduzido o número de trabalhadores.
<i>Número de produção científica dos pesquisadores da FUNDACENTRO (unidade)</i>	Relatório de atividades anual da FUNDACENTRO	1/12/2006	15,00	12/2009	26,00	35,00	Alta	-
<i>Taxa de Acidentes Fatais Investigados (percentagem)</i>	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho	31/12/2006	22,45	12/2008	25,46	40,00	Média	Embora haja um esforço para o aumento no número de acidentes investigados, a progressiva redução do número de Auditores Fiscais, além da escassez de informações em tempo real sobre os acidentes ocorridos tem dificultado o alcance do índice. O convênio MTE/MPS, que deverá permitir o repasse de informações atualizadas do INSS para o MTE, representa uma medida corretiva que talvez permita o alcance do índice.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0663 Segurança Pública nas Rodovias Federais **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** *Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito*

**Público-alvo** *Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Sensação de Segurança (%)</i>	Pesquisa de opinião	1/1/2007	65,00	-	-	80,00	Baixa	Em 2009 o índice não foi aferido devido as restrições orçamentárias/financeiras. No período deste PPA a frota nacional teve o acréscimo de 20%, a população de 3% e a malha viária policiada de 7%. Por outro lado, o efetivo da PRF reduziu 1%. Registre-se que o maior mecanismo da PRF para o atingimento deste Indicador é a abordagem a pessoas e veículos e a presença do policial orientando, fiscalizando e patrulhando. Portanto, as medidas corretivas necessárias seriam a adequação da força de trabalho (dos 13.098 cargos existentes, 9.300 estão preenchidos) e dos recursos orçamentária/financeira frente ao aumento da demanda (o orçamento médio anual necessário para fazer frente as demandas é de 441 milhões enquanto que a média anual do orçamento aprovado é de 234 milhões).
<i>Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (unidade)</i>	Departamento do Policia Rodoviária Federal	2/1/2007	1,51	01/2010	1,18	1,35	Alta	Apesar do crescimento da frota e da malha viária, este Indicador tem a tendência de manter dentro da possibilidade de alcance, pois a prioridade dos esforços do patrulhamento é para a redução da mortalidade. Outro ponto relevante para o alcance do Indicador foi a Lei 1.705/98, a chamada Lei Seca, a qual permitiu uma nova dimensão ao combate à embriaguez ao volante.
<i>Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (unidade)</i>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2/1/2007	27,20	01/2010	24,47	25,50	Média	O aumento da frota nacional e, consequentemente, o aumento do fluxo de veículo, bem como o aumento da malha policiada proporcionou o acréscimo de ocorrência de acidentes de trânsito, principalmente, nas áreas de maior concentração urbana. Entretanto, boa parte desses acidentes, excetuando os acidentes com motocicletas e atropelamento de pedestres, envolve apenas danos materiais (62,38% dos acidentes). Como o efetivo e os meios existentes não permitem atender todas as frentes, os esforços preventivos (policimento e fiscalização) se voltam para os trechos onde há o registros de óbitos. As medidas corretivas necessárias são a adequação da força de trabalho(dos 13.098 cargos existentes, 9.300 estão preenchidos) e a adequação orçamentária/financeira frente ao aumento da demanda.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1291 Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** Assegurar a qualidade e auto-suficiência em sangue, componentes e derivados sanguíneos, e garantir a assistência aos portadores de doenças de coagulação sanguínea e de má formação das hemáceas

**Público-alvo** Pacientes portadores de hemofilia e da anemia falciforme, e demais pessoas que necessitem de transfusão de sangue

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Desempenho do Ciclo do Sangue (unidade)	MS/SAS	31/12/2006	0,55	-	-	2,00	Muito Baixa	No decorrer da apuração desse indicador verificou-se equívoco na sua concepção.
Taxa de Doação de Sangue (%)	Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.	31/12/2006	2,00	03/2010	1,67	2,00	Alta	A produção no Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) do SIA/SUS pode ser apresentada com valores retroativos até 3 meses (3 competências) após a realização dos procedimentos. Existindo essa possibilidade, em tese, os dados relativos a dezembro de 2009 não estão totalmente fechados, poderão existir ainda alterações na consolidação desses dados.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

---

<b>Programa</b>	0637 Serviço de Saúde das Forças Armadas	<b>Órgão</b>	52000	Ministério da Defesa (MD)
<b>Objetivo</b>	<i>Prestar assistência médica-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, ativo e inativo, e a seus dependentes</i>			
<b>Público-alvo</b>	<i>Militares das Forças Armadas e seus dependentes</i>			

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto **Órgão Responsável** 56000 Ministério das Cidades (MCidades)

**Objetivo** *Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário*

**Público-alvo** *População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida (percentagem)</i>	SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento	31/12/2005	35,30	12/2008	34,60	43,96	Baixa	O índice de referência de 2005 apresentado não está consistente com o valor da série histórica da Fonte: o SNIS. O Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida em 2005 era de 31,66%. Portanto houve um aumento significante neste indicador.
<i>Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água (percentagem)</i>	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2005	82,30	12/2008	92,14	86,00	Alta	-
<i>Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto (percentagem)</i>	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2005	48,20	12/2008	60,71	55,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0153 Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** *Consolidar o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e assegurar sua atuação de acordo com o marco legal vigente*

**Público-alvo** *Atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos Capacitados (%)</i>	SEDH/PR	31/1/2007	50,00	01/2010	137,00	100,00	Alta	Fortalecimento da estrutura técnica e administrativa do Programa, bem como o aperfeiçoamento e a priorização em relação aos processos de monitoramento e fiscalização dos convênios e parcerias firmados com vistas a aferir a boa e regular aplicação dos recursos
<i>Taxa de Municípios com Implantação de Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente (%)</i>	SPDCA/SEDH/PR	-	0,00	01/2010	91,00	96,00	Média	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0152 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE

**Órgão Responsável**

20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** Fortalecer a implementação do SINASE, visando a efetividade das medidas socioeducativas

**Público-alvo** Adolescentes em conflito com a lei

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Déficit de Vagas nas Unidades Socioeducativas de Meio Fechado (unidade)	Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo/SPDCA/SEDH	31/8/2006	3.396,00	12/2009	407,00	810,00	Alta	-
Razão entre Adolescentes Cumprindo Medida em Meio Aberto e em Meio Fechado (%)	Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente SPDCA/SEDH	-	-	12/2009	2,46	-	Média	-
Taxa de Formação dos Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo (%)	Levantamento Nacional do Atendimento socioeducativo/SPDCA/SEDH	31/12/2005	12,70	12/2009	51,46	50,00	Alta	-
Taxa de Municipalização das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto nas Grandes Cidades (%)	Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente SPDCA/SEDH	31/12/2005	40,00	12/2009	100,00	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1127 Sistema Único de Segurança Pública - SUSP **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** *Ampliar a eficiência, eficácia e a efetividade do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação, integração e modernização de suas organizações em todo o território nacional para a prevenção e o controle da criminalidade*

**Público-alvo** *Toda a sociedade brasileira e em especial os Operadores de Segurança Pública*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Gestão da SENASP (%)	SENASA	1/7/2007	0,00	12/2009	57,97	100,00	Alta	Para 2011, as medidas corretivas necessárias para melhorar este índice são: incremento do Número de Laudos Concluídos a partir dos Exames Realizados nos Laboratórios de DNA; e aumento do Percentual de denúncias atendidas pela SENASP com retorno do órgão demandado.
Índice de Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (%)	SENASA	1/7/2007	0,00	12/2009	34,55	100,00	Alta	-
Índice de Segurança Pública (%)	SENASA	1/7/2007	0,00	-	-	100,00	Alta	Os dados não estavam disponíveis para o cálculo do indicador. A pesquisa nacional de vitimização só irá a campo em 2010 e os dados do Ministério da Saúde são apenas de 2008.

---

Programa	0627 Tecnologia de Uso Aeroespacial	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira</i>		
Público-alvo	<i>Nação Brasileira</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

---

Programa	0629 Tecnologia de Uso Naval	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica no âmbito da Marinha do Brasil que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval</i>		
Público-alvo	<i>Marinha do Brasil e utilizadores nacionais de produtos de tecnologia nuclear e engenharia naval</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

---

**Programa** 0642 Tecnologia de Uso Terrestre **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD)

**Objetivo** *Pesquisar, desenvolver, avaliar, produzir, implantar e manutenir sistemas e materiais de emprego militar e civil, assim como capacitar recursos humanos na área científico-tecnológica de interesse do Exército*

**Público-alvo** *Exército Brasileiro e utilizadores nacionais de tecnologia militar*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1335 Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família	<b>Órgão Responsável</b>	55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
-----------------	---	--------------------------	-------	---

**Objetivo** *Contribuir para a redução da fome, da pobreza, da desigualdade e de outras formas de privação vividas pelas famílias mais excluídas, considerando três dimensões: o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência de renda diretamente às famílias pobres e extremamente pobres; a contribuição para a redução da pobreza da geração seguinte, por meio do reforço do direito de acesso aos serviços de saúde e de educação, com o cumprimento das condicionalidades nestas áreas; e a articulação de ações complementares, de forma a desenvolver as capacidades das famílias beneficiárias*

**Público-alvo** *Famílias em situação de pobreza com renda per capita mensal de R\$ 60,00 a 120,00 e extrema pobreza com renda per capita mensal de até R\$ R\$ 60,00*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Grau de focalização do PBF (%)	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)	5/5/2007	74,00	-	-	80,00	Muito Baixa	O IBGE não disponibiliza na PNAD os dados de domicílios beneficiários do programa e, normalmente tem ocorrido uma sub-enumeração dos beneficiários, decorrente de vários fatores, entre os quais o desenho amostral e o atraso na entrega de cartões. Ademais, mesmo que disponíveis dados da PNAD sobre famílias beneficiárias, a divulgação da PNAD é feita do ano seguinte à sua coleta. Por fim, tal indicador incorre em um grave erro, pois não leva em consideração o fato do programa contar com público fixo e as mudanças demográficas (crescimento populacional e diminuição no tamanho dos domicílios)
Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Educação (%)	Sistema de Condicionalidades - SENARC/MDS	1/12/2006	70,23	12/2009	88,40	95,00	Média	O índice de acompanhamento das condicionalidades de educação tem mantido um aumento consistente desde o início do seu acompanhamento. Espera-se que no processo de revisão cadastral empreendido em 2009, as ações desenvolvidas para estimular a localização dos alunos no âmbito da gestão das condicionalidades em parceria com o setor educacional nas três esferas de governo, bem como as ações no âmbito da política educacional contribuam para manter a trajetória de melhoria do índice de acompanhamento. Por outro lado, o alto índice já alcançado sugere que as melhorias marginais exigirão esforços crescentes. O próprio processo de deslocamento das famílias, resulta em mudança de escola e concorre para dificultar o avanço do acompanhamento das condicionalidades de educação. Diante dos avanços até aqui obtidos, avalia-se que a meta indicada no ano de 2010 é ousada e pode não ser inteiramente atingida.
Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde (%)	Sistema de Condicionalidades - SENARC/MDS	1/3/2006	33,40	12/2009	64,50	80,00	Baixa	O indicador de acompanhamento das condicionalidades em saúde apresentou crescimento contínuo desde o segundo semestre de 2006. Considera-se, entretanto, que melhorias adicionais no acompanhamento da saúde tornar-se-ão significativamente difíceis, devido ao fato de que muito desse acompanhamento depende do grau de cobertura das Equipes de Saúde da Família (ESF) nos municípios. Avalia-se que para se ter uma melhoria consistente do acompanhamento das condicionalidades da saúde será necessário ampliar as ESF nos municípios com mais de 500 mil habitantes. O Ministério da Saúde vem realizando esforços para estimular a ampliação dessa cobertura, mas a ampliação efetiva depende, em grande medida, dos próprios municípios, ou seja, de como os atuais governos municipais pretendem conduzir suas políticas de saúde. Por essa razão, a expectativa é a de que a tendência do indicador é de estabilidade, com alguma possível melhora na margem. Avalia-se que a meta indicada no ano de 2010 é ousada e pode não ser inteiramente atingida.
Taxa de Atendimento às Famílias Pobres (porcentagem)	SENARC/MDS e IBGE	1/7/2007	100,00	12/2009	95,20	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0290 Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** *Prover infra-estrutura de armazenamento e transporte de petróleo, derivados e biocombustíveis adequada ao aumento da demanda e às exigências ambientais*

**Público-alvo** *Consumidores de petróleo e derivados*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Capacidade da Rede de Dutos para o Transporte de Óleo e Derivados (milhão de m<sup>3</sup>. km)</i>	Petrobras	31/12/2002	47.545,00	-	-	-	-	Foi solicitada a descontinuidade do indicador
<i>Capacidade Máxima de Movimentação dos Dutos Longos da Petrobras (milhão de m<sup>3</sup> por dia)</i>	Petrobras Transportes S.A. - Transpetro	31/12/2006	10,05	12/2009	11,50	-	Média	-
<i>Extensão da malha de oleodutos de transporte da Petrobras (km)</i>	Petrobras Transporte	31/12/1996	7.011,00	12/2009	7.453,00	-	Média	-
<i>Taxa de Participação da Frota de Navios Próprios da Petrobras no Transporte de Petróleo e Derivados (percentagem)</i>	Petrobras	31/12/2002	48,00	12/2009	34,00	-	Média	-
<i>Taxa de Participação do Transporte Dutoviário no Transporte de Petróleo e Derivados (percentagem)</i>	Petrobras	31/12/2004	18,00	-	-	-	-	Foi solicitada a descontinuidade do indicador
<i>Taxa de participação do transporte marítimo no transporte de petróleo e derivados (%)</i>	Petrobras Transporte.	-	-	-	-	-	-	Foi solicitada a descontinuidade do indicador

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão **Órgão Responsável** 54000 Ministério do Turismo (MTur)

**Objetivo** *Aumentar os fluxos turísticos e promover a inclusão social mediante a estruturação e diversificação da oferta e da demanda*

**Público-alvo** *Turistas domésticos e trade turístico*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Fluxo de Turistas Domésticos (milhão)</i>	EMBRATUR	-	-	-	-	-	-	-
<i>Gasto Médio do Turista Estrangeiro no País (US\$)</i>	EMBRATUR	12/1/2001	81,21	-	-	77,95	Alta	-
<i>Novos Empregos e Ocupações Gerados no Setor Turismo (milhar)</i>	RAIS/MTE e Ministério do Turismo	-	-	07/2009	15.129,00	-	-	-
<i>Taxa de Participação dos Principais Destinos Turísticos no Total da Demanda Turística (percentagem)</i>	Ministério do Turismo	-	-	-	-	-	-	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	0257 Universalização dos Serviços de Telecomunicações						<b>Órgão Responsável</b>	41000 Ministério das Comunicações (MC)
<b>Objetivo</b>	<i>Promover a universalização do acesso à infra-estrutura de telecomunicações</i>							
<b>Público-alvo</b>	<i>Estabelecimentos de ensino, bibliotecas públicas, instituições de saúde, unidades de segurança pública, instituições do serviço público em áreas remotas e de fronteira, instituições de atenção a pessoas com deficiência, pessoas com deficiência carentes, unidades rurais isoladas, cooperativas, assentamentos agrários, pessoas em localidades com menos de 100 habitantes, população em comunidades de baixo poder aquisitivo e telecentros comunitários</i>							
<b>Indicador (unidade de medida)</b>								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2009	Índice Previsto para 2011	Possibilidade	Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
<i>Taxa de Acessos a Redes Digitais em Banda Larga em Operação no Público-alvo Elegível (porcentagem %)</i>	Agência Nacional de Telecomunicações	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Em decorrência da legislação vigente não é permitida a aplicação dos recursos deste Fundo em programas que não estejam vinculados ao Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, que é o único prestado em regime público.
<i>Taxa de Acessos de Telefonia em Operação no Público-alvo Elegível (porcentagem %)</i>	Agência Nacional de Telecomunicações	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Esta taxa demonstra o status do Plano de Metas de Universalização – PMU I, aprovado pelo Decreto nº 6.039, de 7 de fevereiro de 2007, relativo à implantação de Terminais de Telecomunicações para Surdos – TTS em Instituições de Assistência às Pessoas em Deficiência Auditiva. Não há previsão de inclusão de novas solicitações ao programa.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários							<b>Órgão Responsável</b>	56000 Ministério das Cidades (MCidades)																																																												
<b>Objetivo</b>	<i>Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade</i>																																																																				
<b>Público-alvo</b>	<i>Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários</i>																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"><b>Indicador (unidade de medida)</b></th> <th rowspan="2"><b>Fonte</b></th> <th colspan="2"><b>Índice de Referência</b></th> <th colspan="2"><b>Índice alcançado em 2009</b></th> <th rowspan="2"><b>Índice Previsto para 2011</b></th> <th rowspan="2"><b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b></th> <th colspan="2"><b>Medidas Corretivas</b></th> </tr> <tr> <th><b>Data</b></th> <th><b>Índice</b></th> <th><b>Data</b></th> <th><b>Índice</b></th> <th><b>Medidas Corretivas</b></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo (%)</td> <td>IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente</td> <td>31/12/2005</td> <td>10,50</td> <td>12/2007</td> <td>9,00</td> <td>1,50</td> <td>Muito Baixa</td> <td>Índice apurado segundo o Relatório "Déficit Habitacional no Brasil, 2007" que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007. O Relatório referente à PNAD 2008 está em contratação pelo MCidades.</td> </tr> <tr> <td>Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas (%)</td> <td>IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente</td> <td>31/12/2005</td> <td>4,20</td> <td>12/2007</td> <td>4,18</td> <td>2,23</td> <td>Muito Baixa</td> <td>Índice apurado segundo o Relatório "Déficit Habitacional no Brasil, 2007" que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007. O Relatório referente à PNAD 2008 está em contratação pelo MCidades.</td> </tr> <tr> <td>Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada (%)</td> <td>IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente</td> <td>31/12/2005</td> <td>31,20</td> <td>12/2007</td> <td>28,00</td> <td>16,30</td> <td>Baixa</td> <td>Índice apurado segundo o Relatório "Déficit Habitacional no Brasil, 2007" que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007. O Relatório referente à PNAD 2008 está em contratação pelo MCidades.</td> </tr> <tr> <td>Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos (%)</td> <td>IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente (ano 2000)</td> <td>31/12/2006</td> <td>2,24</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>11,12</td> <td>-</td> <td>A determinação do indicador para o ano de 2007 refere-se ao total de domicílios com inadequação fundiária em relação ao total de municípios (todas as rendas) e monta a 3,9%. Não há dados que permitam o cálculo nessa faixa de renda especificada.</td> </tr> <tr> <td>Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos (%)</td> <td>IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente</td> <td>31/12/2002</td> <td>6,00</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>Não há subsídios para a indicação de probabilidade de alcance ao final do PPA. Os valores em relação ao indicador utilizado não foram apurados nos anos anteriores e não há previsão para 2011. Salienta-se que, a partir do censo de 2.000 do IBGE, foi considerada a soma de famílias de baixa renda vivendo em domicílios com inadequações de infraestrutura básica como irregulares, uma vez, que pelo menos com relação à lei de parcelamento do solo urbano, lei federal nº 6.766/79, esses assentamentos estão irregulares em função da obrigatoriedade de implantação de infraestrutura básica antes de qualquer venda de lote ou fração. Esse universo pode ser muito superior se considerarmos que existem vários assentamentos irregulares com infraestrutura parcialmente ou totalmente já instaladas. Portanto, a irregularidade fundiária urbana no país ainda é pouco conhecida e sistematizada.</td> </tr> </tbody> </table>										<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Medidas Corretivas</b>	Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	10,50	12/2007	9,00	1,50	Muito Baixa	Índice apurado segundo o Relatório "Déficit Habitacional no Brasil, 2007" que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007. O Relatório referente à PNAD 2008 está em contratação pelo MCidades.	Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	4,20	12/2007	4,18	2,23	Muito Baixa	Índice apurado segundo o Relatório "Déficit Habitacional no Brasil, 2007" que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007. O Relatório referente à PNAD 2008 está em contratação pelo MCidades.	Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	31,20	12/2007	28,00	16,30	Baixa	Índice apurado segundo o Relatório "Déficit Habitacional no Brasil, 2007" que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007. O Relatório referente à PNAD 2008 está em contratação pelo MCidades.	Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente (ano 2000)	31/12/2006	2,24	-	-	11,12	-	A determinação do indicador para o ano de 2007 refere-se ao total de domicílios com inadequação fundiária em relação ao total de municípios (todas as rendas) e monta a 3,9%. Não há dados que permitam o cálculo nessa faixa de renda especificada.	Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2002	6,00	-	-	-	-	Não há subsídios para a indicação de probabilidade de alcance ao final do PPA. Os valores em relação ao indicador utilizado não foram apurados nos anos anteriores e não há previsão para 2011. Salienta-se que, a partir do censo de 2.000 do IBGE, foi considerada a soma de famílias de baixa renda vivendo em domicílios com inadequações de infraestrutura básica como irregulares, uma vez, que pelo menos com relação à lei de parcelamento do solo urbano, lei federal nº 6.766/79, esses assentamentos estão irregulares em função da obrigatoriedade de implantação de infraestrutura básica antes de qualquer venda de lote ou fração. Esse universo pode ser muito superior se considerarmos que existem vários assentamentos irregulares com infraestrutura parcialmente ou totalmente já instaladas. Portanto, a irregularidade fundiária urbana no país ainda é pouco conhecida e sistematizada.
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2009</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>																																																													
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			<b>Medidas Corretivas</b>																																																													
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	10,50	12/2007	9,00	1,50	Muito Baixa	Índice apurado segundo o Relatório "Déficit Habitacional no Brasil, 2007" que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007. O Relatório referente à PNAD 2008 está em contratação pelo MCidades.																																																													
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	4,20	12/2007	4,18	2,23	Muito Baixa	Índice apurado segundo o Relatório "Déficit Habitacional no Brasil, 2007" que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007. O Relatório referente à PNAD 2008 está em contratação pelo MCidades.																																																													
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	31,20	12/2007	28,00	16,30	Baixa	Índice apurado segundo o Relatório "Déficit Habitacional no Brasil, 2007" que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007. O Relatório referente à PNAD 2008 está em contratação pelo MCidades.																																																													
Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente (ano 2000)	31/12/2006	2,24	-	-	11,12	-	A determinação do indicador para o ano de 2007 refere-se ao total de domicílios com inadequação fundiária em relação ao total de municípios (todas as rendas) e monta a 3,9%. Não há dados que permitam o cálculo nessa faixa de renda especificada.																																																													
Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2002	6,00	-	-	-	-	Não há subsídios para a indicação de probabilidade de alcance ao final do PPA. Os valores em relação ao indicador utilizado não foram apurados nos anos anteriores e não há previsão para 2011. Salienta-se que, a partir do censo de 2.000 do IBGE, foi considerada a soma de famílias de baixa renda vivendo em domicílios com inadequações de infraestrutura básica como irregulares, uma vez, que pelo menos com relação à lei de parcelamento do solo urbano, lei federal nº 6.766/79, esses assentamentos estão irregulares em função da obrigatoriedade de implantação de infraestrutura básica antes de qualquer venda de lote ou fração. Esse universo pode ser muito superior se considerarmos que existem vários assentamentos irregulares com infraestrutura parcialmente ou totalmente já instaladas. Portanto, a irregularidade fundiária urbana no país ainda é pouco conhecida e sistematizada.																																																													

Programa	1456 Votor Logístico Amazônico	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
----------	--------------------------------	-------------------	---------------------------------------

**Objetivo** Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AC, AM, RR e RO e oeste dos estados do PA e MT

**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Pará

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Votor Logístico Amazônico (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Votor Logístico Amazônico (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Frete Unitário no Votor Logístico Amazônico (R\$/tx km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Índice de Cobertura no Votor Logístico Amazônico (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tarifa Unitária no Votor Logístico Amazônico (R\$/tx km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Votor Logístico Amazônico (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Percurso no Votor Logístico Amazônico (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Votor Logístico Amazônico (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1457 Votor Logístico Centro-Norte **Órgão Responsável** 39000 Ministério dos Transportes (MT)

**Objetivo** Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AP, MA e TO e leste dos estados do PA e MT

**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados do Mato Grosso, Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Votor Logístico Centro-Norte (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Votor Logístico Centro-Norte (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Frete Unitário no Votor Logístico Centro-Norte (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Índice de Cobertura no Votor Logístico Centro-Norte (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tarifa Unitária no Votor Logístico Centro-Norte (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Votor Logístico Centro-Norte (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Percurso no Votor Logístico Centro-Norte (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Votor Logístico Centro-Norte (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1461 Votor Logístico Centro-Sudeste **Órgão Responsável** 39000 Ministério dos Transportes (MT)

**Objetivo** Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e sudoeste do estado de GO

**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Votor Logístico Centro-Sudeste (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Votor Logístico Centro-Sudeste (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Frete Unitário no Votor Logístico Centro-Sudeste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Índice de Cobertura no Votor Logístico Centro-Sudeste (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tarifa Unitária no Votor Logístico Centro-Sudeste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Votor Logístico Centro-Sudeste (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Percurso no Votor Logístico Centro-Sudeste (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Votor Logístico Centro-Sudeste (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	1458 Votor Logístico Leste						<b>Órgão Responsável</b>	39000 Ministério dos Transportes (MT)
<b>Objetivo</b>	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO							
<b>Público-alvo</b>	Usuários de transporte no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
<i>Capacidade de Carga dos Terminais no Votor Logístico Leste (1000 t)</i>	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
<i>Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Votor Logístico Leste (carro/h/faixa)</i>	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
<i>Frete Unitário no Votor Logístico Leste (R\$/t x km)</i>	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
<i>Índice de Cobertura no Votor Logístico Leste (número-índice)</i>	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
<i>Tarifa Unitária no Votor Logístico Leste (R\$/t x km)</i>	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
<i>Tempo Médio de Espera para Transbordo no Votor Logístico Leste (hora)</i>	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
<i>Tempo Médio de Percurso no Votor Logístico Leste (h/km)</i>	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
<i>Tempo Médio de Transbordo Unitário no Votor Logístico Leste (minuto/t)</i>	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1460 Votor Logístico Nordeste Meridional **Órgão Responsável** 39000 Ministério dos Transportes (MT)

**Objetivo** Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados da BA e SE

**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados da Bahia e Sergipe

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Votor Logístico Nordeste Meridional (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Votor Logístico Nordeste Meridional (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Frete Unitário no Votor Logístico Nordeste Meridional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Índice de Cobertura no Votor Logístico Nordeste Meridional (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tarifa Unitária no Votor Logístico Nordeste Meridional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Votor Logístico Nordeste Meridional (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Percurso no Votor Logístico Nordeste Meridional (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Votor Logístico Nordeste Meridional (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1459 Votor Logístico Nordeste Setentrional **Órgão Responsável** 39000 Ministério dos Transportes (MT)

**Objetivo** Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL

**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Votor Logístico Nordeste Setentrional (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Votor Logístico Nordeste Setentrional (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Frete Unitário no Votor Logístico Nordeste Setentrional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Índice de Cobertura no Votor Logístico Nordeste Setentrional (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tarifa Unitária no Votor Logístico Nordeste Setentrional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Votor Logístico Nordeste Setentrional (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Percurso no Votor Logístico Nordeste Setentrional (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Votor Logístico Nordeste Setentrional (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1462 Votor Logístico Sul

**Órgão  
Responsável**

39000 Ministério dos Transportes (MT)

**Objetivo** Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS

**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Votor Logístico Sul (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Votor Logístico Sul (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Frete Unitário no Votor Logístico Sul (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Índice de Cobertura no Votor Logístico Sul (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tarifa Unitária no Votor Logístico Sul (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Votor Logístico Sul (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Percurso no Votor Logístico Sul (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Votor Logístico Sul (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	Não há informações disponíveis para o cálculo do indicador.

**Programa** 1289 Vigilância e Prevenção de Riscos Decorrentes da Produção e do Consumo de Bens e Serviços

**Órgão Responsável**

36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** Desenvolver ações que buscam prevenir e controlar os riscos à saúde da população, oriundos da produção e consumo de bens e serviços, por meio da regulação, proporcionando a ampliação do acesso, adequação e segurança dos produtos, serviços e ambientes

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Coeficiente de notificação de reação adversa grave a medicamentos (índice numérico)	Notivisa (Sistema Nacional de Notificações para a Vigilância Sanitária)/ANVISA	31/12/2006	2,65	01/2010	10,10	7,00	Alta	-
Densidade de incidência de sepses neonatal por cateter venoso central (1/1.000)	Sinais/ANVISA	30/6/2004	6,38	01/2010	5,81	3,30	Alta	-
Taxa de inspeções sanitárias em hospitais (%)	SINAVISA/ANVISA e CNES/MS	31/12/2006	63,00	01/2010	77,70	80,00	Alta	Em 2009, o índice alcançado superou à meta pactuada. Importante observar que esse indicador não demonstra a conformidade dos estabelecimentos inspecionados, e sim a quantidade de inspeções realizadas.
Taxa de inspeções sanitárias em indústrias de medicamentos (%)	SINAVISA/ANVISA	31/12/2006	46,00	01/2010	75,00	65,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 1444 Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** *Prevenir e/ou controlar agravos e/ou doenças transmissíveis e não transmissíveis, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna*

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Incidência Parasitária Anual de Malária na Amazônia Legal - IPA (1/1.000)</i>	Ministério da Saúde	31/12/2006	26,60	01/2010	12,22	15,70	Alta	-
<i>Proporção de Casos Notificados Encerrados Oportunamente (%)</i>	SVS/MS	31/12/2006	74,60	12/2009	78,70	80,00	Alta	-
<i>Taxa de Cobertura Vacinal de Hepatite B em Menores de 1 Ano (%)</i>	SI-API: SMS/ SES/MS - CGPNI / SVS	31/12/2006	96,75	01/2010	95,44	95,00	Alta	-
<i>Taxa de Cura da Hanseníase (%)</i>	SINAN/MS	30/1/2007	75,25	01/2010	72,00	90,00	Média	Implementação do SINAN, instalação de aplicativo que corrija o problema do fluxo de informação; fortalecimento do monitoramento direto e indireto aos estados; e atualização das informações no Sistema de informação, junto aos municípios.
<i>Taxa de Cura da Tuberculose (%)</i>	SVS/MS	31/12/2005	62,73	12/2009	63,00	85,00	Alta	-
<i>Taxa de Incidência de Aids (1/100.000)</i>	Ministério da Saúde	31/12/2006	18,70	06/2009	18,01	17,30	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

<b>Programa</b>	8028 Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo							<b>Órgão Responsável</b>	51000 Ministério do Esporte (ME)
<b>Objetivo</b>	<i>Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens</i>								
<b>Público-alvo</b>	<i>Crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social</i>								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
<i>Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Crianças, Adolescentes e Jovens (percentual)</i>	SNEED/ME - IBGE/PNAD	31/12/2005	0,01	12/2009	0,01	0,09	Baixa	Em janeiro de 2010 foi celebrada a parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério do Esporte, produto de articulações realizadas ao longo de 2009, com objetivo de implantar os núcleos do Programa Segundo Tempo nas escolas públicas, por meio Programa do Mais Educação. Tal parceria possibilitará ao longo dos próximos anos a ampliação das metas/ universalização do atendimento a crianças, adolescentes e jovens. Porém, neste momento continua como baixa a possibilidade de atingir o índice/metas, devido ao curto espaço de tempo entre a formalização da parceria e o final do atual PPA, para a obtenção dos resultados da parceria.	
<i>Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios Brasileiros (percentual)</i>	SNEED/ME- IBGE	31/12/2006	0,11	12/2009	0,06	0,15	Alta	Em janeiro de 2010 foi celebrada a parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério do Esporte, produto de articulações realizadas ao longo de 2009, com objetivo de implantar os núcleos do Programa Segundo Tempo nas escolas públicas, por meio Programa do Mais Educação. Tal parceria possibilitará ao longo dos próximos anos a ampliação das metas/ universalização do atendimento a crianças, adolescentes e jovens. Dessa forma, avalia-se como alta a possibilidade de atingir o índice/metas prevista para esse indicador, uma vez que o Programa Segundo Tempo ao longo dos próximos anos poderá estar presente em diversas escolas públicas que integram o Programa Mais Educação, ou seja, estima-se que o PST, poderá triplicar o atendimento médio anual de beneficiados ampliando sua abrangência nos municípios brasileiros.	
<i>Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com Mais de 50 Mil Habitantes e Regiões Metropolitanas (percentual)</i>	SNEED/ME- IBGE	31/12/2007	0,29	12/2009	0,18	0,35	Alta	Em janeiro de 2010 foi celebrada a parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério do Esporte, produto de articulações realizadas ao longo de 2009, com objetivo de implantar os núcleos do Programa Segundo Tempo nas escolas públicas, por meio Programa do Mais Educação. Tal parceria possibilitará ao longo dos próximos anos a ampliação das metas/ universalização do atendimento a crianças, adolescentes e jovens. Dessa forma, avalia-se como alta a taxa desse indicador.	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2010 - Ano base 2009**

**Volume II**

**Programa** 0512 Zoneamento Ecológico-Econômico **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** *Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País*

**Público-alvo** *Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores)*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2009		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Zoneamento do Território Nacional (percentagem)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2003	16,00	12/2009	32,30	225,00	Média	Necessidade de revisão da apuração dos índices nos últimos anos e da previsão para 2011. A previsão correta para o final do PPA (2011) é que cerca de 2/3 do território nacional (67%) possua Zoneamentos com a fase de Prognóstico concluída.